



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ – REITORIA DE ENSINO DE PÓS GRADUAÇÃO – PRPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL – PPGHB

CAMILA MELO SILVEIRA DA SILVA

VIVER E SOBREVIVER: O COTIDIANO DAS MULHERES POBRES EM TERESINA
(1890-1920)

TERESINA – PIAUÍ
2017

CAMILA MELO SILVEIRA DA SILVA

VIVER E SOBREVIVER: O COTIDIANO DAS MULHERES POBRES EM TERESINA
(1890-1920)

TERESINA – PIAUÍ
2017

CAMILA MELO SILVEIRA DA SILVA

VIVER E SOBREVIVER: O COTIDIANO DAS MULHERES POBRES EM TERESINA
(1890-1920)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco.

TERESINA – PIAUÍ
2017

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

S586v Silva, Camila Melo Silveira da.
Viver e sobreviver: o cotidiano das mulheres pobres em Teresina (1890-1920) / Camila Melo Silveira da Silva. – 2017.
125 f.

Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2017.
Orientação: Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco.

1. Civilidade. 2. Mulheres. 3. Pobreza. I. Título.

CDD 362.5

CAMILA MELO SILVEIRA DA SILVA

VIVER E SOBREVIVER: O COTIDIANO DAS MULHERES POBRES EM TERESINA
(1890-1920)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco – Orientador
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Prof.^a Dr. Algemira de Macêdo Mendes – Examinadora Externa
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Prof.^a Dr. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz – Examinadora Interna
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Prof.^a Dr. Claudia Cristina da Silva Fontineles – Examinadora Interna (Suplente)
Universidade Federal do Piauí - UFPI

À Deus.
Aos meus pais, Marco Antônio e Iara,
a minha irmã, Andressa, a minha sobrinha,
Cecília e ao Willian, com amor.

AGRADECIMENTOS

O resultado dessa pesquisa não teria sido possível se não fossem os incentivos recebidos por pessoas tão queridas. Em razão disso, gostaria de agradecer a Deus, por ter me guiado e inspirado em toda a elaboração do trabalho, e ter me dado à honra de ter pessoas tão maravilhosas ao meu redor. O apoio institucional e dessas pessoas foram imprescindíveis. Nesse sentido, gostaria de manifestar minha gratidão a todas. Agradeço, especialmente, à CAPES, por ter financiado a pesquisa que resultou neste trabalho. Ao professor Dr. Pedro Vilarinho, pela orientação que me dedicou, e que foram imprescindíveis à realização da pesquisa.

Às professoras Dra. Teresinha Queiroz e Dra. Cláudia Cristina Fontineles, que, ao participarem do exame de qualificação, leram criticamente a primeira versão dos capítulos, indicando novos caminhos para a pesquisa e novas referências bibliográficas, e pelas sugestões riquíssimas quanto à distribuição e organização das informações no texto. À professora Dra. Elizangela Cardoso, pelas sugestões e apoio no decorrer da trajetória de pesquisa. Aos demais professores da Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí pela convivência produtiva. Agradeço também aos colegas do curso de Mestrado pela convivência frutífera do dia a dia. As funcionárias e funcionários do Arquivo Público do Piauí onde fiz a maior parte da pesquisa e a coleta da documentação, em especial a Iolete Bemvindo da Rocha e Sebastião Bertoldo da Silva.

À minha imensa gratidão aos meus amados pais, Marco Antônio e Iara, pelo apoio incondicional que desempenham na minha vida. Na pesquisa e elaboração deste trabalho, não foi diferente. Sem os seus incentivos nada disso seria possível. À minha querida irmã, Andressa, pela torcida no desenvolvimento do trabalho e por compreender a minha ausência em alguns encontros familiares. À minha sobrinha Cecília, que teve que entender que a “tia” estava fazendo “atividade” e não podia brincar. Estando distantes ou perto, colaboraram muito.

Agradeço ao meu querido Willian, que participou de todas as fases, me incentivando e auxiliando da forma mais terna possível! Muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho estuda as condições históricas e sociais que envolveram o cotidiano de mulheres pobres em Teresina, capital do Estado do Piauí, durante os anos 1890 a 1920. Questiona-se as formas de perceber as mulheres pobres da cidade, as normas que asseguram essa definição e as articulações das suas práticas à nova organização social da República e aos projetos de modernização e civilização que intelectuais almejavam para Teresina. Pretende-se assim, conhecer os códigos sociais e culturais que incidiam sobre as mulheres desses segmentos, através da análise das condições de vida, do trabalho, do lazer e de quando se envolviam em ocorrências criminais na cidade. O recorte temporal justifica-se por este ser um período em que Teresina, inserida no novo ordenamento social que a república propunha, vivenciara um processo de modernização na sua infraestrutura, além do embelezamento do espaço urbano, que contribuíram para o surgimento de novas sociabilidades. O corpus documental que permitiu o desenvolvimento do tema proposto é formado por crônicas, contos e artigos publicados em jornais, revistas, arquivos da cadeia pública de Teresina, da Secretaria de Polícia do Estado do Piauí, processos jurídicos penais, inquéritos policiais, bem como romances, poesias, dados censitários, mensagens e relatórios governamentais. Os cronistas são utilizados como interlocutores privilegiados da cidade, por vivenciarem o cotidiano e produzirem textos que expressam intenções claras em regular o comportamento dos habitantes, com o objetivo de edificar uma sociedade civilizada nos moldes europeus. No universo conceitual que norteia o presente estudo, destacam-se os conceitos sobre pobres e o mundo da pobreza, vistos, respectivamente, como o indivíduo que de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação caracterizada pela privação de meios, e um meio esotérico e exótico que parece refletir os problemas da sociedade dos “homens de bem”, propostos por Mollat (1989) e Geremek (1989). Sobre processo civilizador, modernização e modernidade, utilizamos os estudos de Elias (1994), Ortiz (1991) e Rezende (1999; 200) respectivamente. Para as discussões sobre História, Mulheres, Literatura, Criminalidade foram utilizados trabalhos como os de Dias (1984), Soihet (1989), Esteves (1989), Castelo Branco (2005), Cardoso (2010), Fausto (1984), Foucault (1987). Argumenta-se que os valores morais de viver e conviver em sociedade que despontavam na cidade, contribuíram para que as populares fossem colocadas à margem do padrão de civilidade pelo qual as pessoas passavam a ser cobradas.

PALAVRAS-CHAVES: Civilidade. Mulheres. Pobreza.

ABSTRACT

This work studies the historical and social conditions that involved the daily life of poor women in Teresina, capital of the State of Piauí, during the years 1890 to 1920. It is questioned the ways of perceiving the poor women of the city, the norms that ensured this definition and the articulations of their practices to the new social organization of the Republic and the projects of modernization and civilization that Intellectuals intended for Teresina. The aim is to know the social and cultural codes that have focused on women in these segments, through the analysis of living conditions, work, leisure and to commit themselves to criminal occurrences in the city. The temporal cut is justified by this being a period in which Teresina, inserted in the new social order that the republic proposed, had experienced a process of modernization in its infrastructure, besides the beautification of the urban space, that contributed to the emergence of new sociabilities. The documentary corpus that allowed the development of the proposed theme is made up of chronicles, short stories and articles published in newspapers, magazines, archives of the public prison by Teresina, the Police Department of the State of Piauí, criminal legal processes, police inquiries as well Such as novels, poems, census data, government messages and reports. The chroniclers are used as privileged interlocutors of the city, for experiencing the daily life and produce texts that express clear intentions in regulating the behavior of the inhabitants, with the objective of building a civilized society in the European molds. In the conceptual universe that guides the present study, the concepts about the poor and the world of poverty stand out, viewed, respectively, as the individual who, permanently or temporarily, is in a situation of weakness, dependence and humiliation characterized by deprivation And an esoteric and exotic medium that seems to reflect the problems of the "good men" society proposed by Mollat (1989) and Geremek (1989). On civilization process, modernization and modernity, we use the studies of Elias (1994), Ortiz (1991) and Rezende (1999; 200) respectively. For the discussions on History, Women, Literature and Crime, papers such as those of Dias (1984), Soihet (1989), Abreu (1989), Castelo Branco (2005), Cardoso (2010), Fausto (1984) and Foucault (1987) were used. It is argued that the moral values of living and living in society that emerged in the city, contributed to the popular were placed outside the standard of civility by which people began to be charged.

Key Words: Civility. Women. Poverty.

...Vive dentro de mim
a mulher do povo.
Bem proletária.
Bem linguaruda,
desabusada, sem preconceitos,
de casca-grossa,
de chinelinha,
e filharada.
Vive dentro de mim
a mulher roceira.
– Enxerto da terra,
meio casmurra.
Trabalhadeira.
Madrugadeira.
Analfabeta.
De pé no chão.
Bem parideira.
Bem criadeira.
Seus doze filhos.
Seus vinte netos...
Todas as vidas dentro de mim:
Na minha vida –
a vida mera das obscuras.

Cora Coralina

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Planta da Cidade de Teresina no seu Nascedouro; 1º Decênio – da Fundação (1852) até a Guerra do Paraguai (1865).....	30
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População de Teresina e do Piauí entre os anos 1872-1920	31
Tabela 2 – População de mulheres em Teresina no ano de 1890, segundo a cor e o estado civil.....	56
Tabela 3 – Delitos cometidos por mulheres em Teresina (1900-1926).....	76

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 VIVER E SOBREVIVER EM TERESINA	26
2.1 Traçando um panorama inicial: a cidade e a pobreza.....	27
2.2 O cotidiano das pobres <i>versus</i> cronistas: o combate aos maus costumes.....	48
3 MULHERES POBRES E AS SOCIABILIDADES: AS DIFICULDADES EM MORAR, TRABALHAR E SE DIVERTIR.....	57
3.1 Casa e vizinhança.....	58
3.2 Sustento e diversão: os dilemas do convívio.....	65
3.2.1 Modalidades de trabalho.....	65
3.2.2 Modalidades de lazer.....	69
4 MULHERES POBRES E A CRIMINALIDADE.....	77
4.1 “Mulheres de vida alegres”: cenas do cotidiano das pobres nas veredas da justiça.....	77
4.2 Pobreza e criminalidade: dois mundos e uma só personagem.....	82
4.3 “Ela não sabe guardar a língua na boca: principais crimes e perfis das acusadas.....	97
5 CONCLUSÃO	106
FONTES E REFERÊNCIAS.....	109

1 INTRODUÇÃO

Profissão, autonomia, práticas livres no espaço das ruas, são costumes bastante comuns para as mulheres que circulam nas cidades, nos dias atuais. São práticas naturais e recorrentes a presença das mulheres, que, sozinhas ou ao lado de outros homens ou mulheres, circulam pela cidade e nos locais de sociabilidades ou transitam nos ambiente do trabalho, sem constrangimentos. Essas práticas, contudo, nem sempre foram tranquilas nas vivências femininas.

No Brasil, a presença feminina das camadas pobres nas ruas, nas casas de famílias ricas e abastadas, por conta do trabalho e de outras relações, bem como em práticas de lazer, data dos primórdios da colonização portuguesa, no século XVI. Entretanto, no contexto vivido pelo país em fins do século XIX e meados do século XX, marcado por um fluxo de transformações que atingiu vários níveis das relações sociais, a circulação de mulheres pobres nas cidades foram ressignificadas a partir de novos valores característicos da organização social burguesa.

Conforme sugere Nicolau Sevcenko, nesse período ocorreram “[...] mudanças impactantes estimuladas, principalmente, por um novo dinamismo no contexto da economia internacional, as quais alteraram a ordem e as hierarquias sociais, as noções de espaço e tempo dos indivíduos e os modos de percepção do cotidiano.”¹ Dessa maneira, a transição entre os séculos foi marcada por uma proposta de transformação nos modos de agir e comportar-se em sociedade que seguia parâmetros ditos modernos.

No Piauí, esse projeto social configurou-se em paralelo aos desejos das camadas sociais mais aburguesadas em se distanciar de valores tradicionais ditos atrasados, na busca pela legitimação de novos padrões de masculinidade e de modelos de feminilidade moderna vista como centro difusor da moral e dos bons costumes à prole e ao lar. As mudanças nos costumes concentraram-se em Teresina, cidade planejada para ser a capital do Piauí a partir do ano de 1852.

Além das preocupações de intelectuais e livre pensadores em delinear perfis masculinos e femininos ideais, observamos que os anos de 1890 a 1920 foram marcados por transformações na infraestrutura da cidade. Nesse contexto, os mais abastados ligados à cultura letrada também se esforçavam em tentar prescrever condutas e sentimentos ideais para os novos espaços de sociabilidades que surgiam, ao tempo em que combatiam aqueles que

¹ SEVCENKO, N. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, F. (Org.). *História da vida privada no Brasil - República: da belle époque à era do rádio*, v.3, 7.reimp., São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 7.

eram considerados inadequados a nova realidade. Em meio a essas diretrizes, o cotidiano das mulheres pobres era atravessado por parâmetros de comportamento pelo qual os habitantes passavam a ser cobrados.

A partir dessas considerações, a nossa proposta de trabalho, tem por objetivo principal, abordar as condições históricas que configuraram as vivências de mulheres dos segmentos populares “que une às mazelas de sexo àquelas de classe”², na cidade de Teresina, entre os anos de 1890 a 1920. Para tanto, investigamos essas mulheres a partir de variáveis sociais como as condições de moradia, de trabalho, de lazer, bem como, as suas relações com a criminalidade, no início do regime republicano. Por tratarmos das camadas subalternas, a pesquisa também teve como escopo a investigação da pobreza em Teresina, e das relações que esse fenômeno social mantinha com os demais habitantes.

O ponto de partida da elaboração do tema proposto foi a constatação, quando da escrita da monografia, que a flexibilidade com que muitas populares conviviam dentro do espaço público resultava em outras práticas culturais que se configuravam como anormais para outros habitantes, o contra modelo do ideal prescrito por intelectuais e homens públicos para as vivências femininas no período. Nesse sentido, nos inserimos em uma discussão que contempla a significação da mulher dentro do círculo social e familiar, a demarcação de espaços políticos entre homens e mulheres e a constituição, difusão e aceitação de um saber sócio jurídico sobre a moral popular.

Com base nessas orientações, elaboramos as seguintes questões: *como era o cotidiano das mulheres pobres em Teresina, na primeira república? Como se caracterizavam socialmente as mulheres pobres desta cidade? Quem eram essas pessoas? Como conviviam entre si e com os demais indivíduos da sociedade? Por outro lado, como as pessoas ricas dividiam os espaços com essa parte da população? O que estava dentro da normalidade? O que era reprovado? Quais eram os códigos sociais e culturais que incidiam sobre estas mulheres?*

Como forma de responder às questões propostas, recorreremos a jornais, revistas, documentos da secretaria de polícia do Piauí, de órgãos da justiça e da cadeia pública de Teresina, para entender o período em análise. A pobreza, o trabalho, o lazer, costumes ditos modernos e civilizados, foram alguns dos principais temas abordados por literatos piauienses, que apresentavam um modelo de escrita que almejava prescrever condutas, comportamentos e valores para a sociedade na qual estavam inseridos. Sendo a referida época um momento

² SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p.

permeado por rupturas e permanências dos valores políticos, morais, sociais e culturais. E é nesta multiplicidade de transformações que se encontra o cenário no qual esta pesquisa se situa.

Em Teresina, a classe mais alta era composta por proprietários de terra, grandes comerciantes, e funcionários públicos do alto escalão provenientes das elites agrárias. Entre esse primeiro grupo social e as pessoas que definiremos como os pobres, haviam grupos sociais médios, formado, muitas vezes, por pessoas que guardavam vínculos sociais e mesmo de parentesco com os mais abastados. Esses grupos eram formados por pequenos proprietários, comerciantes, profissionais liberais, por funcionários públicos, guarda-livros e funcionários do comércio de exportação-importação, que se concentrava em Parnaíba, mas que mantinha corpo funcional em Teresina.

Completando a pirâmide social da cidade, existiam os pobres, que definimos a partir de diálogo com Michel Mollat.³ Nesses termos, os pobres aqui considerados, serão os desprovidos de recursos materiais, sem vínculos familiares ou sociais com as elites, homens e mulheres egressos da escravidão, ou mesmo, migrantes do campo, espoliados pela seca e pela pobreza do sertão, que não contavam com a escolarização mínima que possibilitasse a inserção em postos mais vantajosos na estrutura funcional das empresas públicas ou privadas.

Partindo da definição anterior, podemos elencar como os pobres da cidade, os migrantes da seca que se incorporavam aos pobres já situados nas periferias da cidade, que viviam de pequenos rendimentos provenientes do trabalho doméstico nas residências dos mais bem providos de recursos materiais, assim como os que procuravam a sobrevivência em ganhos eventuais em atividades como o carregamento de água, o lavado de roupas, o comércio ambulante, os serviços de limpeza pública, na construção civil, o trabalho como operária nas poucas fábricas que existiam na cidade, os carroceiros, e uma gama enorme de homens e mulheres que viviam no limiar da sobrevivência auferida ao custo de pequenos ganhos, da prostituição, de possíveis ganhos ilícitos ou ainda da caridade pública e privada.

O foco da nossa pesquisa está direcionado preferencialmente a analisar os comportamentos das mulheres pobres, dessa forma, julgamos pertinente algumas reflexões sobre os estudos direcionados à história das mulheres dentro das universidades. Sobre esse aspecto podemos assinalar que essas discussões despontaram principalmente a partir do final dos anos 1960 e na década de 1970, período em que a segunda onda dos movimentos feministas influenciou diferentes campos científicos das sociedades em todo o mundo.

³ MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média*. Tradução Heloísa Jahn. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

Nesse momento, as inquietações de estudantes universitários com o contexto social das reivindicações femininas culminaram em grupos de estudos e encontros acadêmicos que colocaram a mulher no centro dos debates.⁴ Assim, enquanto campo historiográfico, a história das mulheres obteve auxílio do movimento feminista que, articulado a metodologias e propostas historiográficas, configurou-se como uma esfera de estudo nas décadas de 1980 e 1990 em várias partes do mundo, principalmente nos Estados Unidos.

Na França, os historiadores Georges Duby e Michelle Perrot, principais organizadores do empreendimento *História das Mulheres no Ocidente*, avaliaram a configuração do campo História das Mulheres a partir da convergência de estudos das práticas cotidianas, dos comportamentos populares, das mentalidades, bem como, de reflexões sócio-políticas acerca de exilados, minorias e silenciados. Conforme colocam os referidos historiadores, a história das mulheres ganhou força na França ao lado da busca por temas como o cotidiano e a pobreza.

Em primeiro lugar houve no final do século XIX a redescoberta da família como célula fundamental e evolutiva das sociedades, e que se tornou o cerne de uma antropologia histórica que põe em primeiro plano as estruturas de parentesco e da sexualidade e, conseqüentemente, o feminino. Seguidamente, sob o impulso decisivo da Escola dos *Annales*, foi o alargamento progressivo do campo histórico às práticas quotidianas, aos comportamentos vulgares, -às mentalidades- comuns. É certo que a relação entre os sexos não foi a preocupação prioritária de uma corrente interessada, sobretudo, nas conjunturas econômicas e nas categorias sociais, mas que no entanto, lhe deu uma atenção favorável. Decisiva foi também, no rasto da descolonização, relançada por Maio de 68, a ressonância de uma reflexão política sobre os exilados, as minorias, os silenciados e as culturas oprimidas, e que considera as periferias e as margens nas suas relações com o centro do poder.⁵

Dessa maneira, problematizamos as vivências dos pobres e o pauperismo enquanto fenômeno social na cidade de Teresina no início do regime republicano, dando ênfase a atuação de mulheres desses segmentos. Como ponto de partida, atentamos para a classificação de que indivíduos entendemos por pobre. Conforme definimos anteriormente, as mulheres pobres serão definidas como os indivíduos que de modo permanente ou temporário, encontram-se em situação de debilidade, dependência e humilhação caracterizada pela

⁴ SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992. p. 62-95; SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 54, v. 27, p. 281-302, jul-dez, 2007. SOIHET, Rachel. *História das mulheres e história do gênero*. Um depoimento. Cadernos Pagu, v.11, p.77-87, 1998.

⁵ DUBY, Georges; PERROT, Michele (Orgs.). *História das Mulheres no Ocidente*. Tradução portuguesa. Porto: Afrontamento, 1990, p.13.

privação de meios, como: o dinheiro, relações, influência, poder, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade e dignidades pessoais, que garantem a consideração social.⁶

Buscamos entender também, a condição social que envolve o personagem do pobre e do mundo da miséria, como proposto por Bronislaw Geremek em *Os Filhos de Caim*.⁷ Nele, o autor concentra sua atenção nas imagens literárias da condição social que envolve o personagem do pobre e do mundo da miséria na Europa no final da Idade Média e início da Idade Moderna. Nas suas análises, essa literatura suscita um enorme interesse tanto por mostrar um meio esotérico e exótico como pelo fato de parecer refletir os problemas da sociedade dos “homens de bem”.

Sendo assim, através da leitura de crônicas, contos e outros textos de jornais de Teresina, foi possível observarmos o ambiente dos mais pobres e a forma que se relacionavam, além de refletirmos sobre a maneira que intelectuais e/ou homens públicos percebiam essa parte da população. Para Bronislaw Geremek, que também confronta crônicas a textos como documentos municipais, a literatura que se voltava para o personagem do pobre e da pobreza trazia consigo uma mensagem social daqueles que não aprovavam suas condutas e combatiam suas práticas, e, ainda, dos que viviam em realidades bastante diversas.

Dessa forma, além das fontes literárias, a leitura de fontes legislativas, policiais e jurídicas, no possibilitou extrair tentativas de regulamentação da vivência e das práticas das pessoas pobres. Para a utilização dessas fontes, buscamos operar também com a noção de representação, de acordo com a proposta de Roger Chartier. Segundo o autor, o conceito de representação,

[...] permite articular três registros de realidade: por um lado, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida; enfim, a delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada.⁸

As representações, para Roger Chartier, embora almejem à universalidade, são forjadas nos grupos e condicionadas por seus interesses. Nessa perspectiva, as formas de conceber o mundo não são neutras, situando-se em um campo de força, onde disputam diferentes modos de classificação e delimitação. Enraizados, por sua vez, em posições e

⁶ *Ibid*, 1989, p.5.

⁷ GEREMEK, Bronislaw. *Os Filhos de Caim - vagabundos e miseráveis na literatura européia 1400-1700*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

⁸ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p. 11.

interesses, segundo pertencimentos sociais de classe, de geração, de adesão religiosa, de condições profissionais e de gênero, dentre outros marcadores sociais. Assim, estando em disputa a própria hierarquização da estrutura social, a realidade constrói-se, contraditoriamente, a partir das diversas e concorrentes concepções de mundo, que diferentes grupos tentam impor e legitimar.⁹

Sobre os parâmetros de convívio colocados para os indivíduos de um mesmo círculo social e nas relações que estabelecem entre si, apoiamo-nos em Nobert Elias quando discute sobre *processo civilizador* dos costumes.¹⁰ Ao analisar alterações, a longo prazo, no controle de emoções de grupos nobres e, posteriormente, na burguesia de sociedades europeias, especialmente na Alemanha e na França, o mencionado pesquisador coloca que, além de simbolizarem modificações nas formas de se portar em coletivo, essas mudanças comportamentais expressavam um aumento na coação exercida de uma pessoa sobre outra.

Forçadas a viver de uma nova maneira em sociedade, as pessoas tornam-se mais sensíveis às pressões das outras. Não bruscamente, mas bem devagar, o código de comportamento torna-se mais rigoroso e aumenta o grau de consideração esperado dos demais. O senso do que fazer e não fazer para não ofender ou chocar os outros torna-se mais sutil e, em conjunto com as novas relações de poder, o imperativo social de não ofender os semelhantes torna-se mais estrito, em comparação com a fase precedente.¹¹

Assim, com a diferenciação dos modos comportamentais construídos dentro de grupos cortesãos europeus, Nobert Elias detecta um processo de *individualização das emoções*¹² que provocava uma vigilância mútua e o conseqüente controle externo dos indivíduos uns para com os outros. Tornar-se civilizado significava então, ter boas maneiras diante do outro, não ser agressivo ou rude com o próximo e principalmente, policiar o próprio comportamento e o dos que estavam a sua volta. Nessa perspectiva, apontamos os códigos sociais que pairavam sobre os habitantes pobres de Teresina do final do século XIX e início do século XX.

Para desenvolvermos essas e outras discussões nos baseamos em estudos de Sandra Lauderdale Graham em *Proteção e obediência*¹³, que nos foram úteis por refletirem sobre a problemática do ambiente onde, através de fontes da imprensa e registros policiais, as pobres desenvolviam suas práticas: a *rua*. De acordo com Sandra Lauderdale Graham, embora

⁹ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985; CHARTIER, 2002.

¹⁰ ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.

¹¹ ELIAS, 1994, p. 91.

¹² ELIAS, 1994, p. 82.

¹³ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

fossem bastante dúbias as conotações que a população do Rio de Janeiro dos anos de 1860-1910 dava aos ambientes do *lar* e da *rua*, variando em alguns casos principalmente pela vigência do regime escravista, a ideia que predominava era a de que “a casa significava um domínio seguro e estável, enquanto à rua pertenciam as alianças incertas ou temporárias, nas quais a identidade não podia ser presumida, mas tinha de ser estabelecida”.¹⁴

Para o cotidiano mais específico das mulheres pobres, assim como Sandra Lauderdale Graham confere as relações entre criadas (escravas ou livres) e seus patrões, na produção citada, Maria Odila Dias em *Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX*¹⁵ nos traz relevantes leituras sobre as tensões sociais que modulam as formas de sobrevivência das mulheres subalternas que vivem à margens do sistema. A partir da análise da autora o trabalho autônomo temporário fora a solução encontrada por muitas mulheres pobres sós ou chefes de famílias de São Paulo do século XIX, que desempenhavam atividades consideradas de âmbito feminino à margem do trabalho patronal.

No que se refere às características pessoais e sociais admitidas para as mulheres no período proposto para a nossa pesquisa, a abordagem da historiadora Martha Abreu Esteves em *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque*,¹⁶ também foi leitura fundamental. De acordo com a autora a “mulher era o centro difusor da moralização dos costumes”,¹⁷ carregando consigo a importância de condutas especiais e padrões de honestidade. À “mulher/esposa/mãe”, ou simplesmente “mulher/mãe”, retratada pela autora como a mulher higienizada, cabiam os cuidados com a saúde e vestimentas; devendo distanciar-se de comportamentos e locais que atingissem a ordem moral. Para as mulheres pobres, que muitas vezes se distanciavam desse padrão “mulher/mãe”, Martha Abreu Esteves considera que determinadas maneiras de agirem na cidade mostravam como “entendiam o mundo e como expressavam sua compreensão em seus comportamentos”.¹⁸

¹⁴Sandra Lauderdale Graham utiliza os conceitos de *rua* e *lar* da produção de Roberto DaMatta *O que faz o Brasil, Brasil?* Quando se refere as relações ambíguas de senhores e escravas e/ou mulheres livres, que trabalhavam nas suas casas. Os termos são utilizados neste trabalho através das reflexões da autora, que reúne as análises de Roberto DaMatta ao contexto social das mulheres pobres e seu trabalho na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1860-1910. GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 26.

¹⁵DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

¹⁶ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque*, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

¹⁷ESTEVES, 1989, p. 42.

¹⁸ESTEVES, 1989, p. 120.

Nessa mesma perspectiva, as considerações de Rachel Soihet em *Condição feminina e formas de violência*¹⁹, ajudaram nas questões que se referem as circunstâncias sócio-jurídicas que implicavam nas vivências das populares. Para a autora, sobre as mulheres dos segmentos pobres do Rio de Janeiro dos anos de 1890 a 1920, recaíam os males do sexo e de classe social. Assim, as formas de violência que sofriam como “o desconhecimento do corpo, a ignorância sobre sua sexualidade, a exigência da virgindade como símbolo de honra eram algumas das mazelas que as faziam mergulhar no desespero, no crime, na loucura, na prostituição.”²⁰

Além dessa bibliografia também merecem destaque discussões localizadas na historiografia piauiense. Elencamos, principalmente, as análises de Pedro Vilarinho Castelo Branco e Mara Lúcia Fernandes da Costa por auxiliarem em pesquisas de como códigos sobre o feminino repercutiram no modo de viver das teresinenses em 1900 a 1920. O primeiro autor, no livro *Mulheres plurais*,²¹ foi útil pela ênfase que dá às novas modalidades femininas que o mundo moderno trouxe para Teresina no início da República. Para o caso de Mara Lúcia Fernandes da Costa, foram pertinentes as questões apresentadas em *Devires e desvios*²². De acordo com a referida historiadora, nessa época, embora cortadas por prescrições moralizadoras, como os discursos médico, os da imprensa e da polícia, muitas mulheres pobres criavam outras possibilidades de utilização da cidade.

Além dessas produções, o artigo intitulado *Desejos, tramas e impasses da modernização (Teresina 1900-1930)* também de Pedro Vilarinho Castelo Branco²³, permitiu a visualização da cidade de Teresina nas primeiras décadas do século XX, em que as condições higiênicas dos espaços urbanos ainda estavam por intensificarem-se e os sistemas de água, luz, telefone e saneamento básico eram bastante precários. Acrescentamos ainda memórias e/ou autobiografias²⁴ de intelectuais e/ou homens públicos que escreveram sobre suas histórias e a de suas famílias. Com elas buscamos extrair passagens de mulheres pobres que cuidavam das casas, da família e dos próprios redatores desses livros. Foi possível assim, apresentar como essas mulheres se articulavam entre si e com os homens, e ainda, como

¹⁹ SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

²⁰ SOIHET, 1989, p. 9-10.

²¹ CASTELO BRANCO, 2005, p.31-159.

²² COSTA, Mara Lúcia Fernandes da. *Devires e desvios: discursos, práticas ilícitas, e relações de amor das mulheres populares em Teresina. (1900- 1920)* Teresina, 2007. Monografia. Universidade Federal do Piauí, 2007.

²³ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Desejos, tramas e impasses da modernização (Teresina 1900-1950)*. In: *Scientia et spes: revista do Instituto Camillo Filho*.v. 1, n. 2.Teresina: ICF, 2002.

²⁴ BATISTA, Jônatas. *Poesia e prosa*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985

conseguiam manter a sua sobrevivência e, possivelmente dos filhos, diante das adversidades econômicas e sociais que viviam nesse contexto de Teresina.

Para analisarmos aspectos da vida das mulheres pobres, optamos por aprofundar a questão da criminalidade à luz de Boris Fausto em *Crime e Cotidiano*, por entendermos que esse é um aspecto muito recorrente nas fontes que pesquisamos. O termo criminalidade é utilizado por este autor para designar o aspecto social do crime dentro de uma sociedade. Nas suas análises, a criminalidade consiste na reunião da relação individual, o fato criminal em si, e da relação social, composta por padrões de comportamento, de representações e valores sociais. Não nos interessa apenas observar, portanto, como mulheres pobres adentravam no meio criminal no início do regime republicano na cidade de Teresina. O que nos cabe historicizar são os valores e códigos sociais que as envolvem para serem dirigidas para e pelo aparelho jurídico-policial da cidade.

Através, ainda, de jornais locais e de documentos da secretaria de polícia e da justiça foi possível observar como as mulheres pobres acusadas de crimes eram percebidas e caracterizadas pelo controle social, policial e jurídico da cidade. Recorremos ao que o historiador Sidney Chalhoub propôs quanto à utilização de fontes judiciais na pesquisa histórica.²⁵ De acordo com esse autor, essas fontes podem ser úteis à medida que os autos são questionados nas suas continuidades e rupturas, e não apenas na dualidade verdade- falsidade. Para o referido autor:

Ler processos criminais não significa partir “do que realmente se passou” porque esta seria uma expectativa inocente – da mesma forma como é pura inocência objetar à utilização dos processos criminais porque eles “mentem”. O importante é estar atento às “coisas” que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência.²⁶

Dessa maneira, o processo crime configura-se enquanto fonte historiográfica por sua própria organização estrutural e da atuação dos seus membros; apresentando indícios factuais ao historiador exatamente por conter elementos que ora se repetem ora se confundem, mas que convergem por tratar de um mesmo fato. Para o referido autor, o que interessa à História não é se o crime ocorreu ou não conforme os autos mostram, mas como este é levado à justiça e as teias sociais que o envolvem. São nessas questões que o historiador deve estar atento quando utiliza fontes judiciais na construção da “sua” História.

²⁵ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, 2ª ed., 2001

²⁶ CHALHOUB, 1986, p. 23.

Buscar nas etapas de um processo as características de uma sociedade que estabelece certas leis e outras não, que julga alguns indivíduos e outros não, que determina que práticas são ou não abusivas. Nesse sentido, as sessões de um processo penal tornam-se mais relevantes para a pesquisa histórica do que o crime inicial que o abriu e a versão final que dele resultou. Sobre a estrutura do processo penal, Celeste Maria Baitelli Zenha Guimarães coloca que este “fala a respeito de um fato e que, ao contrário de revelar, produz uma verdade responsável pela condenação ou absolvição do réu”.²⁷

As partes de um processo penal, de acordo com essa reflexão, vão tecendo uma verdade dos autos e não uma repetição própria do fato que aconteceu no passado. Para a autora a versão inventada pelo poder judiciário com seus métodos produz uma versão final que é aceita como verdadeira. A construção do processo em torno do indiciado resulta então em uma *fábula*²⁸; que “nada mais é do que uma historieta, tida como coerente e verdadeira, resultante do conjunto de versões apresentadas por todos aqueles que falaram durante o processo: queixoso, autoridade, ofendido, peritos, testemunhas.”²⁹ É a narrativa originada pela direção que os personagens juristas dão ao episódio criminoso.

Por fim, das reflexões de Michel Foucault em *Vigiar e Punir*, tomamos as que o autor aborda a forma como o sistema judicial-policial modula os corpos desses indivíduos, “que agora (século XIX) se refere ao próprio infrator, à sua natureza, a seu modo de vida e de pensar, o seu passado, à “qualidade” e não mais a intenção da sua vontade”. Além da alteração na forma como os acusados eram apreendidos, o controle dos criminosos pela polícia e pela justiça atravessava os seus corpos de maneira diferente do contexto dos suplícios. Havia “agora”, no século XIX, um acesso ao indivíduo criminoso distinto do que era vivenciado no século XVIII.

Posto isto, elencamos como o corpus documental da pesquisa, a documentação da Comissão de Socorros Públicos de Teresina³⁰, livros de registros policiais da delegacia de Teresina³¹, códices da Secretaria de Polícia do Estado do Piauí³², Processos jurídicos penais³³,

²⁷ ZENHA, Celeste. As Práticas da Justiça no Cotidiano da Pobreza, In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 10, 1985, p. 126.

²⁸ Celeste Zenha inspira-se no conceito de *fábula* de Mariza Corrêa no livro *Morte em família* para abordar as partes que um processo penal possui até chegar a uma verdade. Aqui será utilizado o conceito a partir da leitura da primeira autora quando enuncia a maneira que cada “personagem” da trama jurídica desenvolve e contribui com a versão de verdade final expressa na conclusão do caso.

²⁹ ZENHA, 1985, p. 126.

³⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, Comissão dos Socorros Públicos, 1877-1879. Caixa: s/n.

³¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, Chefatura da polícia. *Rol dos Culpados*. Teresina, 1852 - 1900; ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, Poder Executivo. Livro de *Indicações dos Detidos da cidade de Teresina entre os anos de 1900-1926*. SPE, Cod. 999, Est. 09, prat. 01; ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, Poder Executivo. Registro de Inquéritos 1919-1927. SPE, Cod. 997, Est.09, prat. 01;

Legislação estadual e municipal³⁴, mensagens e relatórios governamentais³⁵, noticiários de jornais³⁶, bem como, crônicas,³⁷ memórias e outras produções literárias³⁸ que tratavam sobre as vivências das mulheres pobres na cidade. Sendo assim, optamos por alargar as variáveis sociais em que essas mulheres podem ser percebidas.

O material analisado encontra-se também em periódicos referentes as últimas décadas do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, como os jornais *Estado do Piauí*, *A Legalidade*, *Gazeta*, *Gazeta do Comércio*, *Pátria*, *Correio*, *Correio de Teresina*, *Diário do Piauí*, *Piauí*, as revistas *Litericultura* e *Revista da Academia Piauiense de Letras*, e alguns Almanques. A consulta a esses periódicos justificou-se por estes sugerirem possibilidades de discussão acerca das relações com a pobreza na cidade e dos papéis dos cronistas e administradores para com a organização social e cultural que almejavam.

Além desse material, para que aspectos culturais do contexto social no qual estavam inseridos homens e mulheres teresinenses do final do século XIX e início do século XX fossem analisados no que diz respeito às normas e valores que procuravam instaurar-se na cidade, foram imprescindíveis à leitura de textos de autores piauienses que publicavam independentemente ou em jornais da cidade. Entre eles destacaram-se: Jônatas Batista³⁹

³² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, Poder Executivo. Documentos Avulsos da Secretaria de Polícia, 1891-1895.

³³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, Poder Judiciário. 1890-1936. Caixa 0066; ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, Poder Judiciário. Processo penal. Autuamento. Ao primeiro dia de fevereiro do ano de mil oitocentos e noventa e cinco, nesta cidade de Teresina, comarca do mesmo nome e no meu cartório, autuo a denuncia e mais peças que adiante se seguem, do que para constar faço este autuamento. Eu Manoel Clementino da Silva Costa, escrivão da comarca de Teresina. Autuei. Processo Maria Thomazia da Conceição.

³⁴ CÓDIGO de Posturas do Conselho Municipal. Teresina: Tipografia Paz, 1912; ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, Poder Executivo. Leis e decretos do Estado do Piauí de 1920, Lei nº 983. In: *Leis, decretos e resoluções dos anos 1915-1924*. Caixa 08; ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, Palácio do governo. Ministério da justiça. 1845-1969. Caixa s/n.

³⁵ PIAUÍ, Mensagens dos Governadores do Estado à Assembleia Legislativa (1890-1930).

³⁶ Para a pesquisa serão utilizados jornais como: *O Estado do Piauí* (1890), *Gazeta do Comércio* (1895), *Gazeta* (1905-1908; 1927- 1930), *A Palavra* (1902), *O Correio* (1901), *Jornal de Notícias* (1918), *O monitor* (1907-1909), *Diário do Piauí* (1911- 1914), *Piauí*(1913), etc.

³⁷ Referimo-nos a matérias e crônicas de jornais de Teresina como: A MISSÃO da mulher. *O Piauí*, Teresina, ano 28, n. 130, 25 de outubro de 1917, p. 136; CONSELHOS de uma noiva. *A Gazeta*, Teresina, ano 2, n. 40, 1905, p. 330-331; EMANCIPAÇÃO da mulher. *Andorinha*, Teresina, 12 de outubro de 1906, p. 141-143; OS ESCANDINAVOS e a educação da mulher. *Cidade Verde*, Teresina, 10 de fevereiro de 1919, p. 155 .

³⁸ BATISTA, Jônatas. *Poesia e prosa*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985; CHAPÉU DE SEBO, Aspectos piauienses. Revista: *Litericultura*, Teresina, 01 de junho de 1912, ano 1, n. 6, p. 22-33; FREITAS, Clodoaldo. Os Barretos. In: Revista: *Litericultura*, Teresina, 01 de maio 1912, ano 1, n. 5, p. 22- 33.

³⁹ Jônatas Batista nasceu em 18 de abril de 1885, em Monsenhor Gil-PI e faleceu em 15 de abril de 1935 em São Paulo. Poeta, teatrólogo, ator e jornalista. Participou ativamente da cultura de Teresina. Pertenceu à Academia Piauiense de Letras.

Clodoaldo Freitas⁴⁰, Higino Cunha⁴¹ e Abdias Neves⁴² que utilizaram da escrita para colocar as suas percepções acerca das modificações por que passava a sociedade.

Em Teresina, a virada do século XIX para o século XX foi um período marcado pela emergência de novos valores que ajudaram a transformar as relações sociais e a vivência no ambiente privado, sendo possível identificar a construção de novas formas de entender as masculinidades e as feminilidades, que teve como pano de fundo, mudanças no aspecto físico da cidade e a nova ordem social proposta pela República. Sendo assim, selecionamos esse recorte espaço-temporal por entendermos que nesse período a cidade é recortada por projetos de ordenamento que nos possibilita identificarmos a ressignificação das práticas das mulheres pobres desse período.

Diante das considerações feitas acerca deste estudo, optamos por dividi-lo em três capítulos cujas temáticas estão relacionadas entre si, para responder o principal problema proposto: *Vivências e sobrevivências de mulheres pobres em Teresina, no final do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX*. No primeiro capítulo intitulado *Viver e sobreviver em Teresina*, procuramos identificar a(s) forma(s) que a população pobre elencava suas vivências em Teresina, capital do estado do Piauí, entre os anos de 1890 e 1920, apresentando como essas pessoas lidavam com as circunstâncias econômicas e sociais que as envolviam e modulavam suas rotinas e práticas culturais nessa cidade. Para tanto, montamos o contexto social desses indivíduos, apresentando características estruturais e sociais de Teresina nesse período, para que fosse possível entendermos como criaram suas redes de sociabilidades e movimentaram-se nas diferentes relações e dinâmicas sociais.

Em *Mulheres pobres e as sociabilidades*: Dificuldade de morar, trabalhar e de lazer, problematizamos as práticas das mulheres pobres no dia-a-dia de Teresina, buscando cartografar as formas de morar, de trabalhar e de lazer vivenciadas na cidade diante das mazelas da condição social e do sexo. Assim, pretendemos responder a questões como: *No contexto da pobreza em Teresina, como as mulheres sobreviviam? Quais os principais locais de atuação dessas mulheres? Como moravam, trabalhavam e se divertiam?*

⁴⁰ Clodoaldo Severo Conrado Freitas. Nasceu a 07 de setembro de 1855, na cidade de Oeiras e faleceu a 29 de junho de 1924 em Teresina. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Recife em 1880. Em sua produção literária e historiográfica constam obras sobre a história de Teresina, obras de ficção e crônicas sobre diversos assuntos. Foi um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras.

⁴¹ Higino Cícero da Cunha. Nasceu em 11 de janeiro de 1858 em São José das Cajazeiras, hoje Timon (MA) e faleceu em Teresina em 16 de novembro de 1943. Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife em 1885. Foi um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras.

⁴² Abdias da Costa Neves nasceu em 19 de novembro de 1876 e faleceu em 28 de agosto de 1928, em Teresina. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife (1898), jurista, político, jornalista, poeta, romancista, historiador e professor do Liceu Piauiense e da Escola Normal Oficial, e professor do Liceu Piauiense e da Escola Normal Oficial.

Para o terceiro e o último capítulo intitulado *Mulheres pobres e a criminalidade*, foram selecionadas algumas ocorrências criminais homicidas de mulheres pobres no seio da justiça, na literatura e também nos jornais. Assim, através, ainda, de jornais locais e de documentos da secretaria de polícia e do aparelho judicial da cidade, foi possível observar como as mulheres pobres acusadas de crimes eram percebidas e caracterizadas pelo controle social, policial e jurídico da cidade.

2 VIVER E SOBREVIVER EM TERESINA

[...] Pela manhã uns sem número de mulheres, quase sempre esqueléticas e maltrapilhas, se agrupam nos chafarizes rolando macabramente as suas ancoretas, numa vozeria que é o canto do sofrimento, fumando seus cachimbos a largos tragos [...] Não tendo mesmo um sentimento de coqueteria que é próprio do sexo, ao contrário, o desganhamento dos cabelos, o descuido geral do vestuário, denota a primeira vista que aquelas pobres mulheres não são mais do que umas máquinas de amor, de onde os filhos brotam como a fertilidade da terra roxa.⁴³

Em 1913, Caio Lima⁴⁴ no jornal *Correio de Teresina*, criticava práticas cotidianas de mulheres que, segundo ele, não possuíam os traços de elegância e aparência característicos do ser feminino. No século XX, assim como no final do século XIX, cenas como as descritas acima foram muito comuns nas páginas dos jornais de Teresina. Por meio, principalmente, da crônica, esse e outros redatores criticavam os costumes de mulheres pobres que representavam profundas perturbações para o cenário urbano que almejavam para a capital.

Em contexto de implantação do novo regime político a partir de 1890 e de ressignificação dos comportamentos de homens e mulheres, Caio Lima expressava a pretensão de grupos de elites e de classe média em edificar uma sociedade baseada em novos hábitos de agir, de existir, de ser educado, de ser civilizado. Essas questões estavam inseridas em discussões centrais sobre a ordenação dos segmentos pobres, em especial das mulheres, que ocorriam, no Brasil, entre os anos de 1890 e 1920.

Na imprensa, sobretudo, e através de documentos políticos e de órgãos como a polícia e a justiça, bacharéis, literatos e/ou homens públicos criticavam costumes dessas pessoas que iam de encontro aos valores morais e modos de viver considerados essenciais a constituição da civilidade. Além das intenções claras de colocar os costumes teresinenses mais próximos de padrões civilizados, esses redatores davam visibilidade às hierarquias e desigualdades sociais que norteavam o cotidiano de mulheres pobres.

Nesse capítulo, portanto, objetivamos mostrar a cidade de Teresina e as condições de viver e sobreviver das mulheres pobres junto aos demais habitantes, entre os anos de 1890 e 1920, com ênfase nos limites e resultados do projeto modernizador presente nas transformações espaciais, sociais e culturais. Num primeiro momento trataremos das condições de existir em Teresina, considerando as condições físicas e de infraestrutura que envolviam os habitantes. Em sequência, evidenciaremos as limitações do cotidiano das

⁴³ LIMA, Caio. De relance. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 34, 29 set. 1913, p. 2.

⁴⁴ Caio Lima era pseudônimo de Raimundo Mendes Bulamarqui, que nasceu em Oeiras em 1887 e faleceu em 1939 no Rio de Janeiro. Foi oficial do Exército e comandante do Corpo Militar de Polícia no Piauí entre os anos de 1914 e 1915.

mulheres pobres diante das ideias de civilidade presentes no processo modernizador em andamento, e, por último, as mulheres que compunham os segmentos populares, bem como os seus aspectos culturais dentro do círculo de sobrevivência.

2.1 Traçando um panorama inicial: a cidade e a pobreza

Michel Mollat, em estudo sobre os pobres na Idade Média no período compreendido entre os séculos VI e XI, sugere que pobre é o indivíduo que de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação caracterizada pela privação de meios, como: o dinheiro, relações, influência, poder, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade e dignidades pessoais, que garantem a consideração social; assim como aquele que vive a pobreza por um ideal ascético.⁴⁵ Nessa perspectiva, a complexidade de situações vividas pela condição de pobreza e os diferentes contextos, dificultam a definição do termo pobre em um único conceito.

Contudo, em tentativas de chegar a uma definição, o autor considera que o fenômeno da pobreza está em dois planos, onde, por um lado, algumas pessoas vivem em simples condições de necessidades materiais e sociais, e, por outro, configuram-se em um estado miserável de existência. A partir dessa lógica, Michel Mollat identifica três limites em que pode ocorrer a transposição entre esses planos, gerando processos de diferenciação entre os pobres, são eles: o limiar biológico, o econômico e o sociológico. No limiar sociológico, o pobre “verdadeiro” seria aquele que permanece membro de um grupo, vivendo com os escassos recursos de seu trabalho humilde. Transposta essas condições, o pobre “verdadeiro” passa a ser desclassificado socialmente, e transforma-se no errante, mendigo, que seria um rebelde, um disseminador da desordem ou um propagador de epidemias.⁴⁶

Nesse sentido, seja como vítima ou errante, observar a vivência dessas personagens nos revela mais do que seus costumes e práticas diárias. A investigação do seu cotidiano proporciona o conhecimento de normas e valores culturais que compõem uma sociedade. Por serem sujeitos que sobrevivem num mundo adverso, as relações que mantêm com os demais segmentos refletem padrões de comportamento e modos de existir firmados consensualmente (ou não), entre os habitantes. Além disso, a forma que ricos ou abastados qualificam outros

⁴⁵ MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média*. Tradução Heloísa Jahn. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989, p.5.

⁴⁶ MOLLAT, 1989, p. 63- 64.

indivíduos enquanto pobres “verdadeiros” ou “desclassificados”, nos permite enxergar os mecanismos de diferenciação social que muitas vezes esses grupos criam, mas que não se restringem apenas às hierarquias econômicas, abrangendo, sobretudo, distinções sociais e culturais.

Em Teresina, pobre e modesta camponesa⁴⁷, como a denominou Higinio Cunha⁴⁸, o tema do pobre e da pobreza está presente na produção de alguns intelectuais, de forma mais incisiva, desde as décadas 1870 e 1880, período em que problemas como a seca perturbava o cenário social da cidade.⁴⁹ Com a chegada do regime republicano, as imagens construídas sobre esses habitantes apresentaram novas tendências, que foram desde a prescrição de novas formas de viver ao combate aos maus costumes.

A partir da instauração da República, em 15 de novembro de 1889, e o fim do trabalho escravo, o Brasil ganhou novos ares de liberdade, igualdade, democracia e modernidade, além do estabelecimento de uma nova organização político-administrativa, obediente aos princípios do federalismo. Embora considerados decadentes, guardando, nos discursos dos republicanos, os vícios de privilégios e ineficiência típicos do regime monárquico, os órgãos administrativos e cargos públicos da forma política implantada, apresentaram novos contornos e projetos para a sociedade, especialmente as camadas populares, que após a extinção do regime escravista e conseqüentemente do trabalho livre, necessitaram ser ordenadas aos moldes do trabalho assalariado do sistema capitalista.⁵⁰

Essa organização social se impôs na maior parte das cidades do Brasil entre os anos de 1890 e 1920. Contudo, em Teresina, o novo ordenamento coincidiu com um gradual processo de modernização, pelo qual a cidade passou a agregar melhorias de infraestrutura e de novos espaços de sociabilidades, e aos poucos deixava as raízes rurais da sua fundação para urbanizar-se. Neste cenário, com as esferas estadual e municipal ganhando força para gerir, com significativa autonomia nos termos da lei, os seus próprios negócios e diretrizes sociais, e a cidade passando por transformações físicas expressas no estabelecimento de serviços, bens

⁴⁷ NOVO SURTO. *Chapada do Corisco*, Teresina, ano 1, n. 1, 11 de maio de 1918, p. 2.

⁴⁸ Higinio Cícero da Cunha nasceu a 11 de janeiro de 1858, em São José das Cajazeiras, hoje, Timon (MA), falecendo em 16 de novembro de 1943, em Teresina. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife. (1885), professor do Liceu Piauiense, da Escola Normal Oficial e da Faculdade de Direito do Piauí, jurista, magistrado e escritor. Ver GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado: 1549-2003*. Teresina: Halley, 2003, p. 143.

⁴⁹ São muitos os jornais de Teresina que tratam dessa temática nessas décadas. A título de exemplo ver jornais *A Época* de 1878-1884. A SECA E OS IMIGRANTES, *A Época*, Teresina, ano 1, n. 2, 13 de abril de 1878, p. 3.; COMISSÃO CENTRAL DOS SOCORROS, *Almanaque Piauiense*, Teresina, ano 1, dezembro de 1878, p. 80.

⁵⁰ SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada*. O Partido Republicano Paulista e a Política de Mão-de-obra — 1870-1889. São Paulo: Hucitec, 1986; CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, 2ª ed., 2001.

de consumo e na construção de espaços públicos, consolidaram-se novas possibilidades de existir que atravessavam homens e mulheres da capital, especialmente os das camadas pobres.

Em 1890, Teresina, mesmo planejada para ser a nova capital⁵¹, possuía fisionomia e costumes profundamente sertanejos, reunindo pouquíssimos aspectos urbanos aos predominantes rurais. A população da jovem Teresina era composta por uma minoria rica e de classe média, e por um grande número de pessoas pobres, que tendiam a multiplicar-se ao longo dos anos, devido a imigração causada pelas periódicas secas que assolavam outros estados limítrofes, em especial o Ceará.

Os habitantes mais abastados pertenciam aos grupos familiares donatários dos primeiros quarteirões que correspondia “a cidade de Teresina” [Mapa 1: Planta da Cidade de Teresina no seu Nascedouro; 1º Decênio – da Fundação (1852) até a Guerra do Paraguai (1865)]. Eram os Freitas, os Sousa Martins e famílias correlacionadas, os Sousa Mendes, os Silva Moura, que a partir da transferência da capital, passaram a disputar o poder com as antigas famílias do norte, como os Carvalho, os Pires Ferreira, os Correia e os Castelo Branco.⁵²

Essas famílias e parentelas estavam distribuídas em quintas, chácaras, sítios, rocinhas ou currais de fazenda, da Rua da Estrela (atual Rua Desembargador Freitas) até a Rua Santo Antônio (atual Rua Olavo Bilac que se transforma em Avenida José Santos e Silva na extremidade ligada à beira Rio - Avenida Maranhão). Junto aos prédios públicos, e em ruas alinhadas e perpendiculares, essas habitações formavam a área edificada da cidade. Nos arredores, Estrada Nova, Cajueiro, Barroco, S. Benedito, Pontal, mais distante o Poti Velho⁵³, e em localidades ou arraial, encontrava-se mulheres pobres e seus familiares em casas cobertas de palha em ruas indefinidas.

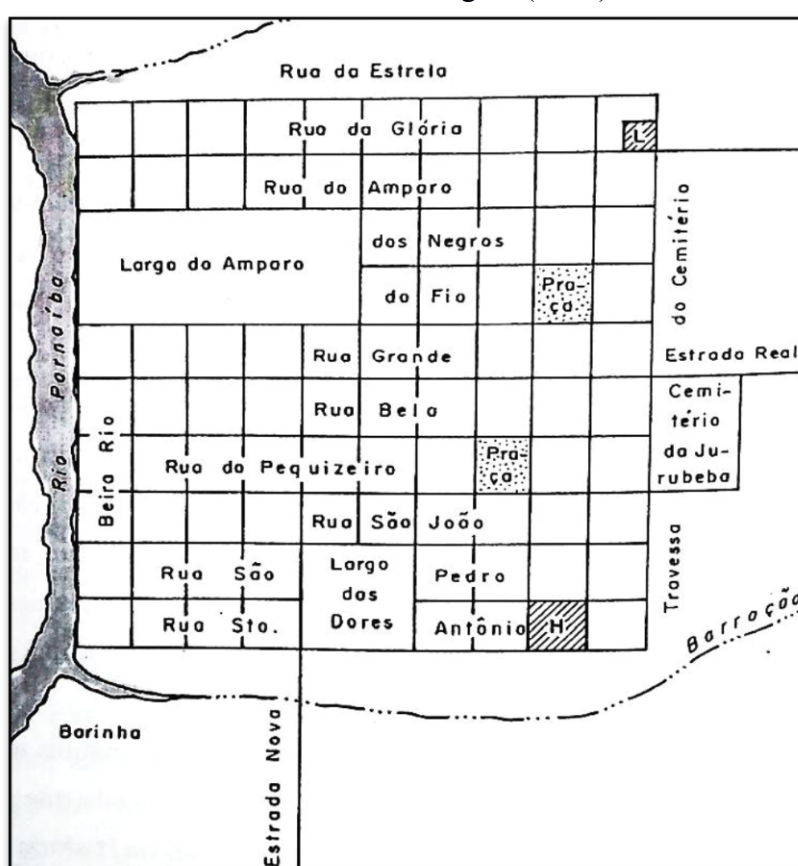
⁵¹ Para uma sucinta pesquisa sobre a transferência da capital de Oeiras para Teresina em agosto de 1852, ver: CHAVES, Monsenhor. *Obra completa*. 2ª ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998; GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Teresina – pesquisas históricas*. Teresina: FCMC, 1991, p.15; SILVA, Júlio Romão. *Memória histórica sobre a transferência da Capital do Piauí*. 3ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994, p-23; FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

⁵² Até a segunda metade do século XIX, as bases do poder no Piauí estavam concentradas nas famílias originárias do Centro – Sul, na região compreendida pelos municípios de Picos, Jaicós, Oeiras, Valença, e, nas da região norte, nas cidades de Parnaíba, Campo Maior. QUEIROZ, 1998a, p. 289- 291. Para estudos mais aprofundados consultar também: BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995; CASTELLO BRANCO FILHO, Moysés. *A família rural do Piauí*. Teresina: Companhia Editora do Piauí, 1983; CASTELO BRANCO, 2008; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais: a condição feminina em Teresina na Primeira República*. Teresina: Edições Bagaço, 2005; RÊGO, Ana Regina Barros Leal. *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. – Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001. SOUSA NETO, Marcelo de. Nos bastidores do poder: Política e relações familiares no Piauí do século XIX In: *Revista Crítica Histórica*, ano 7, nº 13, junho/2016;

⁵³ COSTA, Odilo. Teresina In: *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano XXVI, nº 20, p. 50-56, maio 1943.

Além da Rua dos Negros (atual Rua Eliseu Martins), que também passou a concentrar ex escravos e prostitutas ao longo dos anos de 1870 e 1880⁵⁴, esses locais representavam os subúrbios da cidade, habitados por pessoas sem trabalho habitual e com profissões indefinidas. Nessas áreas, esses moradores viviam em precárias condições de vida, “perambulando pelas ruas e praças da cidade,”⁵⁵ se diferenciando dos grupos ricos e de classe média tanto pela maneira como se agregavam quanto pelos hábitos que caracterizavam seu cotidiano.

Mapa 1 – Planta da Cidade de Teresina no seu Nascidouro; 1º Decênio – da Fundação (1852) até a Guerra do Paraguai (1865).



Fonte: MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Rua da Glória*. Teresina: Editoria da Universidade Federal do Piauí, 2015, v. 1, p. 58.

⁵⁴ Mairton Celestino da Silva ao analisar experiências de negros, cativos e libertos, e seus conflitos com a sociedade escravista teresinense do século XIX, apresenta algumas das relações vivenciadas na Rua dos Negros, como passou a se chamar a antiga Rua Augusta exatamente pela confluência de pessoas de origem negra e escrava. Informações presente em: SILVA, Mairton Celestino da. *Batuque na rua dos negros: cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX*. 2008. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

⁵⁵ ARAÚJO, M. M. B. de. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. Teresina: EDUFPI, 2010, p. 21.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, o plano urbanístico ganhou novos formatos. Partindo da planta do primeiro decênio, algumas das modificações foram a extensão ao norte da Estrada Nova (atual Rui Barbosa), definindo a área do Cemitério Velho (atual cemitério São José) e a expansão a leste com a Companhia das Águas, localizado no Morro São João. As famílias das camadas mais ricas conviviam assim, lado a lado, com os costumes e comportamentos das famílias pobres, e tinham de lidar com os contrastes que marcavam as suas rotinas.

A cidade, até as primeiras décadas do século XX, apresentava um crescimento populacional lento e se caracterizava por agregar todos os defeitos estruturais que um desenvolvimento antecipado acarretava. As médias da cidade eram menores que as alcançadas por todo o estado do Piauí, apresentando maiores índices em meados do século XIX, nos primeiros anos da fundação [Tabela 1: População de Teresina 1872-1920].

Tabela 1 – População de Teresina e do Piauí entre os anos 1872-1920.

Número de Habitantes	1872	1890	1900	1910	1920
Piauí	202.222	267.609	334.292	428.145	609.027
Teresina	21.692	31.523	45.316	48.614	57.500
Piauí / Teresina	10,72	11,77	13,55	11,35	9,44

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Recenseamento de 1890; Sinopse do Recenseamento de 1900; Anuário Estatístico do Brasil 1908-1912.*

Nesse período, ainda predominavam as moradias cobertas de palha, que se apresentavam em quantidades bastante superiores as feitas de alvenaria. Esse aspecto é bastante representativo sobre os elementos rurais que ainda caracterizavam Teresina. Malgrado o material, essas estruturas representavam moradias que muitas vezes eram a extensão de fazendas ou currais pertencentes a membros da elite ou de classe média em outras

idades do Piauí, posto que assim como as habitações dos populares, muitas quintas ou currais eram cobertos de palha e/ou possuíam estrutura com troncos de carnaúba.

A primeira residência da família Dias Figueiredo, situada na Rua da Glória (atual Lisandro Nogueira), a casa de Ludgero Gonçalves Dias, fazia parte dessas habitações. Segundo Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, a casa do seu tetravô materno foi edificada com paredes de adobes e teto de estrutura de troncos de carnaúba coberto de palhas de babaçu, formando uma improvisação rústica de uma casa rural, que de urbano só possuía o alinhamento das ruas.⁵⁶

Moradias como essa, também estão presentes nas recordações registradas em memórias como as de Bugyja Brito⁵⁷ e Cristino Castro Castelo Branco⁵⁸, em que ambientaram suas infâncias em casas de meias paredes, de portas com trancas frágeis ou mesmo inexistentes, o que demonstrava a precariedade da vida urbana e a forte influência do meio rural sobre Teresinha, nesse período.⁵⁹ Quase sempre o nome dado a essas residências eram de cidades importantes, batalhas, terras consideradas santas, esposas, etc., nomes que representassem a grandiosidade que seus donos imaginavam para as suas propriedades.

Apesar de, nesse contexto, as interferências nacionais agirem diretamente na sociedade da capital, através da produção dos intelectuais e de medidas estatais e municipais, a realidade social de Teresina com elementos urbano-rurais era bem diferente de várias cidades brasileiras que, a essa altura, já eram atravessadas por processos de urbanização e modernização mais delineados. Alguns exemplos nacionais foram as possibilidades de existência na cidade de Recife na década de 20, com os impasses do processo de modernização identificados por Antônio Paulo Resende⁶⁰, e a relação entre o ritmo de crescimento e os signos da modernidade que se constituíam nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro abordados por Nicolau Sevcenko.⁶¹

⁵⁶ MONTEIRO, 2015, v. 1, p. 111.

⁵⁷ Antonio Bugyja de Souza Brito nasceu a 21 de maio de 1907 em Oeiras e faleceu no Rio de Janeiro em 03 de dezembro de 1992. Bacharel em direito pela Universidade do Brasil em 1933. Foi co-fundador do jornal O lábaro (1926), do Cenáculo piauiense de letras (1927). Colaborou ainda em O Piauí, A imprensa, Gazeta, e A revista de Teresina. Membro da academia piauiense de letras.

⁵⁸ Cristino Couto Castelo Branco nasceu em 24 de Julho de 1892 em Teresina e faleceu em 25 de fevereiro de 1983 no Rio de Janeiro. Bacharel em Direito no Recife em 1911. Foi Juiz de Direito e Desembargador. Diretor da Instrução Pública, professor do Liceu Piauiense e da Escola Normal em Teresina. Colaborou em vários Jornais e Revistas na imprensa de Teresina. Membro da Academia Piauiense de Letras.

⁵⁹ CASTELO BRANCO, 2008, p. 184.

⁶⁰ REZENDE. Antônio Paulo de Morais. *(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: FUNDARPE, 1997.

⁶¹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982; SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

No mesmo período, em cidades como Londres e Paris, segundo Stella Bresciani, as atividades humanas haviam perdido qualquer vínculo com o tempo da natureza. Nessas cidades “[...] há muito se encontravam subordinadas ao tempo abstrato, ao dia implacavelmente dividido em 24 horas.”⁶² Dessa forma, as transformações econômicas e espaciais dessas cidades serviam de suporte para que Teresina continuasse sendo vista como uma cidade provinciana e pobre, com muitos problemas estruturais.

Na chegada do cinquentenário de Teresina em 1902, pouca coisa havia mudado desde a sua fundação. Dados de Folheto comemorativo apresentava que, as casas com telha chegavam a cerca de 600, enquanto havia um número três vezes maior de habitações cobertas com palha. A área aproximada era de dois quilômetros quadrados, onde a população de Teresina se distribuía em 16 ruas principais, 11 ruas transversais, 7 praças e uma avenida, além dos arrebaldes.⁶³ O cenário modificou-se lentamente, e até os anos de 1913⁶⁴, as estimativas consideravam 500 casas de alvenaria para uma enorme quantidade de moradias cobertas com palha e de pau a pique. Nesse mesmo ano, o cronista Caio Lima manifestava intenso desconforto com o contraste da fisionomia dos bairros pobres para o resto da cidade.

Teresina é uma curiosa cidade.

Uma cidade que se compõe de um núcleo de casario de telha mais ou menos em disposição geométrica [...] e de uma cinta infinitamente maior que corre da Vermelha ao Poti Velho, casinhas de gentalha, pobres, de palha, sem nenhum gosto e sem a menor arte. É como a miséria abraçando a abastança relativa; a nudez espreitando a comodidade.⁶⁵

O olhar dos cronistas, intelectuais, visitantes e dirigentes municipais para as “casas de palha” era de verdadeiro horror. Os legisladores demonstravam preocupação com o esse tipo de habitação que cercava o núcleo central, desde o nascimento da cidade.⁶⁶ Elas expressavam, sobretudo, o incômodo de pessoas mais abastadas para as marcas da presença dos mais pobres e dos seus costumes na cidade, próximas do perímetro urbano; próximas das suas casas. Ao lado de críticas as essas construções que tomavam conta da cidade, estavam reclamações sobre a falta de calçamento nas ruas dos variados bairros. Tamanho era o problema que, em algumas ruas do perímetro, esse serviço foi financiado pela iniciativa privada, conforme nos

⁶² BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Tudo é história), p. 17.

⁶³ PINHEIRO, João et. all, 1902 apud QUEIROZ, 1998a, p. 27.

⁶⁴ IGLESIAS, Francisco de Assis. *Caatingas e chapadões*. São Paulo: Editora Nacional, 1951, p. 37.

⁶⁵ LIMA, Caio. De relance. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 34, 29 set. 1913, p. 2.

⁶⁶ CHAVES, 1998, p. 38.

conta Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro no calçamento da Rua Grande (atual Rua Álvaro Mendes), durante o governo de Álvaro de Assis Osório Mendes (1904-1907).

A senhora Joaninha Portelada, esposa do médico Dr. Raimundo de Arêa Leão, cansada de mandar os seus criados molhar a rua para baixar a terrível poeira, na seca e calçar com algumas pedras e tábuas a lama, nas águas, resolveu pedir autorização ao Prefeito para assumir o calçamento daquela rua no 6º quarteirão, aquele em que estava a sua residência. O prefeito não somente autorizou como sugeriu à proprietária que intermediasse com os outros moradores, de frente à casa, para que dividisse pela metade a despesa do calçamento com paralelepípedos.⁶⁷

No período chuvoso, as ruas ficavam escavadas por córregos e no, dia a dia, serviam de palco para centenas de animais como: bois, porcos, galinhas, que circulavam a contra gosto de muitos habitantes. Sintomas desse mal estar estavam presentes, por exemplo, na campanha contra os porcos nas ruas, fato que levou o Intendente Manuel da Paz declarar em 1892 que ,“o porco, em Teresina, tem força para derrubar a República.”⁶⁸ Passados dez anos, o número de animais que circulavam pela cidade continuava expressivo.

Dados de um anteprojeto de 1902, elaborado por Álvaro Teixeira de Sousa Mendes com a finalidade de incentivar capitalistas a investir numa empresa que fizesse o abastecimento de água, mostrava que chegava a 100 o número de animais carregados de ancoretas que prestavam esse serviço, realizando de 10 a 13 viagens por dia.⁶⁹ As críticas a circulação desses animais continuaram nos próximos anos. Em 1903 o Jornal *O Estado* noticiava que, “[...] É considerável o número de vacas e outros animais que andam pelas ruas mais frequentadas do nosso centro emporcalhando tudo, atropelando as crianças e derrubando as cercas dos quintais.”⁷⁰

O sistema de abastecimento era feito através dos aguadeiros que apanhavam a água no rio Parnaíba, distribuía através de animais carregados de ancoretas e vendiam para os habitantes que não se serviam diretamente dele. Em 1899 algumas pessoas também tinham acesso a água através de três poços de água potável que a prefeitura mantinha, sendo dois nos subúrbios, ou mesmo, por meio de chafarizes espalhados pela cidade. A propósito, a questão do abastecimento de água ia de encontro a prática de lavar roupas que mulheres pobres lavadeiras faziam nas margens do rio Parnaíba. Segundo jornais da época, a lavagem de roupas realizada acima da Barrinha onde cargueiros d’água enchiam suas ancoretas era muito

⁶⁷ MONTEIRO, 2015, v. 2, p.139.

⁶⁸ MONTEIRO, 2015, v. 2, 41.

⁶⁹ PROSPECTO. Empresas das águas de Teresina, *Piauí*, ano 12, n. 613, 05 de abril de 1902 apud, QUEIROZ, 1998a, p. 27.

⁷⁰ FATOS DIVERSOS. *O Estado*. Teresina, ano 2, n.34, 16 de maio de 1903, p.2.

prejudicial a saúde dos compradores. Além disso, entre as roupas sujas, encontravam-se as do Hospital Militar.⁷¹

Por conta dessa realidade, no dia 20 de maio no ano de 1891, foi publicado o Decreto de n. 72⁷² que lançava as normas de autorização do abastecimento de água potável na capital sob o governo de Álvaro Moreira de Barros Oliveira Lima. Neste documento ficava estabelecido o monopólio de uma companhia para o abastecimento de água, por um período de cinquenta anos. Porém, o projeto não vingou. Em 1900, foi promulgado o decreto de n. 263, no dia 29 de março e em 1901 o de nº 206, em fevereiro⁷³, que também não obtiveram êxito.

No outro ano, em 1902, o problema da água continuava, mas ainda não pôde ser contornado no governador Arlindo Francisco Nogueira⁷⁴, que teve de empenhar para melhorar o aspecto da cidade, no que se refere à higiene e a limpeza, e a reforma de alguns prédios públicos. De acordo com a Mensagem do governador à Câmara Legislativa, na sua administração, os melhoramentos atingiam diversos prédios públicos, passando da construção de um palacete no local onde havia funcionado a Estação do Telégrafo Federal, a concertos nos prédios do Liceu Piauiense, das Secretarias de Fazenda e da Polícia, do Tribunal de Contas, na tipografia oficial e na Casa de Detenção.⁷⁵

Apenas no governo do seu sucessor, Álvaro de Assis Osório Mendes (1904 -1907), algumas obras públicas na capital e no Estado saíram de vez do papel, como foi o caso do serviço de canalização e abastecimento domiciliar das águas em Teresina. No ano de 1906, o seu governo foi marcado pelos projetos de instalação do primeiro serviço de canalização e abastecimento de águas e um sistema de telefones. O primeiro foi propiciado pelo grupo Casa Cruz de Caxias e capitalistas da cidade, enquanto os telefones foram instalados pelo empresário João Maria Broxado, novidade que representava a possibilidade de conexão com outras regiões. Embora o abastecimento fosse um sistema simples que excluía o tratamento da água captada, apresentando, no período chuvoso, cor de buriti, o serviço simbolizava

⁷¹ CHAVES, 1998, p. 47.

⁷² DECRETO Nº 72 do dia 20 de maio de 1891. *Normas para a autorização do abastecimento de água potável na capital piauiense*. Arquivo Público do Estado do Piauí, Casa Anísio Brito.

⁷³ CHAVES, 1998, p. 46.

⁷⁴ Na verdade, o novo século iniciou com o governo de Raimundo Arthur Vasconcelos em 1900, que passou o cargo a Arlindo Nogueira.

⁷⁵ ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira, governador do Estado, no dia 1º de junho de 1902*. Teresina: Tip. d'O Piauí, 1902, p. 13.

melhorias nos suprimentos básicos e a extinção da utilização dos animais responsáveis pela distribuição nas residências, mesmo que a circulação destes tenha permanecido até em 1938.⁷⁶ Porém, essas mudanças chegaram apenas nas casas ricas, pois o número de moradas consideradas “abastecíveis” chegava a pouco mais de 500, em um contexto com mais de 1.800 moradias.⁷⁷ Os moradores pobres continuaram abastecendo-se diretamente dos rios, ou poços cartesianos construídos nesse período.

Uniam-se a esses agravantes, as massas de pobres que chegavam a cidade, vítimas da recorrente secas da província do Ceará ou de outras cidades do interior do Estado do Piauí. Nas mensagens dos presidentes da província as determinações direcionavam-se para a realização de obras públicas em que fossem empregadas essas pessoas. Assim foi o estipulado desde o final do século XIX, para a construção das duas torres e do patamar da Igreja Nossa Senhora do Amparo, a construção de várias pontes, bem como a construção de estradas, reparos nos prédios públicos, poços artesianos, açudes e represas em que só seriam empregadas pessoas assoladas pela seca.⁷⁸

No restante da cidade e paralelo a esse contexto de seca e pobreza, as melhorias ocorriam, aos poucos, com a criação de novas ruas, reorganização do mercado público, arborização de várias regiões da cidade, como foi o caso da construção de um novo cemitério.⁷⁹ Diante desse processo, o jornal *Piauí*, em 1906 apresentava que:

Apesar da dificuldade em que lutamos, oriundas da falta de meios rápidos de comunicação, vamos, entretanto, passando por uma fase de grandes melhoramentos materiais. [...] Teresina, cidade nova, pois apenas consta 54 anos de sua fundação, já apresenta, entretanto, um aspecto agradável ao visitante.⁸⁰

Os discursos estavam voltados para a necessidade de execução de um planejamento urbano que fizesse de Teresina, uma cidade moderna, longe das marcas provincianas e pobres, que a caracterizavam. Nesse contexto, além de pedidos sobre a falta de serviços como calçamento e água canalizada, havia os de instalação de luz elétrica, limpeza das ruas, dos açougues, um bom sistema de esgoto, que também não faziam parte do cotidiano dos

⁷⁶ MONTEIRO, 2015, v. 2, p. 41; 138.

⁷⁷ PINHEIRO, João et. all, 1902 apud QUEIROZ, 1998a, p. 27.

⁷⁸ Dispostos e medidas administrativas presentes em mensagens governamentais como: ESTADO DO PIAUÍ. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. Gabino Besouro, governador do Estado, no dia 19 de outubro de 1890. Teresina: Tipografia de Honorato Souza, 1890; ESTADO DO PIAUÍ. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. Gabriel Luiz Ferreira, governador do Estado, no dia 7 de novembro de 1891. Teresina: Tipografia do O Piauí, 1891; ESTADO DO PIAUÍ. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. Coriolano de Carvalho e Silva, governador do Estado, no dia 8 de junho de 1893. Teresina: Tipografia do O Piauí, 1893.

⁷⁹ MELHORAMENTOS. *Piauí*, Teresina, ano 16, n. 870, 20 de setembro de 1906, p. 165.

⁸⁰ MELHORAMENTOS. *Piauí*, Teresina, ano 16, n. 870, 29 de setembro de 1906, p.165.

teresinenses até os anos de 1910, ao menos de forma satisfatória. Teresina ainda necessitava de melhorias para se tornar uma cidade moderna e civilizada. Nas palavras do cronista Arimathéia Tito Filho,⁸¹

Ainda no alvorecer do século XX e nas proximidades de 50 anos, Teresina não tinha serviço d'água encanada nem luz elétrica: comuns os CARGUEIROS d'água que abasteciam as residências, montados no jumento bisonho, estrepando na cangalha gigante. Deliciosos tempos de Teresina doutra. O astro era o acendedor de lampiões - candeeiros no alto dos postes, queimando querosene. Ao lado do desconforto, da poeira, das raras medidas de higiene, da tuberculose e da sífilis, do casebre de palha, a maledicência generalizada na roda de calçada e nos serenos de bailes.⁸²

Todos esses dados evidenciavam as limitações de Teresina como centro urbano no início do século e até, pelo menos 1910, “Teresina não dispunha de qualquer equipamento urbano que a definisse como uma cidade moderna,”⁸³ embora as expectativas de mudanças estruturais estivessem presentes desde a década de 1880, como sugere Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz. Algumas iniciativas datam desse período, mas até os primeiros anos do século XX, demandas por edificação e a reforma de obras públicas ainda não tinham sido concretizadas. Essa situação justificava-se, principalmente, pelas recorrentes crises econômicas a partir do desequilibrado desempenho da economia piauiense baseada no comércio de exportação de produtos agrários da qual era favorecida,⁸⁴ bem como, dos inúmeros problemas sociais causados pelo contingente de pessoas pobres da cidade e dos que chegavam de outros locais vítimas das secas.

A economia de Teresina até os anos de 1890 era baseada no comércio de produtos agrícolas como vegetais, gados e outros derivados da pecuária, que eram vendidos dentro da cidade e para outras regiões através da navegação do rio Parnaíba. Todavia, no início do século XX, a capital foi muito beneficiada pela exportação da borracha de maniçoba no Piauí, o que permitiu algumas mudanças na economia e construção das primeiras indústrias na capital e no Estado. Embora não se configurasse como centro produtor da borracha, como foi o caso do sudoeste e sudeste do Piauí,⁸⁵ a economia extrativista e a expansão da exploração desse produto proporcionou a capital um impulso no processo de desenvolvimento socioeconômico, do qual resultou na instalação de vários serviços de infraestrutura.

⁸¹ Arimathéia Tito Filho nasceu em Barras em 1924 e morreu em Teresina no ano de 1992. Foi historiador, cronista, jornalista, professor e Presidente da Academia Piauiense de Letras (APL) por mais de duas décadas.

⁸² FILHO, Arimathéia. Tito Filho. *Jornal O Dia*, Teresina, 15 de agosto de 1989.

⁸³ QUEIROZ, 1998a, p. 26-27.

⁸⁴ QUEIROZ, 1998, p. 5.

⁸⁵ QUEIROZ, Teresinha. *A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920*. Teresina: EDUFPI/APL, 1994; QUEIROZ, 1998.

O surgimento dessa nova fonte de receita para o estado gerou um posicionamento otimista do governo frente ao desempenho das exportações, também sentidas no clima de euforia de intelectuais que ansiavam pelo melhoramento da cidade. Nesse contexto, Teresina atravessou um momento muito especial, inclusive possibilitando a criação das primeiras indústrias, como foi o caso da Companhia de Fiação e Tecidos. Fruto da iniciativa que partiu de um grupo de maranhenses liderados pela família Cruz, da cidade de Caxias, e feita com o concurso de capitalistas locais dos quais se destacavam o comerciante português Antônio Gonçalves Pedreira Portelada e o coronel José dos Santos, a construção foi inaugurada em atos de solenidade em 1893.

Atuando no ramo têxtil, a empresa tornou-se um dos principais espaços de trabalho para mulheres pobres, proporcionando além das possibilidades de sustento, lugar de encontros e amores clandestinos, especialmente nas primeiras décadas do século XX.⁸⁶ No próximo capítulo falaremos mais dessas mulheres nesse ambiente de trabalho. Por hora, apresentaremos as bases das transformações físicas e sociais que atravessaram a capital piauiense e refletiram nos seus costumes. Por muitos anos a fábrica destacou-se como a principal indústria. Além dela, somavam à economia de Teresina pequenas fábricas de cigarros de beneficiamento agrícola, óleos, vegetais, etc. Todavia, até os anos de 1920, a economia continuou com fortes vínculos com a renda proveniente de fazendas e sítios de criadores.

Nesse ritmo, houve alguns esforços políticos para melhorar as condições de existência da cidade e torná-la moderna, o que ocorria segundo a disponibilidade dos recursos do Estado.⁸⁷ Nessa perspectiva, as primeiras décadas do século XX são marcadas por modificações nos serviços básicos de infraestrutura e em locais de sociabilidades; muito embora os ares urbanos se constituam ao lado de uma cidade eminentemente rural, com maioria de habitantes pobres em circunstâncias precárias de sobrevivência. Sendo assim, os passos da modernização de Teresina, mesmo sendo um movimento mais lento do que o vivido em outras grandes cidades brasileiras, necessita ser entendido como uma das bases do processo civilizador dos habitantes nos espaços sociais da cidade.

Como sugere Antônio Melo Filho, durante os anos de 1905 e 1908, e sob a administração do Intendente municipal Domingos Monteiro, a cidade despontou para o seu projeto modernizador, com a urbanização e a higienização das ruas, o que possibilitou a

⁸⁶ CARDOSO, 2010, p. 380.

⁸⁷ CHAVES, 1998, p. 44-46.

capital agregar ares de modernidade lançando, inclusive, novo código de postura.⁸⁸ Na administração do seu predecessor, o Intendente Benjamim de Sousa Martins, entre os anos de 1901 e 1905, algumas mudanças foram no sentido de melhorar o aspecto da iluminação pública, como ocorreu com o aumento do número de querosenes da cidade de 117 para 140, colocando-os em postes de aroeira.

No que se refere à energia elétrica, os habitantes esperaram mais alguns anos para mudar a realidade de utilização dessas fontes. Teresina não possuía um serviço de iluminação pública de forma regular até o ano de 1882, e antes da instalação da luz elétrica, a municipalidade mantinha faróis a querosene até as dez horas da noite para iluminar as ruas. Apenas em 1914 o serviço de energia elétrica concretizou-se em Teresina, após algumas tentativas privadas de implantação desse sistema não obterem êxito.⁸⁹

As providências do processo de instalação desse serviço foram realizadas no mesmo local da Companhia das Águas em 1913, onde reuniram os dois sistemas numa só Usina. Nesse ano e antes da grande seca de 1915, a administração do governo de Miguel Rosa conseguiu implantar a luz elétrica e melhorar o sistema de abastecimento de água, que já proporcionava água filtrada, contando com cinco tanques de 500 mil litros cada, sendo dois destinados a decantação, dois para a filtração e um para depósito da água já filtrada.⁹⁰

Entretanto, ambos os serviços privilegiaram as casas de pessoas com alta condição econômica. Nesse período, o preço da água era de 7\$000 para meias moradas e 12\$000 para moradas inteiras. Para os bairros da periferia haviam chafarizes públicos onde a água era vendida a 100 réis o barril de 125 litros e 20 réis por uma lata de querosene. Quanto a iluminação, foram instalados “contadores” que custavam 1\$500 réis por mês o aluguel, sendo o custo do kw/hora de 500 réis.⁹¹

Nessa perspectiva, entre os anos de 1910 aos de 1920, Teresina experimentou um conjunto de transformações que se revelou a partir de melhorias urbanas como a canalização da água e introdução da iluminação elétrica, bem como de aparatos tecnológicos como o telefone. Mas essas reformas urbanas, que consistiam no processo modernizador e estavam articuladas a um conjunto mais amplo de modernização vivido em várias cidades do Brasil, acabaram excluindo boa parte da população, em especial a mais pobre.

⁸⁸ FILHO, Antônio Melo. *Teresina: a condição da saúde pública na primeira República (1889-1930)*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000. p. 84.

⁸⁹ QUEIROZ, 1998, p. 29

⁹⁰ USINA Elevatória das Águas. *O Piauí*, Teresina, ano 23, n 1.251, 25 de outubro de 1913.

⁹¹ *O Piauí*, ano 24, n.1.187, 11 de julho de 1914 apud. MONTEIRO, 2015, v. 2, p. 285-289.

As mudanças tinham como modelo nacional a capital do Brasil, o Rio de Janeiro, com a limpeza da cidade e as reformas públicas do prefeito Pereira Passos, bem como a nível global, os costumes dos parisienses, na França. O Rio de Janeiro, por sua vez, agregava ideias de progresso oriundas da Europa e, por ser a capital, era tida como a cidade modelo, difundindo por todo o país, novos modos de viver e conviver nos espaços públicos das cidades. Assim, esses espaços passavam a ser locais ideais para a exibição de novos costumes e hábitos que prescreviam ao povo moderno e progressista voltado para futuro⁹²

Inspirada nesses núcleos mais dinâmicos e modelos dos valores de civilidade, Teresina também foi palco de transformações que abrangeram o âmbito cultural. Sobre esse aspecto as produções de Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz e Pedro Vilarinho Castelo Branco são fundamentais, pois apresentam com riqueza a instauração e/ou reformas de locais que propiciaram novas sociabilidades aos teresinenses, no período da primeira república. Essas novas sociabilidades diziam respeito, a valorização das apresentações teatrais, à inserção do cinematógrafo que ocorriam com certa frequência, e a construção de locais para passeios públicos. Ressalta-se que novo era o olhar que cronistas e intelectuais tinham sobre elas nesse contexto.

Ainda no final do século XIX, o teatro destacou-se como uma das formas de lazer. Embora seus ingressos fossem mais caros que os do cinema, a assiduidade de visitantes demonstrava a grande aceitação do público. O Teatro Santa Teresa e o Concórdia forma os primeiros teatros da cidade e funcionaram até a década de 1890, quando o Teatro 4 de setembro já propiciava encontros desde o ano anterior, da sua fundação. O teatro era a diversão por excelência das famílias ricas e era visto como veículo educativo.

No que se refere ao cinema, Pedro Vilarinho Castelo Branco propõe que as primeiras apresentações cinematográficas iniciaram aproximadamente no ano de 1901, em que um senhor conhecido por Naumam chegou a cidade com um cinematógrafo. Mesmo sob fortes críticas ao consumo dos filmes⁹³, que até os anos de 1910 eram exibidos no Teatro 4 de Setembro, o cinema conquistou muitos adeptos das classes médias e de elite, além de alguns populares, pois os seus preços eram mais baixos e diferenciados.

Nas apresentações, o público era formado tanto por crianças, moças e rapazes, adultos, quanto por empregadas domésticas, caixeiros-viajantes, comerciários, profissionais liberais, meninos de recado, que segundo Teresinha Queiroz, foi decorrente das poucas exigências de

⁹² SEVCENKO, 1989, p. 25-77.

⁹³ Elias Martins, intelectual católico foi um ferrenho crítico dessa manifestação no campo do lazer. Através da obra *Fitas*, atribuída ao cinema todos os males da civilização. Falaremos com mais ênfase das suas críticas no próximo capítulo. MARTINS, Elias. *Fitas*. Teresina: Imprensa Oficial, 1920.

vestuário e das entradas mais acessíveis pela possibilidade da diferenciação de preço.⁹⁴ No início da década de 1920 a capital já possuía três cinemas diários: o América, o Éden Cinema e o Teatro-Cinema Pálace.⁹⁵ Quanto aos passeios públicos, locais fundamentais para a exibição de valores, observa-se que era uma reivindicação antiga dos cronistas para a construção de espaços públicos que promovessem o lazer das boas famílias, dentro das ruas da cidade. Em 1905, o jornal *Gazeta*, abordava a urgência de locais assim em Teresina:

[...] Agora que os velhos hábitos estão seriamente ameaçados devemos empenhar-nos por uma coisa de que carecemos muito e que, antes de outras, deve ser posta em realidade. Há muito que devíamos ter. [...] Referimo-nos a um jardim público, onde a sociedade desta terra possa espairecer do tédio e do calor que a persegue na estação seca.

Nas crônicas, também eram comuns reclamações de ausência de luz e da poeira excessiva contida nos jardins, que chegavam a manchar as roupas das pessoas ricas que neles transitavam. Na prática, esses jardins e praças oportunizavam novas formas de sociabilidades, entre moças e rapazes das altas camadas, posto que os frequentadores e frequentadoras se dividiam conforme a condição social. “Do lado direito, passeavam aqueles e aquelas pertencentes às classes alta e média; do lado esquerdo, homens e mulheres pobres.”⁹⁶

A introdução desses benefícios no cotidiano da população correspondia na real possibilidade de se colocar em prática novos valores culturais de comportamento. Entretanto, de maneira geral, a maior parte da população manteve sua forma de viver, apesar da diferenciação do espaço urbano. Nesses termos, as marcas da ruralidade e, porque não dizer, da pobreza, continuaram muito presente no cotidiano dessa sociedade. Homens de paletós e burros carregadores d’água dividiam o mesmo espaço, demonstrando que ruralidade e modernidade, progresso e civilidade faziam parte da mesma cidade.

Nesse contexto, a cidade mesclava: uma sociedade tradicional, que convivia com mudanças mais lentas; outra que se pretendia nova, moderna, de transformações rápidas e civilizadas, e a população pobre que se encontrava no meio desses dois modelos, permanecendo em velhos costumes dos seus segmentos por não conseguir fazer parte das novas práticas e nem por pertencerem às antigas hierarquias sociais e econômicas. A despeito de algumas modificações e melhoramentos dos aspectos físicos das primeiras décadas do século XX, Teresina permanecia com aspectos de cidade rural, com fortes marcas da pobreza,

⁹⁴ QUEIROZ, Teresinha. Cinema, invenção do diabo? In: *Cadernos de Teresina*. Ano VII. n° 15, dezembro de 1993.

⁹⁵ CASTELO BRANCO, 2005, p. 58-59.

⁹⁶ MELO, Leônidas de Castro. *Trechos do meu caminho: ‘memórias’ à feição de autobiografia*. Teresina: COMEPI, 1976. p. 193.

devido ao grande número de pobres na cidade, e aos costumes que ainda não poderiam se caracterizados como modernos, reflexos de uma cidade rica. Para Pedro Vilarinho Castelo Branco,

Teresina continuava, no início do século XX, com forte presença do meio rural. Os animais estavam por todos os lados, eram fundamentais à vida cotidiana da população, tendo em vista que uns carregavam água, outros capim verde, lenha, puxavam carroças, cavalos para montaria etc. Nos domicílios, a população dava continuidade a hábitos rurais de criar animais para o consumo interno da família, principalmente porcos e galinhas, muitas vezes criados soltos, transitando livremente pelas ruas.⁹⁷

Por um lado, as práticas rurais ainda predominaram no cotidiano dos mais ricos e de classe média e, por outros, a maior parte da população de Teresina era pobre e lhe faltava meios para seguir as normas prescritas pelos cronistas. Essas transformações físicas e culturais acabaram abrangendo os habitantes mais abastados e excluindo parcelas da população pobre. Tanto as mudanças de infraestrutura quanto as culturais tenderam a permanecer nos bairros do perímetro urbano e a beneficiar as famílias das elites.

Além da própria condição das moradias das pessoas mais ricas, que permitiam a instalação de serviços como os de abastecimento de água, os preços para manter esses benefícios eram muito altos e não correspondiam com a renda econômica de muitos populares. A partir dessas condições, as mazelas da pobreza como doenças, a feiura, a miséria, a mendicância, permaneceram constantes no centro urbano da cidade, mesmo com o relativo desenvolvimento da capital e incorporação de novos serviços públicos. Assim, mesmo se caracterizando como um momento em que a cidade recebeu muitas intervenções do poder público, principalmente na área do planejamento urbano que visavam transformá-la numa cidade moderna, a modernização foi socialmente excludente.

Além disso, ao longo, das primeiras décadas do século XX, a cidade atravessou alguns surtos de crescimento populacional por conta de migrações constantes motivadas pelas secas que atingiam o interior do Piauí, bem como dos estados vizinhos, Ceará, Paraíba e Pernambuco, que também contribuíram para uma nova configuração de sociedade.⁹⁸ De forma recorrente, desde as primeiras secas com emergência nos anos finais do século XIX⁹⁹, o Piauí

⁹⁷ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Desejos, tramas e impasses da modernização (Teresina 1900/1930). In: *Scientia et spes*, Teresina, Instituto Camilo Filho, v. 1, n. 2, 2002. p. 300.

⁹⁸ ARAÚJO, M. M. B. de. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. Teresina: EDUFPI, 2010.

⁹⁹ NEVES, Frederico de C. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

recebia grandes levas de imigrantes flagelados, principalmente do Estado do Ceará. Eram famílias inteiras que passavam a integrar a população mais necessitada, já pobre.

Os cronistas reclamavam que faltava a Teresina equipamentos que uma capital de estado deveria possuir. Mas em períodos de seca ela atraía novos moradores vindos de outros cantos do Piauí e também de estados vizinhos. Com a chegada dos novos moradores, a precária infraestrutura básica, representada pelo fornecimento de energia elétrica, água tratada e telefonia, transformava-se em artigo consumido apenas pelas camadas sociais abastadas da cidade, uma vez que os recém-chegados, pela impossibilidade de adquirirem um lote de terra nas proximidades do centro ou de alugar uma casa nos bairros mais próximos da área central da cidade, ocupavam terras onde já estavam localizados outros pobres, se instalando em áreas com moradias precárias.

No século XX, a seca de 1915 foi uma das mais expressivas, o que provocou verdadeiros problemas sociais nas cidades do Piauí que recebiam esses imigrantes e aumentavam o número de pessoas em condições de existência precárias. Em Teresina não foi diferente. Mais uma vez a pobreza da cidade era retratada com os inúmeros imigrantes que a compunham. O jornal *Correio de Teresina*, por exemplo, chamava a atenção da população, principalmente de governantes políticos, para a situação da pobreza que alastrava a capital.

Teresina, essa interessante capital que pela sua graça e simplicidade foi batizada pelo príncipe dos estilistas brasileiros com o doce nome de “Cidade Verde”, é hoje simplesmente Terra da Fome como o cognominou um dos nossos mais apreciados poetas. Em verdade, é doloroso, horripilante, inacreditável mesmo o estado de calamidade. A nossa cidade iluminada a luz elétrica tem aspecto de um cemitério dia de finados. De dia, então, sob o latejo de um sol terrorista, prenúncio de flagelante seca, as nossas ruas aparecem tristíssimas, desoladas, deixando ver aqui e ali grupos estranhos de figuras exóticas deformadas pela desgraça que mais aparecem bichos ferozes que criaturas humanas.¹⁰⁰

O estado de calamidade retratado na imprensa perturbava profundamente o cenário urbano que se constituía em Teresina, nesse período. A menção constante a presença dos migrantes que chegavam, mas não continuavam seus caminhos à Amazônia¹⁰¹, indicava um acréscimo à situação da pobreza na cidade. A maior preocupação, de acordo com o redator, estava na presença de grupos “estranhos” de subalternos atingidos pela fome que eram vistos nas ruas “tristíssimas e desoladas”.

¹⁰⁰ IMPRESSÕES. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 3, n. 113, 12 de abril de 1915, p. 45.

¹⁰¹ ARAÚJO, 2010.

No mesmo ano, 1915, o jornal *O Piauí* noticiava a chegada constante de famílias de retirantes em Teresina, fugindo das secas, que reinavam no Ceará: “[...] segundo nos informam, chegaram na semana passada a esta capital quatro famílias de retirantes cearenses procedentes de Crateús, donde foram tangidas pela seca tremenda que lá reina [...]”.¹⁰² A presença dos retirantes da seca na cidade era um fator complicador das condições sociais da população local.

Na cidade coexistiam assim, a população pobre que sofria com precárias condições econômicas e sociais e aqueles ricos e de classe média que conviviam com esses problemas, mas que desejavam a implantação de valores no cotidiano dos habitantes, conforme destacaremos no próximo item. Trata-se de um momento em que ao lado dos costumes do mundo rural, estão os modos civilizados trazidos por levas de doutores que retornam à Teresina; são os bacharéis em direito, médicos, farmacêuticos, uns poucos engenheiros,¹⁰³ e entre esses costumes e as formas de subjetivação dos habitantes, estão as pessoas pobres.

A relação de contrastes entre pobres e ricos, constitui-se nas décadas de 1890 a 1920, exatamente pela forma que uma minoria de elite e de classe média, que se pretende civilizada, incorpora modelos presentes em áreas de economia mais dinâmicas do Brasil, por conta das possibilidades de estudo, e assumem posturas que tenderão a servir de parâmetro a partir do qual as pessoas serão cobradas.

2.2 O cotidiano das pobres *versus* cronistas: o combate aos maus costumes

À medida que as transformações físicas ocorriam em Teresina, entre as décadas de 1890 e 1920, formas de agir, sentir e participar da vida social eram ressignificadas. Essas novidades, além de representarem melhorias de infraestrutura, significavam a possibilidade de incorporação de novos valores citadinos. Entre essas décadas, observou-se gradualmente uma intensificação nos discursos sobre o aspecto urbano, a disciplina, e principalmente, quanto ao processo de modernização da cidade de Teresina aliado à construção de habitantes civilizados.

Com a concretização desses espaços de encontro e lazer, redatores expressavam

¹⁰² A SECA. *O Piauí*, Teresina, ano. 30, n. 277, 27 abr. 1919, p. 2.

¹⁰³ QUEIROZ, Teresinha. *História, literatura, sociabilidades*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998b. p. 15.

críticas aos costumes mais tradicionais de convívio social, que segundo eles, não sustentavam mais os novos padrões de comportamento social vinculado à racionalidade burguesa.¹⁰⁴ Segundo esses homens, não era suficiente reorganizar a cidade, a sua inserção nos padrões de modernidade passava por uma reformulação também dos hábitos e comportamentos da população.

Nesse contexto, sensíveis às questões relacionadas à vida urbana e a política, intelectuais como Higino Cunha, Clodoaldo Freitas,¹⁰⁵ Abdias Neves¹⁰⁶, Jônatas Batista¹⁰⁷ e outros cronistas, que se expressavam através da imprensa e, em muitos casos, de cargos públicos que ocupavam na cidade (ou almejavam ocupar), refletiram acerca do comportamento de homens e mulheres, e das suas relações, colocando posições que interferiam diretamente nos modos de viver e de participar da vida social. Esses intelectuais, bem como outros pensadores livres como Jônatas Batista, Celso e João Pinheiro assumiram papel importante na mudança dos parâmetros culturais da sociedade.¹⁰⁸

Pedro Vilarinho Castelo Branco, ao abordar a escrita de Higino Cunha, Clodoaldo Freitas e Abdias Neves, argumenta que esses autores, em nome de um ideal civilizatório considerado adequado às demandas da modernidade que então despontava na cidade, procuraram romper com uma mentalidade rural, fundada na oralidade, e impor o surgimento de uma norma da qual as pessoas passariam a ser cobradas.¹⁰⁹ Esses homens, através das experiências de formação superior fora da cidade, incorporavam valores e ideais positivistas que demandavam propostas de explicações naturais acerca do homem e da sociedade¹¹⁰ de centros mais dinâmicos, ao retornarem a cidade, agiam diretamente nos comportamentos considerados desapropriados, ditando regras e modos de agir através da imprensa e da

¹⁰⁴ CASTELO BRANCO, 2005

¹⁰⁵ Clodoaldo Severo Conrado Freitas nasceu na cidade de Oeiras, em sete de setembro de 1855 e faleceu em 30 de junho de 1924, em Teresina. Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, magistrado, jornalista, político, poeta, ensaísta, romancista, cronista e historiador. Ver: GONÇALVES, W., op. cit., p. 182.

¹⁰⁶ Abdias da Costa Neves nasceu em 19 de novembro de 1876 e faleceu em 28 de agosto de 1928, em Teresina. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife (1898), jurista, político, jornalista, poeta, romancista, historiador e professor do Liceu Piauiense e da Escola Normal Oficial. r e professor do Liceu Piauiense e da Escola Normal Oficial. Ver: GONÇALVES, W., op. cit., p. 278.

¹⁰⁷ Jônatas Batista nasceu em Natal, hoje, Monsenhor Gil, em 1885, falecendo em São Paulo, em 1935. Grande animador cultural nas primeiras décadas do século XX, em Teresina, um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras, foi poeta, jornalista e teatrólogo. Ver: GONÇALVES, W., op. cit., p. 54.

¹⁰⁸ QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 2ªed. Teresina/João Pessoa: Editora da Universidade Federal do Piauí; Editora da Universidade da Federal da Paraíba, 1998a.

¹⁰⁹ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *História e masculinidades: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX*. Teresina: EDUFPI, 2008.

¹¹⁰ QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 2ªed. Teresina/João Pessoa: Editora da Universidade Federal do Piauí; Editora da Universidade da Federal da Paraíba, 1998, p. 94.

literatura. Em grande medida, ao retornarem a Teresina, esses bacharéis em Direito egressos da Escola de Recife, através das experiências com a academia, tentavam restaurar a sociedade das explicações e crendices tradicionais ligadas ao mundo rural.¹¹¹

Assim, a alteração do ambiente urbano era seguida por incentivos dos cronistas e intelectuais a mudanças no comportamento dos próprios habitantes. Segundo eles, para a constituição de uma nova cidade, moderna e civilizada, eram necessárias mudanças nos modos da população de viver e conviver. Ao incentivarem e divulgarem a vivência de novas práticas, significaram a trajetória de mulheres pobres, atuando no processo de construção das diferenças e hierarquias econômicas, sociais e culturais, em Teresina. Limpar a cidade, torná-la culta, higiênica e ordenada significava ordenar a população, impondo-lhe normas a serem cumpridas. Nesse contexto, as pessoas eram colocadas diretamente sob os olhares dos cronistas, que buscavam que os novos padrões de comportamento fossem compartilhados pela população.

Ignorando o ABC, vagando pelas ruas, assobiando, atirando pedras nos transeuntes, quase nu, descalço, sem carinho, sem abrigo [...] [...] roubando ninho de passarinho, dando recado para ganhar de pão, dormindo ao relento exposto as intempéries das estações nos adros das Igrejas, passou J... seus quinze anos!
Continuou sua vida errante, sem a menor compreensão de seus deveres perante o universo, perante Deus, sem respeitar as mulheres, as crianças, não distinguindo o bom do mal, chegou a idade em que ou trabalha-se ou morre de fome.¹¹²

Em 1895, o jornal *Gazeta do Comércio* o redator colocava as difíceis fases da vida de J, que, “vagando pelas ruas [...] sem carinho, sem abrigo”, e por não ter sido educado para saber dos seus direitos e deveres dentro da sociedade, estava inapto a seguir as propostas de civilidade que eram cada vez mais cobradas dos habitantes nesse contexto. O cronista destacava os possíveis caminhos de existência para crianças sem família, sem educação, sem abrigo, ao tempo em que trazia a tona os motivos desse e de outros habitantes não conseguirem seguir os novos padrões culturais. A falta de escolarização, de recursos financeiros ou materiais, representavam fatores que distanciavam os segmentos mais pobres da apropriação dos parâmetros.

Para Teresina, que se queria civilizada, havia a necessidade de abranger as transformações ditas modernas daquele tempo, mas sem esquecer o ordenamento moral da instituição família, concebida como base de sustentação para o progresso de uma nação

¹¹¹ QUEIROZ, 1998a, p. 188.

¹¹² A ESMOLA. *Gazeta do Comércio*, Teresina, n. 201, 28 de fevereiro de 1895, p. 2.

civilizada. Não satisfazia somente inserir os habitantes em novos lazeres e serviços da modernidade, alguns hábitos dos teresinenses também precisariam sofrer algumas alterações.

O progresso estava articulado a um conjunto de mudanças materiais, mas acima de tudo buscava-se a ordenação da sociedade. O cotidiano dos sujeitos sociais na cidade de Teresina durante o início do século XX passava diretamente pelo controle dos costumes, pelo menos, das ações que poderiam ser realizadas em público, e de quais comportamentos eram tidos como aceitáveis ou não.¹¹³

Assim, ao passo que modos civilizados eram exaltados aqueles que não os colocava em exercício eram criticados e, em alguns casos, banidos da convivência social com os demais. É nesse contexto que políticos cuidam por regulamentar e implantar medidas de restrições de práticas intoleráveis. Enquanto a elite política defendia a necessidade de estruturas modernas e condutas moralmente civilizadas, parte da população ainda vivia sob os males do subemprego, da mendicância e de trabalho temporários.

Na imprensa eram comuns críticas à circulação das pessoas pobres na cidade, sem destino ou ocupação profissional. Em 1895, por exemplo, o redator José Inácio era enfático ao criticar parcela desses habitantes que considerava desocupados. Segundo esse cronista, “o desocupado é uma planta exótica, nascida no seio da sociedade, Zangão, que vive a sugar o mel da colmeia social: verme que roe a árvore levantada pela laboriosidade dos outros, cizânia medra à sombra do trabalho.”¹¹⁴ As propostas do redator estavam inseridas no projeto da política nacional de disciplinarização do trabalhador com a finalidade de enquadrá-los a ordem do trabalho assalariado. Como sugere Iraci Galvão Salles,

A emergência do trabalhador livre no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, provocou o desequilíbrio das relações de dominação. O aparato legal que sustentava essas relações tornou-se inadequado diante da nova realidade social. Tal situação impôs à classe dominante a necessidade de repensar a sua prática, exigindo-lhe a construção de uma proposta política que fosse capaz de conformar o real às conveniências da classe.¹¹⁵

Além de lidarem com a pobreza e os seus consequentes infortúnios, os subalternos “repelido por todos os lados” se tornavam empecilhos do sonhado progresso. Algumas legislações que regulamentavam o município de Teresina iam de encontro a práticas comuns dos pobres “desclassificados”, que não eram mais toleradas dentro do espaço urbano. Um

¹¹³DA COSTA, 2009, p. 30.

¹¹⁴INÁCIO, José. *Gazeta do Comércio*, n. 194, Teresina, 12 de janeiro de 1895, p. 4

¹¹⁵SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada*. O Partido Republicano Paulista e a Política de Mão-de-obra — 1870-1889. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 13.

forte exemplo era o Código de Posturas de Teresina de 1912 quando no Art. 58 dizia que “dentro da zona urbana não é permitido ter currais nem chiqueiros para criação de gado de qualquer espécie, sendo também proibido conservar tais animais nos quintais, áreas e pátios”¹¹⁶, enquanto “era comum a criação de animais domésticos, como por exemplo, galinhas, patos e porcos, que viviam soltos”¹¹⁷, nas casas dos pobres, que não possuíam as mesmas quantidade de terras que as quintas e chácaras dos mais ricos.

No art. 100 do mesmo Código a divergência era ainda maior. Segundo este, “é proibido, fazer vozerias, alaridos e dar gritos nas ruas e praças, a não ser por motivos de necessidade indeclináveis ou para pedir socorro [...], fazer batuques, com toques de tambor, cantorias e danças, ou em qualquer instrumento que perturbe o sossego durante a noite, dentro da zona urbana”¹¹⁸.

O que ocorria na prática eram festas em suas casas, apesar da simplicidade delas, onde dançavam pagodes, dobrados e forrós, ao som do tambor, pandeiro, violas e sanfonas¹¹⁹, episódios que, com certeza, evidenciavam múltiplas sonoridades. Com esses e outros momentos de encontro, como os ligados aos seus ofícios, muitos desses pobres acabavam ingressando no ambiente policial. A esse aspecto, possivelmente, estavam ligados os pedidos de governantes por mais investimentos para cobrir as despesas com o aparelho policial, por conta da maior necessidade de financiamento de “praças” para controlar falta de segurança que atravessava o Estado.¹²⁰

¹¹⁶ Ver Código de Posturas da cidade de Teresina, 1912; Art. 58 onde há proibições quanto a conservação de animais em áreas urbanas e em quintais e pátios de casas.

¹¹⁷ ARAÚJO, 2010, p. 66

¹¹⁸ Ver Código de Posturas da cidade de Teresina, 1912; Artigo. 100, parágrafos 1 a 4, onde prever punição com multas de dez mil réis pessoas que fizessem vozerias, alaridos e gritos nas ruas e praças e proferissem nas ruas e lugares públicos palavras obscenas.

¹¹⁹ ARAÚJO, 2010, p. 63.

¹²⁰ Nos relatórios governamentais desse período quando aparecem referências a administração específica da secretaria de polícia do Estado, os respectivos chefes de polícia relatam mais sobre as despesas que tem com o órgão, pessoas que foram recolhidas em todo o Piauí à casa de detenção e seus respectivos motivos, e ainda, a quantidade de praças que se encontram em “termos” como Teresina, Valença, Piripiri, Parnaíba. Nas mensagens do final do século XIX, como por exemplo, as dos anos de 1891 e 1898, aparecem pedidos de mais dinheiro federal para pagar o corpo policial do Piauí. Nelas os dirigentes apresentam a falta de segurança que assombra algumas regiões do estado. Essas mensagens, porém, se referem a todo o Piauí, não há menções a casos específicos, mesmo quando tratam da capital, Teresina. Mas pelo que apresentam alguns dirigentes políticos, ao corpo policial cabia a guarnição da capital e apenas a intervenção nos demais municípios “em casos extraordinários”. Assim, é permissível inferir que a necessidade de mais investimento em praças podia relacionar-se a realidade criminal da própria cidade de Teresina como também a de outros municípios que tinham que enviar-lhes seus criminosos para cumprirem suas penas devido a falta de “forças municipais”. Por exemplo: Piauí. Governador, 1891. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Gabriel Luiz Ferreira. Teresina: Tipografia do Piauí, 1891, p.7; Piauí. Governador, 1898. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Raymundo Arthur Vasconcelos. Teresina: Tipografia do Piauí, 1898, p. 5-6;

Paralelo a isto, encontrava-se também a diminuição de expressões políticas como: “[...] a índole pacífica do povo piauiense que reina em todo o Estado [...]”.¹²¹, quando se referiam a necessidade de mais investimentos para com a segurança pública. Nesse sentido, a relação pobreza-criminalidade em Teresina também emergia como um ponto alarmante dentro das estratégias de modernização do espaço urbano. Além de desvios de condutas comportamentais no dia a dia, havia uma intensa participação desses indivíduos em delitos mais graves.

Clodoaldo Freitas, em *História de Teresina*, alertava que esses indivíduos necessitados de apoio “são geralmente os que depois se lançam desenfreados na carreira do crime e se tornam o flagelo da sociedade.”¹²² A relação feita pelo intelectual constatava-se tanto pelas “alterações” à conduta civilizada proposta para os habitantes, quanto pela atuação em casos criminais desses mais carentes de recursos, que eram impossibilitados de resolverem o problema da sobrevivência, pois à época não havia empregos suficientes para todos.

A ocorrência de pequenos furtos ou roubos para satisfazer suas penúrias mais básicas, ou mesmo por motivos de brigas e alvoroços corriqueiros quando deixavam o trabalho e se dirigiam aos lazeres noturnos, como pagodes e outras “festações”, levava-os constantemente a passagem na polícia. Para esses casos as fontes policiais da cidade são fundamentais, pois propiciam verdadeiros panoramas sociais dos principais tipos de “ofensores” que agiam nessas situações. Além disso, através dos jornais é possível entender os valores que estavam implícitos nas críticas e quais deveriam ser banidos. Nesse sentido, os cronistas percebiam o personagem do pobre, ora com desprezo, ora como sinônimo de dignidade ou de baixaza, provocando compaixão ou escárnio, conforme propõe Bronislaw Geremek.¹²³

O jornal *A Palavra* de 1902, por exemplo, retratava o dia a dia da feira dizendo que, “existe atualmente em nosso mercado um grupo de mulheres imundas e desocupadas que passam dia e noite a cometer toda a sorte de abusos e a pronunciarem em altas vozes todas as palavras imorais que lhes vem à boca.”¹²⁴ Eram descritas como mulheres sem educação e bêbadas, que perambulavam pelas ruas e faziam algazaras, sem beleza ou quaisquer atrativos, eram alvos constantes das crônicas publicadas nos jornais do início do século em Teresina.

¹²¹ Mesmo que alguns dirigentes notifiquem a necessidade mais investimento no corpo policial do estado do Piauí em mensagens governamentais do final do séc. XIX, no ano de 1901, Arlindo Francisco Nogueira, então governador, coloca que precisou reduzir o corpo de segurança, mas com a “índole pacífica do povo piauiense” o governo poderia efetuar essas reduções. Sobre essa passagem ver: Piauí. Governador, 1901. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Arlindo Francisco Nogueira. Teresina: Tipografia do Piauí, 1901, p. 17.

¹²² FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

¹²³ *Ibid.*, p. 8.

¹²⁴ NA FEIRA. *A Palavra*, Teresina, ano 1, n. 4, 15 de junho de 1902, p. 2.

Dessas reflexões podemos extrair os modelos sociais que estavam disponíveis para essas mulheres. As suas vivências possuíam características singulares, que eram postas em cheque apenas quando dentro dos modelos dos mais ricos. Assim, com o processo de modificação dos espaços da cidade, práticas cotidianas aparentemente rotineiras de indivíduos pobres chamavam cada vez mais a atenção de intelectuais da imprensa que propunham novos comportamentos culturais para Teresina.

Os pobres não elegiam as características de sua existência; a pobreza impunha ou exagerava os problemas que enfrentavam. Mas, em sua maneira própria de lidar com esses problemas, construíam um repertório de significados e maneiras de agir que muitas vezes diferia do dos mais ricos.¹²⁵

Essa configuração heterogênea que caracterizava principalmente os espaços urbanos se estendeu até os primeiros anos do século XX, sobretudo nas suas duas primeiras décadas.¹²⁶ Todavia, a relação de distinção entre os grupos de elite e os demais continuava existindo. O contingente de alforriados, trabalhadores livres e migrantes necessitados compunha a população pobre suspeita, imprevisível, e perigosa. Para ambos, a precária situação econômica resultava em condições de sobrevivência bem distintas das que caracterizavam os ricos.

Em contraste com os bem nascidos da cidade, resguardados do olhar público em suas carruagens fechadas, atrás de suas mansões muradas ou dentro de igrejas requintadas, as vidas dos trabalhadores pobres pertenciam ao mundo da rua. Ali encontravam diversão, combinavam encontros ou se reuniam por acaso nos ambientes acessíveis e familiares das praças, parques e mercados.¹²⁷

Nesse contínuo “conflito”, as rotinas que caracterizavam os pobres imprimiam irregularidades¹²⁸ que necessitavam ser mudadas, pois com as propostas de moralização iniciadas no século XIX e intensificadas no séc. XX as práticas desses indivíduos eram cada vez mais rejeitadas. De acordo com os estudos de Maria Mafalda Baldoíno de Araújo, em

¹²⁵ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 77.

¹²⁶ MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Ed.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 367-421.

¹²⁷ GRAHAM, 1992, p. 77.

¹²⁸ As práticas irregulares aqui analisadas se referem às contidas no Art. 208º § 12 do Regulamento da Secretaria de polícia do Estado do Piauí do ano de 1920, disponível no Arquivo Público do Piauí –APEPI- Sessão do Poder Executivo, Assunto: Leis, decretos e resoluções dos anos 1915-1924, Caixa 08. Nesse inciso aparecem algumas práticas que levam as pessoas a cadeia. Alguns exemplos são os casos de pessoas que forem encontradas em lugares públicos na prática de jogos proibidos; os que ao perturbarem o sossego público com alterações, rixas, vozerias ou gritos, não atenderem a admoestações que lhe forem feitas; os vadios turbulentos, ébrios e prostitutas que ofenderem o decoro ou perturbarem o sossego público.

*Cotidiano e Pobreza*¹²⁹, esses pobres se diferenciavam dos grupos ricos e de classe média tanto pela maneira como se agregavam quanto pelos hábitos que caracterizavam seu cotidiano. Nessa produção, a autora retrata aspectos dos costumes, da cultura e de espaços de sociabilidades que os primeiros mantinham diante da efervescente mudança social que abrangia a capital piauiense.

Nesse contexto, porém, o papel da mulher na sociedade, aos poucos, ressignificava-se e discussões como possibilidade do voto feminino, emergiam como caráter republicano da Constituição Federal de 1891 e das propostas modernas que as circunscreviam no período.¹³⁰ Embora de acordo com o Art. 69 da Constituição Brasileira de 1891 os considerados cidadãos brasileiros fossem essencialmente homens, dentro das transformações e novidades vivenciadas no período estavam pautas do que caberia às mulheres no novo regime. Desse modo, os novos modelos propostos às mulheres dividiam-se em habitar novos espaços na cidade, buscando sua emancipação, ou perpetuar o papel de mãe, esposa e filha que a sociedade ainda lhe conferia.

Teresina, nesse mesmo contexto temporal, vivia sob códigos ideais para a função social da mulher. As características de mediadora dos conflitos do lar, de delicadeza e afabilidade nas relações maternas e matrimoniais ligavam-se as novas perspectivas para a vivência femininas no espaço urbano. Com a construção de locais para passeios públicos, da chegada do cinema, inaugurações de novas casas de espetáculo e outras novidades técnicas científicas que se instalavam na capital, surgiam novas maneiras de desfrutar o ambiente público.

No início do séc. XX, ao menos nas duas primeiras décadas, muitos jornais circulavam propostas de inserção da mulher em novas atividades que não se restringiam apenas a vida no lar. Contudo, essas novas possibilidades eram inseridas gradualmente no cotidiano de Teresina. Ainda em 1903, jornal *O Estado* mostrava que a liberdade da mulher já possuía defesas, mas ainda não chegara a tomar os caminhos que lhes dava a geração moderna. Embora “louvável”, essa liberdade feminina não condizia com alguns requisitos da sociedade familiar.

O mesmo jornal advertia que “a mulher deve ter sua liberdade, mas de modo que os deveres inerentes ao regime interno do lar não sofram solução de continuidade.[...] Que a mulher estude as línguas, aprenda a tocar piano e instrumento outros, mas que conheça

¹²⁹ ARAÚJO, 2010, p. 21- 152.

¹³⁰ MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Ed.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 367-421.

também o que chamamos regime de uma casa.”¹³¹ Isto porque a célula família simbolizava a principal repartição das mulheres.¹³² Portanto, o papel que a figura feminina representava para o ambiente do lar e da família não podia ser por ela descartada.

Enquanto a família significava fundamento necessário da sociedade e a base da educação dos seus membros, a mulher cabia a boa direção deste aparelho. Eram as esposas que afastariam os “males” da imoralidade dos seus maridos. Aos filhos o amparo materno assegurava o caminho da civilidade e da boa conduta em sociedade. Assim, mesmo que estas circulassem no meio público em passeios, na escola ou ainda no trabalho, suas funções naturais correspondiam aos cuidados com o lar, com marido e com os filhos, e quando neles se encontrassem continuariam a manter as praxes dignas de uma “senhora”; comportando-se de modo equivalente as damas das sociedades europeias. Sempre acompanhadas com a figura masculina, como pai, irmão ou marido, pois a ocupação do espaço externo da casa apresentava algumas ciladas para “a formosa imagem da bondade.

Além do mais, a saída da mulher do meio privado da casa em decorrência de outras ocupações poderia resultar em danos profundos na educação dos filhos e no próprio casamento, tornando-se mesmo um “perigo” para a sua manutenção, pois não daria conta dos afazeres domésticos e dos devidos cuidados com as núpcias.¹³³ Sobre este ponto, o jornal *Cidade Verde*, em 1919, colocava que o presente e o futuro das raças corriam sérios perigos com o abandono do lar pela mulher.

Segundo o referido periódico, cabia às mulheres teresinenses seguir o perfil feminino dos países da Escandinávia, que embora se envolvessem em tarefas extras, não esqueciam os cuidados domésticos, ao invés de se influenciarem pela vaidade francesa.¹³⁴ A influência que os costumes franceses tinha na vivência de algumas mulheres retirava seu o real valor dentro da sociedade. Acontece que para os grupos femininos ainda prevaleceriam as tarefas de boa esposa e mãe dentro do seio familiar; continuando a prezar pelo amor sincero e respeitoso pelos cônjuges e filhos.

Entretanto a mulher teresinense das camadas mais alta e média participava cada vez mais ativamente na vida pública. Sobre esse aspecto os estudos de Pedro Vilarinho Castelo Branco são bastante pertinentes. Em *Mulheres Plurais* o historiador dá ênfase as novas modalidades femininas que o mundo moderno trazia para Teresina no início da República.

¹³¹MISCELLANEA. *O Estado*, Teresina, ano 1, n. 23, 28 de fevereiro de 1903, p. 402.

¹³²A MISSÃO da mulher. *O Piauí*, Teresina, ano 28, n. 130, 25 de outubro de 1917, p. 136.

¹³³CONSELHOS de uma noiva. *A Gazeta*, Teresina, ano 2, n. 40, 1905, p. 330- 331.

¹³⁴OS ESCANDINAVOS e a educação da mulher. *Cidade Verde*, Teresina, 10 de fevereiro de 1919, p. 155.

Um primeiro aspecto dessas novas perspectivas para as mulheres era a inserção no mercado de trabalho. Em Teresina, a penetração das mulheres em atividades remuneradas nos espaços públicos se dava em fábricas, principalmente no setor têxtil; no setor educacional, particularmente na educação primária; e no funcionalismo público.¹³⁵

As mulheres teresinenses do início do século embora atravessassem dificuldades para se emanciparem da tutela masculina, conseguiam alcançar a profissionalização, seja por necessidades financeiras, ou mesmo por vontade de se ocupar, e conseqüentemente, ganharem seu salário. Uniam-se a essas transformações também a mudança nos comportamentos femininos que eram vivenciados pela inserção do cinema e de outros lazeres públicos, e a possível participação no universo político.

Havia mesmo os que defendiam novos “direitos” a mulher. O periódico *Andorinha*, por exemplo, enunciava no ano de 1906, que a “espécie de evolução social e política” que circunscrevia as mulheres, preconizada por uns e impugnada por outros, não rompia com muitos dos direitos que os “homens” lhes asseguravam, pois poderiam ser por elas exercidas sem ruptura dos seus encantos, sem manchar suas virtudes, nem atrapalhar seu natural destino.¹³⁶ E alertava para as contribuições que as mulheres possuíam dentro do arranjo maior da sociedade.

Verdade é não obstante as opressões, a mulher tem contribuído admiravelmente para a evolução do sentimento e para o engrandecimento dos povos. Ela se tem feito superior aos homens em dedicação e afeto, caridade e paciência, docilidade e ternura. Ela gêmula divina da moral e do amor, o anjo bem fazejo de cujo influxo surgem os heróis, brotam os gênios e floresce a dignidade humana. Em todos os tempos e lugares vemo-la coroando os reis, inspirando aos poetas e encorajando os bravos.¹³⁷

Todavia, discordantes ou não, o ideal de mulher que permeava esses e outros jornais continuava a colocar a maternidade e o lugar privilegiado do lar como espaço eminentemente feminino. Para a “nova” mulher a trajetória mais comum ainda seria o casamento e a futura procriação; tornando-se “rainhas” das tarefas domésticas e familiares. Nesse sentido, até o início do século XX, a educação feminina em Teresina ainda era marcada pelo desenvolvimento de atividades domésticas. A casa continuava a ser o campo principal de atuação feminina, por isso sua educação voltar-se para atividades como cozinhar, cuidar da casa, dos filhos, etc.

¹³⁵ CASTELO BRANCO, 2005, p. 139.

¹³⁶ EMANCIPAÇÃO da mulher. *Andorinha*, Teresina, 12 de outubro de 1906, p. 141- 143.

¹³⁷ EMANCIPAÇÃO da mulher. *Andorinha*, Teresina, 12 de outubro de 1906, p. 142.

No âmbito das casas de boa família, o ideal era que seguissem os bons modos, respeitando as intimidades do lar, e se restringindo as atividades do trabalho. A casa e a rua formavam assim, uma unidade em que as pessoas penetravam as residências vizinhas, sem muita cerimônia ao adentrarem-na e sem perceberem nisso alguma inconveniência ou alguma transgressão das normas sociais de convivência.

Assim, até o começo do século XX, as casas e as relações que guardavam com os seus habitantes e visitantes ainda eram marcadas por características essencialmente públicas, sem a percepção enquanto espaço de intimidade e individualidade. Práticas que nem sempre eram bem vistas por alguns intelectuais. Abdias Neves, por exemplo, criticava vários hábitos que considerava intoleráveis, como o caso das moças de família “experimentarem” a cama do casal e fazerem observações impertinentes e zombaria antes do casamento de outras. Em suas palavras,

Desde 11 horas apareciam visitantes, apesar do sol que escaldava a rua. Entravam sem cerimônia, por toda a parte, vendo tudo, pegando em tudo, dando a procedência de alguns objetos, discutindo o preço de outros, fazendo alusões, abusando da ausência do noivo para não deixarem coisa alguma sem exame rigoroso. A todo o momento estalavam risos pela casa, sonoramente, acentuando pilhérias mais ou menos picantes. [...] Todo mundo, senhoras e moças especialmente, ali entrava e saía, muito naturalmente, sem pensar na impertinência da visita, desculpadas pela opinião que sancionava esse costume.¹³⁸

Em vários outros trechos de *Um Manicaca*, Abdias Neves descreve costumes de uma sociedade ainda rural com comportamentos que deveriam ser reprimidos e modificados. Para esse autor, as sensibilidades deveriam ser reelaboradas e enquadradas às demandas de uma cidade civilizada. A circulação livre de pessoas dentro dos aposentos íntimos do casal, o falatório da vida alheia que persistia na sociedade, representavam alguns dos velhos costumes tradicionais de uma cidade rural, sem elementos modernos e essencialmente urbanos.

Nesse trecho da obra, as críticas de Abdias Neves direcionavam-se ao comportamento de moças de famílias ricas, o que sugere essas pessoas seguiam costumes que, para o autor, eram sinônimos de decadência moral. Mas sobre esse mesmo aspecto das casas e da rua, as mulheres pobres, eram cobradas pelos mesmos parâmetros que os cronistas internalizavam e projetavam para a sociedade. Isto porque, geralmente, essas mulheres participavam do convívio dessas famílias a partir das redes do trabalho e deveriam responder aos mesmos códigos de civilidade exigidos para as abastadas. Por outro lado, para as mulheres ricas

¹³⁸ NEVES, Abdias. *Um Manicaca*. 3. ed. Teresina: Corisco, 2000. p. 123.

estavam em voga à permanência no espaço privado, o que acarretava constante vigilância a sua circulação em praças e/ou outros locais públicos para lazeres.

Com a implantação da República os seus deveres estavam ligados às gerações de cidadãos que dariam a luz, pois a partir do perfil de boa esposa e mãe que lhes era de dever, nasceriam bons filhos e conseqüentemente bons cidadãos que estariam mais aptos a civilidade; e era esse o perfil principal de habitante que o novo regime político procurava instaurar.¹³⁹ Contudo, essas normas correspondiam mais as vivências das mulheres de elite do que as de classes subalternas. Para as mulheres pobres a flexibilidade com que conviviam dentro do espaço público resultava em outras práticas culturais. Nesse processo, porém, os perfis femininos que se manifestassem de maneira diferente desses códigos eram logo percebidos como anormais e transgressores.

2.3 Mas afinal, quem eram as mulheres pobres da cidade?

As mulheres dos segmentos populares correspondiam à maioria da população e geralmente eram apresentadas de forma generalizada, sem individualização de nomes ou características pessoais que as distinguíssem, salvo referências a alguns costumes culturais ou em noticiários de jornais que retratavam ocorrências criminais, conforme abordaremos no terceiro capítulo. A precária condição social de ex escravos na história do Brasil foi um traço de continuidade entre final do Império e as primeiras décadas da República. Por conta disso, é possível considerar esses anos como um longo período com características semelhantes, mesmo após a abolição da escravatura e a implantação da Constituição Federal de 1891. Nessa perspectiva, as pessoas pobres eram, na maioria dos casos, negros ou pardos, representados no censo de 1890 por pretos, caboclos ou mestiços, respectivamente.

Nesse contexto, Teresina não é diferente. Traduzindo em números, o censo de 1890 avaliava que as mulheres de Teresina correspondiam a 16.653 da população geral de 31.523 habitantes. Dessa estimativa, cerca de 13,22% (2.202) eram pretas, 19,88% (3.311) eram consideradas caboclas, 37,25% (6.204) eram mestiças e 29,7% (4.933) eram brancas.¹⁴⁰ Nas

¹³⁹ MALUF; MOTT, 1998, p. 367- 421.

¹⁴⁰ MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento realizado em 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898.

décadas seguintes em que houve recenseamentos, as de 1910 e 1920, o número de mulheres foi de 22.587 em 1910 e 29.948 em 1920. Entretanto, a divisão cor/raça não foi apreendida nesses dois recenseamentos, o que dificulta o levantamento de dados sobre mais características sociais das mulheres pobres de Teresina nesses anos.

Tabela 2 – População de mulheres em Teresina no ano de 1890, segundo a cor e o estado civil.

	BRANCAS	PRETAS	CABOCLAS	MISTIÇAS
SOLTEIRAS	3.233	1.695	2.276	4.315
CASADAS	1271	379	816	1.477
VIÚVAS	423	122	212	397
DESQUITADAS*	2	6	7	15

Fonte: MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento realizado em 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898.

A despeito disso, podemos inferir que essas prerrogativas não sofreram diferenças significativas. Essa omissão provavelmente tenha ligação com os imperativos das correntes de racismo científico que associavam traços de inferioridade sociocultural ao número de negros da população, como propõe José Luis Petrucelli.¹⁴¹ Apesar da falta desses dados, podemos inferir que boa parte das mulheres pobres de Teresina fazia parte de segmentos que, além das necessidades econômicas, de não possuírem instrução, trabalharem em subempregos e receberem subremunerações, não comungavam dos mesmos valores morais e de comportamento característicos das classes altas, embora houvesse exceções e possibilidades de ascensão social via casamento ou por outras relações.

Entre essas possibilidades, destaca-se o relacionamento de Maria dos Anjos com Álvaro de Assis Osório Mendes, que foi governador do Piauí entre os anos de 1904 e 1907. O casal viveu como marido e mulher durante muitos anos, mas só após o político sentir a saúde

¹⁴¹ PETRUCCELLI, José Luis. Raça, identificação: abordagem histórica conceitual In: *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>>. Acesso em: novembro de 2016.

ameaçada que se casou com Maria dos Anjos, então viúva de um sargento de polícia. Sobre a história de Maria dos Anjos, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, nos conta que,

Passara-se na escada do Palácio do Governo, o velho, na Praça Mal. Deodoro. Naquele dia havia ocorrido uma tragédia no rio: duas irmãs haviam se afogado nas águas agitadas do Parnaíba. Ela ocorrera à sacada para ver passar o triste cortejo com os corpos das moças que haviam sido resgatadas às águas. Ela estava absorta e com pena das moças. Nisso o Governador acercou-se dela e segurando-a pelos ombros propôs-lhe casamento. Já entristecida pela tragédia das afogadas, aquela proposta a perturbou mais ainda e ela rompeu num profundo pranto, o que assustou o Governador. Levou tempo para que ela pudesse se controlar e explicar o seu agradecimento. E ela terminava a narrativa com muito 'brio'. 'E, assim, minha filha (dirigindo-se à minha mãe) o Dr. Álvaro, da sua posição do mais alto posto deste Estado desceu as escadarias do Palácio do Governo para oferecer a uma rapariga pobre como eu, o seu braço e tornou-me como legítima esposa'. Uma tal história de amor não poderia ser esquecida e... a reproduzo aqui em homenagem àquela grande dama.¹⁴²

Trajetória semelhante aconteceu com Antônia Bandeira que prestava serviços domésticos ao juiz de Direito Lucrécio Dantas Avelino nos anos 1920. Lucrécio Dantas Avelino, residindo sozinho em uma casa, mantinha um relacionamento com Antônia Bandeira que morava em outra casa de propriedade do juiz, situada a dois quarteirões da primeira. Segundo Higino Cunha, na obra *O assassinio do dr. juiz federal Lucrécio Dantas Avelino*¹⁴³, o relacionamento dos dois era de conhecimento e aceitação social, e só chegou ao fim com o assassinato do juiz em 1927, quando este contava com 42 anos de idade.

Havia ainda aquelas mulheres que eram consideradas de classe média quanto aos valores, mas eram pobres economicamente ou de famílias empobrecidas. Entretanto, essas mulheres eram socialmente respeitadas por possuírem o fator cor e relações de parentescos com outras pessoas de famílias abastadas ou ricas, pois mesmo empobrecidas, algumas famílias, mantinham o nome e o brio do passado rico ou abastado. Tratava-se de um patrimônio simbólico que qualificava esposas, maridos, seus filhos e filhas, viúvas ou viúvos.¹⁴⁴

Entre esses últimos casos, consideramos o exemplo de Júlia Gonçalves Dias de Figueiredo e suas filhas. Júlia foi a avó materna de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, e mesmo antes de ficar viúva do seu marido, major Gerson Edison de Figueiredo, no ano de

¹⁴² MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Rua da Glória*. Teresina: Editoria da Universidade Federal do Piauí, 2015, v. 3, p.

¹⁴³ CUNHA, Higino. *O assassinio do juiz federal dr. Lucrécio Dantas Avelino*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1928.

¹⁴⁴ Para os anos de 1920 em Teresina, a historiadora Elizangela Barbosa Cardoso aborda alguns casos de ascensão social de mulheres brancas que casavam com rapazes ricos, ou de melhor condição econômica que elas. Ver: CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

1912, durante o governo de Miguel de Paiva Rosa (1912-1916), vivia em condições emergentes e um tanto distantes da que viveu com os seus pais antes de se casar.¹⁴⁵ Muito embora fosse pobre economicamente em relação a outras pessoas da sociedade, Júlia e suas filhas eram mulheres de classe média, pelos valores que expressava nos modos de agir, de participar da vida social e das relações que mantinha com outras famílias abastadas.

Mulheres como Júlia e as suas herdeiras, por manterem seus costumes ligados aos bons costumes, não eram vítimas das críticas dos cronistas e não eram percebidas como mulheres pobres “verdadeiras”, aquelas que agregavam aos condicionantes econômicos, a falta de valores civilizados. Por descenderem de famílias da elite, através de laços de consanguinidade, e manterem fortes relações com o mundo cultural dessas pessoas, posicionavam-se na sociedade como senhoras de costumes de classe média e por isso respondiam aos mesmos valores impostos as mais ricas, que nesse contexto se modificavam a medida que a vida rural dava lugar a vida urbana.

O respeito e consideração social que a população tinha para com essas mulheres, especialmente algumas viúvas, pode ser visto inclusive a partir de medidas políticas. Em 1913, o citado governador Miguel de Paiva Rosa doou uma casa na Rua da Glória (rua Lisandro Nogueira) para a viúva Júlia Figueiredo e a família morarem depois do falecimento do marido, assim como também decidiu que, da verba do Palácio, fosse levada todos os meses à viúva uma importância equivalente ao que o Major recebia.¹⁴⁶ No mesmo ano, o referido governador já havia promulgado a Lei nº 685 no dia 3 julho de 1912¹⁴⁷, onde eliminava os débitos de 1900 a 1910 da viúva, Bemvinda de Queiroz Caldas, do importante jornalista e ativista político, Davi Moreira Caldas¹⁴⁸.

O amparo de Miguel Rosa a essas duas viúvas estava muito ligado às pessoas dos seus respectivos maridos, mas não exime que atentemos para como essas mulheres eram

¹⁴⁵ MONTEIRO, 2015, 4 v.

¹⁴⁶ MONTEIRO, 2015, v. 2, p. 301.

¹⁴⁷ LEI n.º 685 promulgada em 3 de julho de 1912. In: PIAUÍ, Poder Legislativo. *Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1912*. Caixa: Leis e decretos 1900 - 1930, n. 8. Arquivo Público do Estado do Piauí, Casa Anísio Brito.

¹⁴⁸ Davi Moreira Caldas nasceu em Barras, Piauí e morreu em Teresina. Filho do capitão Manoel Joaquim da Costa Caldas e Manuela Francisca Caldas. Poeta, professor, político, historiador e jornalista. Foi Promotor Público, deputado estadual, defensor ardoroso das idéias liberais e republicanas e do abolicionismo. Crítico dos atos do governo e das injustiças sociais sofreu terríveis perseguições. Em 1869, lançou o seu primeiro jornal “O Amigo do Povo”, no qual publicou o histórico artigo intitulado “Oitenta e Nove”, que, embora não definisse claramente uma profecia, deixava transparecer na sutileza de suas entrelinhas a idéia profética da República, que fatalmente foi proclamada na data assinalada pelo jornalista, fato que lhe rendeu a cognominação de “Profeta da República”. É patrono de uma das Cadeiras da Academia Piauiense de Letras e da Academia de Letras do Vale do Longá. Bibliografia: “Estudos sobre o Delta do Parnaíba”; “Cartas Geográficas”; “Propagandista Desconhecido”; “Dicionário Histórico e Geográfico do Piauí”. Foi incluído na “Antologia de Sonetos Piauienses” (1972) e na coletânea “Os Mais Lindos Sonetos Piauienses” (1940), ambas organizadas por Félix Aires.

percebidas dentro do círculo social. Nessa perspectiva, entendemos que, em Teresina, não era exatamente o caráter econômico que levava uma mulher ser considerada pobre “verdadeira” ou não, pois sob essa ótica, a própria cidade, até as primeiras décadas do século XX, não agregava elementos suficientes que lhe caracterizassem como uma cidade rica, se colocada nos parâmetros da primeira modernidade descrita por Baudelaire, com ironia e desalento, associada a estradas de ferro, iluminação, telégrafo, fotografia, da Revolução Industrial, como propõe Renato Ortiz.¹⁴⁹

A pobreza de uma mulher estava mais relacionada à falta de escolarização, de recursos financeiros ou materiais, que possibilitavam o acesso aos novos parâmetros culturais, do que propriamente ao aspecto econômico. Nessa perspectiva, daremos ênfase, na nossa análise, às mulheres pobres economicamente e de valores, por representarem as que eram consideradas verdadeiramente pobres para os demais habitantes e serem alvos dos olhares atentos dos intelectuais, em meio ao processo de ordenamento da república e da incipiente urbanização de Teresina.

¹⁴⁹ ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade: a França no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1991.

3 MULHERES POBRES E AS SOCIABILIDADES: AS DIFICULDADES DE MORAR, TRABALHAR E DE SE DIVERTIR

As concepções do ser mulher que se tornaram visíveis no debate acerca dos comportamentos ideais para as pertencentes às camadas pobres, sobre as quais abordamos no capítulo anterior, constituíram práticas sociais que intensificavam as diferenças entre ricos e pobres. As pobres “verdadeiras” da cidade de Teresina, aquelas que reuniam condicionantes econômico, social e cultural, foram atravessadas por discursos de intelectuais que almejavam novos valores sociais modernos aos habitantes. Nesse contexto, muitas mulheres pobres improvisavam seus ritos de sobrevivência, condição que as distanciavam das características tidas como universalmente femininas, segundo padrões sociais da população rica e de classe média da capital.

Assim, observamos que a cidade, como sugere Michelle Perrot, “frequentemente madrastra, foi também a abertura dos destinos, uma fronteira das possibilidades, sem dúvida desigual segundo os sexos, mas igualmente para as mulheres.”¹⁵⁰ A autora, ao abordar a vida de mulheres “solitárias” nas ruas de Paris, chegou a conclusão do quanto a mulher foi excluída de espaços como: cafés, bares, bancos, museus, bibliotecas, locais de estudo escolar como: escolas e universidades, a própria casa, os lavadouros, mercados e lojas, demonstrando as dificuldades que passavam em circular sozinhas por não poderem comporta-se semelhante aos homens.

Em Teresina, as mulheres pobres circulavam pela cidade igualmente como homens ricos e outros pobres, mas recebiam tratamento desigual tanto quanto as mulheres ricas, embora sofressem críticas mais intensas, pois às hierarquias sociais unia às de classe. Diferentemente das mulheres de posses, as pobres tinham mais acesso as ruas da cidade, e as utilizavam frequentemente por conta das profissões que exerciam e das sociabilidades que promoviam e/ou participavam no lazer. Nessas possibilidades de encontro, ficavam nítidas as formas que escolhiam para agir e usufruir a cidade, bem como as intenções dos intelectuais em ordená-las para os modos civilizados do novo sistema social de cidadãos da república.

Nesse capítulo, portanto, propomos a discussão sobre as sociabilidades que essas mulheres estavam inseridas, com ênfase nos espaços de trabalho e lazer que vivenciavam. Nosso objetivo é demonstrar que na dinâmica urbana e cultural, mesmo atravessadas por valores das camadas ricas e média, que também fazia parte de como muitas se percebiam e

¹⁵⁰ PERROT, Michelle. O gênero na cidade. In: PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 343.

desejavam para si, algumas mulheres pobres agiram de acordo com os seus próprios meios. Antes de aprofundarmos nessas questões, abordaremos algumas considerações sobre a moradia e a luta cotidiana pela sobrevivência, compartilhada com os demais populares.

3.1 Casa e vizinhança

Mesmo com o Estado intervindo na área urbana de Teresina, dotando-a de melhorias e de novos espaços públicos, símbolos da modernidade, regiões como a Rua do Barroão (atual av. José dos Santos Silva), a Estrada Nova (atual av. Frei Serafim), Cajueiros, onde se concentravam a maioria das pessoas pobres, permaneciam sem grandes modificações. Como abordamos no primeiro capítulo, muitas populares moravam nesses bairros em casas cobertas de palhas, e não tinham acesso a serviços como a luz elétrica e água encanada por conta dos altos custos e pela própria estrutura das suas moradias não ser apta à instalação necessária desses benefícios.

Segundo alguns redatores de jornais, apesar dos melhoramentos espaciais de Teresina na primeira década do século XX, a área dos bairros periféricos se configurava como um verdadeiro atraso e esquecimento das autoridades políticas. Em crônica publicada em 1911 no jornal *Diário do Piauí*, Jônatas Batista sob o pseudônimo de Durval Júnior, conta que, ao sair em busca de uma cozinheira, avaliava esses bairros, nos seguintes termos:

Fui a Pacatuba, embrenhei-me pelos Cajueiros, vi as sepulturas dos Anjinhos, tropecei nos pedregulhos da Vermelha, palmilhei, de ponta a ponta, a interminável rua do Barroão, devassei todas as janelas, esmerilhei por todos os cantos, ávido de ver um rosto formoso, uma mulher bonita, um homem robusto, uma criança interessante...¹⁵¹

Na caminhada pela periferia da cidade, o cronista reclamava dos problemas estruturais que esses bairros carregavam, além de demonstrar os principais locais onde era possível encontrar mulheres que trabalhassem como cozinheiras. Das palavras do autor, vislumbramos ruas sem calçamento e cheias de pedras, filas de casas rústicas e mal acabadas que caracterizavam os ambientes em que essas mulheres moravam. Mas, sobretudo, nos deparamos com a caracterização dessas pessoas no que diz respeito à falta de valores morais ditos civilizados e de bons costumes.

¹⁵¹ JUNIOR, Durval. Thebaida. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 146, 21 de setembro de 1911, p. 1.

Na mesma crônica, o autor continuava dizendo que “encontramos a cada passo mulheres sujas embriagadas, verdadeiras vagabundas que levam a vida numa constante pouca vergonha, perturbando a ordem pública, cantarolando obscenidades, pervertendo crianças mas, em compensação, incapazes do mais insignificante serviço.”¹⁵² Na visão de muitos redatores, esses bairros eram regiões de pessoas de má índole, sujeitas aos maus costumes e perversões, onde circulavam mulheres magras e maltrapilhas que falavam alto, utilizavam palavrões e fumavam cachimbos, desviando crianças dos bons costumes por não desempenharem práticas características do ser feminino nesse período.

A percepção era de que essas moradoras não compartilhavam dos valores dominantes acerca dos modos de agir e se comportar no meio social, e por isso eram percebidas como mulheres de reputação duvidosa. Para alguns cronistas, a decadência das regiões se justificava mais aos hábitos dessas pessoas do que propriamente a falta de zelo e medidas administrativas por parte dos políticos. Todavia, alguns discursos se diferenciavam dessa perspectiva, colocando a responsabilidade das más condições físicas dessas regiões, a falta do devido amparo político. Assim se apresenta Jônatas Batista em algumas de suas crônicas. O autor, ao escrever sobre alguns bairros da cidade, dá visibilidade a hierarquias e desigualdades que norteavam as habitantes pobres em Teresina. Nas suas palavras,

[...] As ruas são, para as cidades, vilas ou capitais que subdividem, o mesmo que os homens para o meio, para a sociedade em que vivem. Enquanto os felizes açambarcadores dos lugares e posições que lhes pertencem, galgam os postos mais elevados, subindo, muita vez, pelas baixezas vis, pelo amargamento do caráter, pela obtusidade do cérebro, os outros homens lutam nas trevas, contra as perseguições injustas, contra as ingratidões contra a indiferença... Assim também as ruas. A Praça Rio Branco (façamos a comparação) é bem uma feliz e aristocrática senhora do grand monde, sempre coquete, ativa e pretenciosa, enquanto a Rua Campos Sales faz-nos lembrar uma dessas nossas velhas lavadeiras, de pés descalços e saia de algodãozinho.¹⁵³

Desvelando características das ruas, Jônatas Batista comparava esses espaços com aspectos sociais de pessoas ricas e de pessoas pobres na dinâmica da vida em sociedade, ao tempo em que criticava a causa do atraso de algumas regiões da cidade. Para o autor, a precariedade desses espaços se justificava pelo descaso e esquecimento dos políticos para com esses locais, assim como na sociedade os pobres obscuros, eram insignificantes aos olhos dos ricos distintos e bem ‘cuidados’.

¹⁵² *Ibid*, p. 1

¹⁵³ BATISTA, Jônatas. *Poesia e Prosa*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985, p. 182.

Sobre a Rua do Barroão (atual av. José dos Santos Silva), por exemplo, uma das ruas mais carentes de serviços públicos e mais destacadas pelos cronistas, Jônatas Batista, colocava em 1913,

Pobre rua do Barroão!... Muito em breve, quando todas as tuas irmãs, as outras ruas de Teresina, entoarem, numa voz forte e vibrante, o hino soberbo de luz, palpitando de entusiasmo sob a carícia embriagante de um cariciante banho luminoso; quando as lâmpadas elétricas transformarem as nossas noites escuras e pavorosas em dias claros e brilhantes, tu, (somente tu!...) estrebucharás nas trevas, chorando o teu abandono, soluçando a tua desventura, vítima indefesa e paciente da ingratidão dos homens, da indiferença dos teus senhores.¹⁵⁴

O autor percebia as condições difíceis da rua pelo abandono a que estava submetida. Na verdade, as críticas de Jônatas Batista consistiam em denúncias ao esquecimento dos políticos e demais cidadãos a regiões pobres da cidade, lançando, ao final, um olhar de esperança, ao dizer que “um dia ela terá também, como as outras ruas de Teresina, água canalizada, luz elétrica, limpeza e todos os mais confortos indispensáveis para viver, para amar.”¹⁵⁵

Além desses bairros, outra região com grande concentração de mulheres pobres, era a denominada Baixa da Égua. Com a construção da companhia de Fiação e tecidos piauienses no final do século XIX, realizada pelo consórcio de capitalistas liderado pela família Cruz, da cidade de Caxias, muitas mulheres instalaram suas casas nos terrenos a leste da fábrica, o que contribuiu para o seu povoamento e na formação da região que ficou conhecida como Baixa da Égua. A empresa se constituiu fora do polígono urbano, instalando-se além da Rua da Estrela (atual rua Desembargador Freitas), o que, posteriormente, promoveu a urbanização além do limite norte da cidade.

A área era deserta e não se diferenciava de outros subúrbios da cidade. Assim, mais uma região da cidade era marcada, ao longo do século XX, por casas rústicas de palha e taipa, construções baratas, precárias, onde essas mulheres passavam a habitar e se concentrar.¹⁵⁶ Muito embora, abordemos as condições de trabalho nesse ambiente no próximo item, é imprescindível ressaltar que, nesse período, a fábrica representou a possibilidade de emprego para muitas dessas mulheres e a povoação de outros bairros de Teresina, onde elas também passaram a se concentrar por conta das atividades na Fiação.

Nesse sentido, é possível considerarmos em que ambientes essas mulheres estavam inseridas no dia a dia das suas moradias. Eram regiões precárias de serviços básicos de

¹⁵⁴ *Ibid.*, 1985, p. 183.

¹⁵⁵ *Ibid.*, p. 182-183.

¹⁵⁶ MONTEIRO, Orgmar. *Teresina descalça*. Fortaleza: Ioce, 1987, v.2, p. 120.

infraestrutura, sinistras e dadas a todos os valores, segundo os olhares críticos de cronistas. Nesses subúrbios, as dinâmicas sociais permitiam práticas mais livres para algumas mulheres pobres, mesmo que pelo crivo dos intelectuais e administradores da cidade, esses costumes devessem ser combatidos e ressignificados a nova ordem social burguesa.

Entretanto, a falta de infraestrutura básica dessas habitações e a forma irregular em que estavam organizadas nos subúrbios, não eram os únicos problemas. Além de condições precárias de estrutura e localização, essas casas, construídas com a palha do coco babaçu, eram vítimas de inúmeros incêndios que ocorriam frequentemente nos tempos secos. O problema com o fogo fazia parte da rotina da cidade e também atingia casas de pessoas de classes média e alta, bem como estabelecimentos comerciais, e outros serviços. Porém, as principais vítimas eram as áreas que cercavam o centro da cidade, onde morava a maioria da população pobre.

A proximidade que mantinham umas das outras, fazia com que o fogo geralmente atingisse mais de uma moradia, chegando a tomar conta de ruas inteiras, visto que, além do material da estrutura, não havia bombeiros na cidade até os anos de 1940. Intelectuais como João Ferry, representaram esse panorama de sensibilidades através da poesia. Observemos a partir do autor, em *Um Incêndio*.

Um Incêndio.
(Chapada do Corisco)

Dão, dão, dão, dão, dão, dão, dão...
Eram sinos das torres de São Benedito
Gemendo de estertor e com pungente grito!
Dão, dão, dão, dão, dão, dão...
Eram sinos da Catedral das Dores
Em gemidos de idênticos clamores.
Dão, dão, dão, dão, dão, dão...
Eram os sinos da Matriz do Amparo,
Num choro triste doloroso e amaro.
Tá! Tatá! Tatatá! Tatá! Tatá...
Era a corneta do quartel brandando
Do povo os sentimentos despertando.
E a cidade toda em confusão...
E o povo todo em louca correria,
Para apagar o fogo de um casebre
Que se ardia
Nos confins do Barroão
Por mais forte que fosse e mais ranzinza,
Quando todos chegavam suando... suando...
Encontravam só cinzas, só as cinzas
E a Mariinha Chorando.
E cada qual com mais dó, mais comovido,
Dava cinco tostões, cinco tostões...
E a Maria fazia outra casinha.
Depois, de porta em porta, um mês inteiro,
Num choro triste, dolorido e honrado,

A Mariinha suplicava esmolas,
Para a casa que havia se queimado.¹⁵⁷

Os incêndios descritos por João Ferry causavam muitos sofrimentos e problemas sociais para os moradores. Nestes ocorridos, os sinos das igrejas informavam sobre os incêndios, alertando a população e o quartel de polícia para ajudar a conter as chamas. Todavia, por conta do material, essas casas rapidamente se transformavam em cinzas, ficando totalmente destruídas. As mulheres viviam então, sobressaltadas com essa realidade precária, na espreita dos sinos da igreja e na esperança de conterem o fogo a tempo. Como Mariinha, muitas pobres perdiam toda a sua moradia e ficavam a mercê da caridade social e de medidas políticas para fazer outra “casinha”.

Em atos de caridade, outros habitantes, principalmente mulheres da alta sociedade, se reuniam e prestavam apoio às pobres, com alimento, vestimentas, dinheiro para a construção de novas choupanas, ou mesmo, com o acolhimento nas suas próprias casas. Os redatores de jornais, por sua vez, auxiliavam dando visibilidade ou promovendo essas campanhas. Esse foi o caso da subscrição feita por um redator do jornal *A Legalidade* para Delfina e Laurinda, que “reduzidas a extrema penúria pelo incêndio de suas choupanas”, ganharam a importância de 30\$000 réis em 1892.¹⁵⁸

Como Delfina e Laurinda, muitas mulheres perdiam todas as suas choupanas nos incêndios, chegando a uma situação de pobreza ainda maior. Nessas condições, pessoas ricas ou abastadas contribuía com uma quantia em dinheiro para as vítimas, que dividiriam a quantia arrecadada e construiriam outra casinha coberta de palha na tentativa de retornar ao estilo de vida que possuíam antes dos incêndios.

Quanto à medidas públicas, o Estado pouca coisa conseguia fazer para mudar essa situação. Mesmo assim, algumas intervenções administrativas foram promovidas nesse período. No governo de Gregório Thaumaturgo Azevedo em 1890, foram promulgadas em uma portaria algumas diretrizes de como as igrejas da cidade, Nossa Senhora do Amparo, Nossa Senhora das Dores e igreja de São Benedito, deveriam sinalizar os próximos incêndios.¹⁵⁹

Segundo a mesma, as igrejas passariam a badalar os seus sinos de forma mais específica, demonstrando a região onde os incêndios ocorriam em relação à proximidade de cada uma delas. Além disso, os sacerdotes ficavam encarregados de tomar nota do indivíduo

¹⁵⁷ FERRY, João. *Chapada do Corisco* Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016, p. 42.

¹⁵⁸ SUBSCRIÇÃO. *A Legalidade*. Teresina, ano 1, n. 36, 10 de set. de 1892, p. 4.

¹⁵⁹ PORTARIAS. *Estado do Piauí*. Teresina, ano 1, n. 2, 16 jan. 1890, p. 2.

que os alertava sobre o fogo, para que este, em caso de aviso verdadeiro, fosse premiado com 2\$500 réis, ou punido correccionalmente pelas autoridades policiais, quando prestasse uma notícia falsa.

Através de medidas como essas, é possível sugerir que a rotina de incêndios na cidade envolvia toda a população, não apenas por vitimar alguns moradores e mobilizar outros tantos a apagar o fogo que tomava conta de casas, estabelecimentos completos, ou parte deles. Envoltas dessas ocorrências, concentravam-se falsos alarmes, injúrias, provocações e acusações entre pessoas rivais, que iam ao quartel de polícia prestar queixa e exigir providências para averiguação dos motivos do incidente.

Algumas dessas acusações chegavam às páginas dos jornais, e o problema que aparentemente haviam se iniciado com a perda de moradias ou bens materiais, se apresentava como fruto de divergências políticas ou disputas sociais, expressando-se por meio de inúmeras suspeitas e retaliações entre os próprios habitantes, fossem eles ricos ou pobres.¹⁶⁰ Além de incêndios provocados pelas altas temperaturas dos tempos secos em Teresina, e os supostos criminosos, a ocorrência do fogo se motivava pelo mau uso de instrumentos como o lampião a querosene nas casas, ou por hábitos como o de fumar próximo a essas regiões.

Exemplo deste último foi o noticiado em maio de 1892 pelo jornal *A Legalidade*, em que apresentava um incêndio no quarto de depósito de algodão na Fábrica de Fiação e Tecidos, provocado por fumantes “insubordinados”. Na notícia, o periódico saudava o auxílio dos tripulantes da Companhia de Navegação e Vapores e os soldados do 35º Batalhão da polícia, que, juntos, contiveram o fogo que poderia ter provocado consequências catastróficas, ao tempo em que criticavam a atuação do governador.¹⁶¹

A despeito das duras críticas ao então governador do Piauí, capitão Coriolano de Carvalho e Silva, nesse caso, frutos de divergências políticas com redatores do *A Legalidade*, órgão do Partido Republicano Legalista, o fato retratado pelo jornal, demonstrava a presença dos incêndios em vários locais da cidade. A propósito, durante os governos militares do Piauí, da década de 1890 a 1900, o do referido capitão Coriolano de Carvalho e Silva, e o do seu sucessor, coronel Raimundo Artur de Vasconcelos, alguns intelectuais, como Clodoaldo

¹⁶⁰ Nos jornais desse período são recorrentes as acusações entre pessoas da cidade, especialmente de grupos políticos divergentes que se queixam de incêndios nas suas propriedades ou em estabelecimentos comerciais. Algumas queixas chegam a gerar longos processos penais que também ganham as páginas dos jornais. A título de exemplo ver: ILUSTRÍSSIMO Sr. Dr. Juiz de Direito. *Fiat Lux*, Teresina, ano 1, n. 11, 10 fev. 1890, p.2-3; SENADO Federal. *Diário do Piauí* Teresina, ano 3, n. 44, 22 de fev. de 1912, p. 2. Além dessas fontes, há relatórios policiais da cidade do século XIX.

¹⁶¹ INCÊNDIO, *A Legalidade*. Teresina, ano 1, n. 21, 23 de mai. de 1892, p. 4.

Freitas e Higino Cunha,¹⁶² enfrentaram muitos problemas, o que aumentavam as críticas na imprensa às ações desses administradores no Estado.

Sendo assim, é necessário destacar que muitas críticas e elogios a governantes ou administradores políticos de outros órgãos do governo, estavam diretamente ligados a divergências ou aproximações políticas, o que nos leva a filtrar a intensidade com que algumas notícias foram retratadas na imprensa. Posto isso, as considerações acerca dos incêndios na cidade merecem uma discussão maior para esse recorte, pois os fatos que os envolviam estavam cercados de interesses políticos e divergências sociais, assim como sobre outros aspectos do cotidiano dos habitantes.

Além disso, Teresina foi alvo de outros problemas com o fogo que ocorriam desde décadas anteriores a de 1890, e se expandiram até as primeiras décadas do século XX.¹⁶³ No que se refere aos incêndios que ocorriam na fábrica, observamos que a sua ocorrência também se aproximavam do cotidiano de mulheres pobres, posto que essa empresa formava um dos principais espaços de trabalho dessas populares. Nessas condições, as mulheres pobres, além dos infortúnios vividos com a estrutura das suas casas, a falta de serviços básicos como abastecimento de água e energia elétrica, tinham de conviver com as possibilidades de incêndios nas suas moradias e nos locais de trabalho.

A propósito, muitas dessas mulheres eram inseridas no mundo do trabalho desde muito jovens, sendo alvo de constantes críticas que tinham de enfrentar por circularem nas ruas da cidade e, por isso, se constituírem de práticas sociais diferentes das pensadas para as mulheres ricas e de classe média. Ao contrário das mais abastadas, muitas dessas mulheres saíam de casa para trabalhar com a finalidade de auxiliar nas despesas das casas, ou ainda, por serem as próprias chefes da família, posto que nesse contexto, os códigos de casamento e obrigações com o lar e com os filhos nem sempre eram respeitados e compartilhados, nessas famílias.

Além disso, havia as pobres retirantes da seca que se tornavam viúvas devido aos flagelos da fome ou por outros infortúnios, e tinham de manter seus filhinhos, amparados pela caridade pública ou privada, a partir da ajuda de entidades do estado e pessoas provenientes das elites, respectivamente. Todas essas circunstâncias demarcavam o cotidiano de mulheres pobres, que tinham de trabalhar fora do lar para se sustentarem ou auxiliarem no sustento da casa. Nesse contexto, muitas pobres compartilhavam horas de trabalho ao lado de outras

¹⁶² QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 2. ed. Teresina: EDUFPI; João Pessoa: EDUFPB, 1998a, p. 288.

¹⁶³ Para uma análise dessas questões durante o século XX, associando-o ao processo de modernização e à violência policial, ver: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002.

mulheres, ou homens, bem como momentos de lazer que organizavam com bastante frequência nas ruas da capital. Passaremos, então, as sociabilidades em que essas mulheres estavam envolvidas, em meios as preocupações expressas pelos letrados, na imprensa e nas elites políticas.

3.2 Sustento e diversão: os dilemas do convívio

3.2.1 Modalidades do Trabalho

Nesse contexto, as possibilidades de trabalhos para as massas de pessoas pobres eram muito restritas, e geralmente representavam ofícios nas casas dos mais ricos ou atividades subremuneradas dentro do círculo econômico de Teresina. A cidade contava com poucas indústrias e o setor de comércio e serviços não tinha suporte para absorver toda a mão-de-obra disponível. Assim, para as mulheres pobres, as opções de trabalho estavam nas poucas indústrias da cidade, em trabalhar como criadas nas casas de família abastadas, ou apenas prestando serviços domésticos, como engomadeiras e lavadeiras, serviço no qual podiam retornar as suas casas após as atividades prestadas, ou ainda, no comércio, onde algumas possuíam bancas de vender comida, alimentos no Mercado Público de Teresina.

O trabalho dessas mulheres estava presente no dia a dia da cidade, sendo presença marcante na rotina dos demais habitantes. O cotidiano de algumas delas pode ser observado a partir das palavras de João Ferry,

Às cinco da manhã, a Fiação,
Com seus apitos acordava o povo
E as “pipiras” cantando uma canção
Passavam aos bandos, de vestido novo.
No Mercado estudantes em assuadas
Tomavam do café da Serafina,
Comiam peixe frito e paneladas
E as gostosas rabadas da Jovina.¹⁶⁴

As “pipiras” faziam parte de um segmento de mulheres pobres que trabalhavam na Fábrica de Fiação e Tecidos. As operárias, “pipiras”, com o apito, o canto, as conversas e o jeito de andarem em “bando” alegravam a cidade¹⁶⁵ entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, período em que Fiação funcionou. Sobre a atuação profissional dessas

¹⁶⁴ FERRY, 2016, p. 33.

¹⁶⁵ TITO FILHO, A. *Teresina meu amor*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, p. 24.

mulheres na Fábrica temos poucos relatos, nos dando pouco aporte para contar a sua história nos primórdios dessa indústria. Nesse período, as referências em relação às operárias consistem em alguns anúncios para contratação de tecelãs ou críticas as constantes vigilâncias porque passavam no ambiente de trabalho.

De toda forma, o trabalho das pipiras da Fiação começava às 5:00 hs da manhã e logo depois, as máquinas começavam a funcionar. As operárias dividiam o trabalho de carreteleira e de remetedeira na fábrica e, geralmente, começavam bem jovens na atividade. Esse é o caso de Maria Francisca dos Santos, que após ficar orfã aos seis anos de idade numa cidade do interior do estado, mudou-se para Teresina com sua madrinha e empregou-se na referida indústria, aos sete anos.¹⁶⁶

Eu era criança ninguém queria me dar emprego, aí uma moça, uma colega minha pediu que me empregasse, que eu não tinha pai, não tinha mãe, não tinha quem me desse, não sabe? E precisava trabalhar, e não queria ir trabalhar na cozinha dos brancos, não sabe? Aí o gerente, [...] disse: emprega aí seja em que salão for. E me empregaram com sete anos, sete anos eu entrei na Fiação, quem me criou foi a Fiação.¹⁶⁷

Segundo ainda, o relato de Dona Francisca, a Fiação contratava certo número de mulheres de nove, dez ou onze anos a quem pagavam salário bem inferior ao das trabalhadoras adultas. O trabalho começava cedo para essas meninas desprotegidas da sorte, que tinham de lutar pela sobrevivência desde tenra idade. A trajetória de vida de Dona Francisca dentro da Fiação é similar a de muitas outras meninas que chegavam à Teresina de outras cidades do interior do Estado, ou de outras regiões, ou mesmo das provenientes das periferias da cidade, que necessitavam trabalhar desde cedo para se sustentarem.

Isto mesmo quando sua história começou a ganhar contornos particulares, no momento em que passou a manter um relacionamento com o gerente da fábrica, que a levou para trabalhar nos escritórios. Os romances entre patrão e operária eram bastante comuns, acarretando, muitas vezes, desafios e dilemas pessoais para mulheres pobres que acabavam se envolvendo com os homens ricos da empresa. Sobre a sua história, D. Francisca diz que,

[...] Eu apanhei muito quando foi para me “casar” [...] eu era uma moça pobre, sem pai, sem mãe, filha órfã, namorar com um rapaz rico, né! minha madrinha sabia, [...] quem era eu pra namorar com um gerente, uma moça pobre, sem pai, sem mãe. Ela sabia e me batia aí ele soube, e não gostou, e eu fugi. Fugi pra ficar sem vergonha, com oito anos que eu tinha fugido foi que me casei.¹⁶⁸

¹⁶⁶ SANTOS, Francisca Maria dos. Entrevista concedida ao pesquisador Pedro Vilarinho Castelo Branco, em abril de 1995 apud CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres Plurais*. Teresina: Edições Bagaço, p. 112.

¹⁶⁷ *Ibid.*, p. 113.

¹⁶⁸ *Ibid.*, p. 113.

Como nos conta, D. Francisca se tornou tida e mantida pelo gerente da fábrica, mesmo contra a vontade da madrinha, sua tutora, o que nos sugere as diferenças sociais que estavam em vigor, onde os casamentos ocorriam entre os iguais ou semelhantes de prestígios sociais pela posse de bens e patrimônios. A fala da operária também no remete aos valores de classe média que a sua madrinha possivelmente já havia incorporado, almejando um casamento baseado nas fases do flerte, namoro e que estivesse inserido dentro da moralidade e dos costumes burgueses. Assim, através dos relatos de d. Francisca identificamos que em uma mesma família poderia haver aceitação e negação dos valores dominantes.

Contudo, nem sempre as operárias que se envolviam em enlances amorosos com os patrões tinham esse mesmo desfecho. Eis a história de Rosa, provavelmente ocorrida no ano de 1920, narrada por Orgmar Monteiro:

Um dia o diretor faz um passeio pela sala dos teares. Não era novidade. A inspeção do acabamento do tecido era rotina adotada pelo interesse do próprio objetivo comercial. Porém, de par havia o olhar do curioso descobrindo as pipiras de então ou atuais gatinhas em que curiasse. Dessa feita achou um tear parado. A tecelã devia ser novata. O físico raquítico denotava um corpo jovem em crescimento. A princípio viu só o prejuízo do tempo da máquina, sem funcionamento. Aproximou-se mais. A mocinha ficou atarantada. Ele foi carinhoso ao falar. Era do seu feitio falar manso. [...] A inexperiente tecelã levantou os olhos. O diretor via pela primeira vez aqueles belos olhos verdes. Notou na penumbra do vasto salão, no local em que se achavam, que era alva, loura e bonita. Devia ter 15 a 16 anos. Quase infantil. Os seus instintos vibraram. A libido rugiu. E veio a pergunta.

- Como te chamas?

- Rosa

- Está bem Rosa. O fio foi emendado. Continue.¹⁶⁹

Com a ajuda do foguista Marciano, funcionário da Fiação, o diretor seduziu Rosa, e juntos mantiveram um caso durante três meses, até que Rosa engravidou. Sabendo da gravidez da operária, o diretor procurou solucionar o problema casando-a com João, outro funcionário da empresa. Por intermédio de Marciano, o diretor sabia que João era apaixonado por Rosa, e para fazê-lo esquecer o deslize e a gravidez da moça, promoveu-o e emprestou o dinheiro necessário para a compra de uma casa. Assim, Rosa e João casaram-se e, segundo Orgmar Monteiro, constituíram uma família exemplar.

Como propõe a historiadora Elisangela Barbosa Cardoso ao estudar as relações de gênero e as condições históricas que tornaram possível a construção da identidade feminina centrada no casamento e na maternidade, no período de 1920 a 1960, em Teresina, “as representações ambivalentes acerca das pipiras e as ações por ela impulsionadas, por sua vez,

¹⁶⁹ MONTEIRO, Orgmar. *Teresina descalça*. Fortaleza: Edições Iocce, 1988. v. 3. p. 277-278.

fomentavam a dinâmica da prostituição. Essas mulheres eram estimuladas a se prostituírem, o que, de fato, muitas fizeram, fosse por estímulo, fosse por desejo e escolha.”

Por outro lado, era corrente a percepção de que mulheres pobres que trabalhavam como lavadeiras, empregadas, engomadeiras e operárias complementavam a renda com o exercício da prostituição. Percepção que ora correspondia às práticas, ora não. Importa destacar que a prostituição, de fato, era um meio de sobrevivência de mulheres pobres como atividade principal ou complementar. Mulheres que, quando jovens foram prostitutas, com a diminuição dos clientes, passaram a trabalhar como empregadas, lavadeiras, engomadeiras, etc.¹⁷⁰

À luz da autora, as pipiras, assim como empregadas domésticas e criadas, eram constantes alvos de investidas de homens abastados que buscavam vivenciar experiências sexuais com mulheres pobres em geral, para preservar aquelas de sua condição social. Essas práticas não incidia apenas sobre elas, pois também eram estimuladas e defloradas, as separadas e as viúvas jovens e pobres. No âmbito do trabalho, essas operárias também permaneciam sob olhos dos patrões e por outros empregados do governo no momento das suas atividades.

Em 1892, por exemplo, o jornal *A Legalidade* chamava atenção do Comandante do Corpo de Segurança para o fato que ocorreu na fábrica de Fiação e Tecidos. Segundo a notícia, “há poucos dias um alferes do corpo de segurança, em visita ao estabelecimento de fiação e tecidos, imprudentemente interrompeu o trabalho de uma operária, fazendo lhe desabridamente o corte.”¹⁷¹ De acordo com o jornal, a forma impropriedade do alferes agir perturbava o trabalho das operárias, que tratadas como eram, iriam se mudar para a Fábrica de Fiação e Tecidos e de Caxias, onde lá não seriam tão vigiadas e poderiam realizar o trabalho da melhor forma.

Embora com todos esses dilemas, o trabalho na empresa parecia ser mais digno do que o realizado na “casa dos brancos”. Os trabalhos domésticos eram outra oportunidade de emprego aberta as mulheres pobres. Desde pequenas, acostumadas com o trabalho doméstico, a adaptação das mulheres pobres as casa de outras famílias não era muito difícil. Isto porque muitas vezes, faziam parte das práticas dessas famílias de elite de acolherem meninas jovens pelas redes de compadrio, ou crianças vítimas das secas que eram deixadas nessas casas, para terem um destino melhor.

¹⁷⁰ CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p. 272.

¹⁷¹ VALENTE. *A Legalidade*. Teresina, ano 1, n. 25, 25 jun. de 1892, p. 4.

As atividades que poderiam ser desempenhadas pelas criadas eram muitas: cozinhar, arrumar a casa, ser ama-de-leite, babá e mesmo fazer suprir as necessidades da casa. No ano de 1890, as relações entre patrões e empregadas passaram a ser regidas pelo decreto n. 23 de 11 de abril de 1890, que regulava os contratos de locação de serviços domésticos nas cidades e vilas do Estado.¹⁷² Entre as diretrizes sobre a forma de cadastrar os novos empregados, haviam as regras sobre como as obrigações de empregados e patrões. As principais exigências feitas pelos patrões às criadas eram serem honestas e terem bom comportamento. Para os patrões, o risco de contratar criadas com comportamentos reprováveis era uma constante.

Por outro lado muitas criadas ainda eram tratadas sob agressões e castigos, mesmo com a extinção da escravidão. Esse parece ter sido o caso de Ana de Jesus Batista, que em 1891 deu queixa do seu patrão José Francisco Teixeira, por este ter lhe agredido com socos, murros e palmadas nas mãos. De acordo com a vítima, o seu patrão, ao se desentender com a sua filha, a agrediu de surpresa.

Sem condições de permanecer na casa, Ana de Jesus Batista resolveu ir ao chefe de polícia prestar queixa do patrão e pedir que o mesmo órgão atestasse a sua pobreza, para que assim fosse amparada pelas instituições de caridade. Apesar de não encontrarmos nas fontes mais queixas como a de Ana de Jesus Batista, observamos que essas eram práticas possíveis dentro de uma sociedade que vinha de um sistema escravista, onde os pobres permaneciam em situações críticas de sobrevivência.

3.3 Modalidades de Lazer

As mulheres pobres, ao utilizarem com mais liberdade os espaços da cidade, possuíam práticas que as diferenciavam ainda mais das senhoritas da elite que não tinham o mesmo acesso as ruas da cidade, sendo fortemente vigiadas pelas famílias quando circulavam fora do lar. As mulheres das camadas populares participavam de festas culturais como a do carnaval, congos, marujos e bois, e tinham acesso ao cinema, que se caracterizava por ser uma diversão barata e acessíveis aos menos providos de recursos financeiros. A diversão também ocorria no período das festividades religiosas, na saída do trabalho, nas conversas “casuais” com a

¹⁷² DECRETO LEI n. 23 publicado em 11 de abril de 1890. Regula os contratos de locação de serviços domésticos nas cidades e vilas do Estado do Piauí. *Estado do Piauí*. Teresina, ano 1, n. 38, 16 de abril de 1890.

vizinhança, e nas festas organizadas em suas próprias casas, que apesar da simplicidade, propiciavam agradáveis encontros.

Nessas atividades algumas mulheres aproveitavam para esquecer a difícil trajetória que possuíam no dia a dia, e, depois de terminadas as tarefas diárias, se divertiam em sociabilidades como bailes, sambas, batuques, chorados ao som de harmônicas, violas ou tambores. Nos bairros onde moravam, ensaiavam “congos, marujos e boi, para depois saírem e dançarem nas ruas e casas da cidade.”¹⁷³ Além disso, comemoravam os dias de Santo Antônio, São Pedro, São João, uma roda de São Gonçalo, um levantamento de mastros.¹⁷⁴

Eram encontros na Rua Barroçã, nas casas dos bairros Cajueiros, Vermelha, Baixa da Égua, que ficaram conhecidos como pipirais, pela presença marcante de mulheres “pipiras”. Jônatas Batista, ao tratar do Bairro Baixa da Égua, conta-nos que “em uma casa daquela praça onde se realizaram os célebres e tão falados bailes, promovidos na maior parte das vezes, com o premeditado fim de esbordoar alguém, ou desacatar alguma tímida senhorita que, embora modesta e pobre, nem por isso deixava de ser digna da nossa consideração e do nosso respeito.”¹⁷⁵ Em 1914 Jônatas Batista, que no ano anterior ocupava o cargo de subdelegado de polícia do 3º distrito de Teresina e, por conta disso, sabia o desfechos de muitos desses encontros, expressava nas crônicas a consideração social que todos deveriam ter por essas mulheres, que mesmo “modestas e pobres” mereciam respeito dos demais habitantes.

Entretanto, através do próprio Jônatas Batista, do que cronistas nos apresentam e a fontes policiais e judiciais¹⁷⁶ indicam, eram comuns nessas reuniões ocorrerem distúrbios como brigas e ferimentos entre os festeiros. Os ânimos aflorados e as conseqüentes alterações travadas entre convidados eram retratados, sobretudo, na imprensa. Voltando as considerações de Jônatas Batista, importa destacar o que o autor apresenta sobre os bailes da Baixa da Égua.

Raro era aquele que não se dava um rolo, uma briga havendo, invariavelmente, dois ou mais feridos. Existia, mesmo, um polca ferosa que a orquestra da Polícia executava então, e que, posto tivesse outro nome, ficou conhecida pelo de “A pau não cessa” [...] Quem diria hoje que a silenciosa e pacata Baixa da égua já foi, há bem poucos anos, uma das praças mais movimentadas, mais ruidosas, tendo a alegrar-lhe a existência, todas as noites de sábado, um grande baile, acompanhado de muitas cacetadas, muitos tiros, muitas facadas, e muito sangue!¹⁷⁷

¹⁷³ COSTA, Odilo. Teresina. In: *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano XXVI, nº 20, maio 1943, p. 54.

¹⁷⁴ *Ibid*, p. 54.

¹⁷⁵ BATISTA, 1985, p. 185.

¹⁷⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, Poder Judiciário. 1864-1865; 1896-1898; 1890-1936. Caixa 0079; 0075; 0066. Nessas caixas encontram-se além de processos judiciais de débitos de pessoas para com a Fazenda Pública delitos de pessoas “subalternas” que se desentenderam ou causaram algum tipo de desordem em Teresina em costumes básicos do cotidiano.

¹⁷⁷ *Ibid*, 1985, p. 186.

Nessa percepção, o olhar dos cronistas parece ser unânimes ao retratarem as brigas e “arruaças” que ocorriam no final das sociabilidades dos populares na cidade. O *Sarau das Petisqueiras*, presente no jornal *O Correio* de 1901, mostra alguns desses desfechos:

No sábado último teve lugar na casa de comidas denominada, ao que nos parece, Petisqueiras de Relance, um animadíssimo sarau de mulheres alegres. Lá das tantas para tantas, segundo nos informam foi servida uma abundante e variada ceia de pancadaria, regada a sangue. O menu compreendia: socos, bofetadas, cacetadas, etc. e saiu gente até bastante indigesta. Informa-nos ainda que a nota cômica foi esta: O músico de polícia Geraldo, depois da primeira mesa, recitava a célebre poesia de desgraça! Eis tudo que resta... Aos monótonos acordes da orquestra, que tocava a surdina. Quando cortaram lhe o fio da coisa com uma bordoadá. Achamos que a continuação dos “Saraus das Petisqueiras” constitui um atentado a moral porque ali penetram alguns filhos de família e como os outros ficam sujeitos a comer dos novos petiscos.¹⁷⁸

As famílias ditas “civilizadas” corriam, segundo a notícia, risco de vida e de desmoralização para “os filhos de família” que também circulavam nesses ambientes e entravam em contato com as “pobres imorais.” O panorama da desordem e das más tendências dessas pessoas dentro do âmbito público convergia, então, para as reflexões que Sandra Lauderdale Graham propunha às relações externas ao lar. As dimensões privado e público que atravessavam as interações de criadas (livres ou escravas) e seus patrões no Rio de Janeiro, também eram sentidas com muita intensidade pelas que viviam na pobreza em Teresina nesse período.

O mundo da *rua* se constituía para esses segmentos, local privilegiado para o desenvolvimento de suas práticas. Esse meio, entretanto, era constantemente vigiado pela polícia na sua missão de evitar que essas pessoas se manifestassem de maneira perigosa ou nociva aos novos hábitos civilizados que se forjavam nesse contexto. Havia, então, a necessidade de resguardar os habitantes do *lar* dos perigos que a *rua* propiciava, principalmente nas horas noturnas, em que era marcada por “algazarras” onde raramente “não dava um rolo, uma briga, havendo, invariavelmente, dois ou mais feridos.”¹⁷⁹

No espaço das ruas estavam agregadas dimensões culturais que deveriam ser evitadas por aqueles que não pertenciam a ela. Portanto, para a elite, a população pobre das cidades associava-se ao desenvolvimento de doenças, criminalidade, mendicância, e, principalmente, da corrupção do ser. Existia assim uma desconfiança geral com relação aos pobres que eram

¹⁷⁸ SARAU das petisqueiras: novos petiscos. *O Correio*, Teresina, ano 1, n. 2, 06 de junho de 1901, p. 01

¹⁷⁹ BATISTA, Jônatas. *Poesia e prosa*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985, p. 184.

observados, classificados e percebidos como perigosos portadores de vício do corpo e da alma, que podiam contaminar toda a sociedade.¹⁸⁰

Os “pedidos” de coerção pela polícia desses tipos de costume, apareciam constantemente na imprensa, e buscavam, sobremaneira, provocar o afastamento das pessoas de “más tendências” das regidas pela boa moral e educação. Nesses aspectos, além das influências negativas aos filhos de família, os cronistas alertavam para as ocorrências com o objetivo de protegerem a vida desses homens, conforme o jornal *Correio de Teresina* em 1915 alertava:

Na noite de sábado para domingo num animado forró que realizava para bandas da rua da Estrela, houve o diabo a quatorze, um grande rolo do qual resultou o ferimento de Isabel Dias, uma mocinha que não tinha nada com o caso. Quanto mais animada estava a festa deu-se uma forte alteração entre Sr. Manoel Iglesias e o operário Arlindo. O primeiro sacando de um revolver, em plena sala cheia de convidados, desfechou dois tiros contra o segundo, indo um dos projéteis atingir Isabel, abaixo da clavícula esquerda.¹⁸¹

Assim como foi o caso de Isabel Dias que acabou sendo vítima de uma “forte alteração entre Manuel Iglesias e o operário Arlindo”, as queixas por brigas, embriaguez, homicídios ou mesmo outras formas de atentados contra a vida, resultantes do contato entre pessoas pobres, eram bastante frequentes nos jornais de Teresina as primeiras décadas do século XX. Esse meio, entretanto, era constantemente vigiado pela polícia na sua missão de evitar que essas pessoas se manifestassem de maneira perigosa ou nociva aos novos hábitos que se forjavam. Em matéria publicada no jornal *O Nordeste*, de 17 de julho de 1920, cujo intuito era coibir “namoros escandalosos” no mercado público, cita-se, paralelamente, “mulheres da vida alegre” e empregadas. Eis um trecho da matéria:

Pede-nos pessoa criteriosa que levemos ao conhecimento dos senhores intendente municipal e dr. chefe de polícia o fato seguinte, que se reproduz diariamente, no mercado público:
- Reúnem-se ali indivíduos pouco cerimoniais, cujo fim único e exclusivo é fazer namoro encandaloso e indecente com as mulheres da vida alegre e criadas que vão às compras. Acrescenta quem nos pede para divulgarmos tais fatos que, se as coisas continuarem dessa maneira, muito em breve não há senhora que possa ir ao mercado público de Teresina

¹⁸⁰ROCHA, Raquel Caminha. “*APARTA QUE É BRIGA*”: discurso, violência e gênero em Fortaleza (1919-1948). Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011. p. 27.

¹⁸¹TIROS e cacetadas: o que se passou num forró. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 3, n. 118, 17 de maio de 1915, p. 50.

Ao aparelho policial cabia prender e conduzir a delegacia pessoas que perturbassem o sossego público com alterações, rixas, vozerias ou gritos, que transitassem pelas ruas vestidas de modo ofensivo a moral e em outras situações de desvio de conduta.¹⁸² De acordo com jornais da cidade e com as próprias fontes policiais da Secretaria de Polícia do Estado do Piauí do período as pobres se enquadravam nessas práticas, e por isso acabavam sendo apreendidos pela polícia. Os autos da Secretaria de Polícia do Estado dos anos de 1890, por exemplo, apresentam o mecanismo policial de guardas notificando o aprisionamento de “baderneiros” que perturbavam a ordem pública por distúrbios.¹⁸³

O mundo da *rua* se constituía para esses segmentos, local privilegiado para o desenvolvimento de suas práticas. Esse meio, entretanto, era constantemente vigiado pela polícia na sua missão de evitar que essas pessoas se manifestassem de maneira perigosa ou nociva aos novos hábitos que se forjavam. A constante vigília se dava pelo fato da casa e a rua formarem uma unidade, em que as pessoas penetravam as residências vizinhas, sem muita cerimônia ao adentrarem-na e sem perceberem nisso alguma inconveniência ou alguma transgressão das normas sociais de convivência.¹⁸⁴ Esses aspectos serão tema do próximo capítulo.

¹⁸²APEPI, Poder Executivo. Leis, decretos e resoluções dos anos 1915-1924, Leis de 1920, Caixa 08.

¹⁸³Alguns documentos avulsos da Secretaria de polícia do estado do Piauí apresentam algumas notificações de prisões e de soltura de pessoas com distúrbios e/ou embriaguez. APEPI, Poder Executivo. Documentos Avulsos da Secretaria de Polícia, 1891-1895. Esses documentos, até a finalização do trabalho (Agosto de 2014), estavam sendo reorganizados na sala do Poder Executivo do Arquivo Público do Piauí. Até esse momento eles eram localizados em caixas com assunto de Secretaria de Polícia.

¹⁸⁴ Ibid., p. **.

4 MULHERES POBRES E A CRIMINALIDADE

Conforme propomos no capítulo anterior, diante dos códigos de comportamentos civilizados propostos para os teresinenses do final do século XIX para o início do XX, a forma que muitas pobres utilizavam a cidade, as classificavam como anti modelos de condutas civilizadas. Nesse sentido, observar como alguns casos de crimes femininos foram articulados nos meios jurídicos, e também na imprensa, nos permite entender as normas que asseguravam que alguns comportamentos e modos de viver de algumas mulheres pobres, não condiziam com o padrão desejado. A partir dessas considerações, o seguinte capítulo terá como discussão central a participação de algumas mulheres em crimes e o precedente controle social que se articulava nos trâmites jurídicos – policiais, bem como no âmbito cultural, a partir de noticiários de jornais de Teresina.

4.1 “Mulheres de vidas alegres”: cenas do cotidiano das pobres nas veredas da justiça

A relação entre pobreza e criminalidade consistia num dos aspectos retratados constantemente nos jornais da época. Por meio deles, notícias de “pequenos” distúrbios a bárbaros homicídios alertavam para os perigos que as pobres “miseráveis” representavam. Clodoaldo Freitas, alertava que esses indivíduos necessitados de apoio “são geralmente os que depois se lançam desenfreados na carreira do crime e se tornam o flagelo da sociedade”.¹⁸⁵ A relação feita pelo intelectual constatava-se tanto pelas “alterações” à conduta civilizada proposta para os habitantes, quanto pela atuação em casos criminais desses mais carentes de recursos, que eram impossibilitados de resolverem o problema da sobrevivência, pois à época não havia empregos suficiente para todos.

A ocorrência de pequenos furtos ou roubos para satisfazer suas penúrias mais básicas, ou mesmo por motivos de brigas e alvoroços corriqueiros quando deixavam o trabalho e se dirigiam aos lazeres noturnos, como pagodes e outras “festanças”, levava-os constantemente a passagem na polícia. Para esses casos as fontes policiais da cidade são fundamentais, pois propiciam verdadeiros panoramas sociais dos principais tipos de “ofensores” que agiam nessas situações.

¹⁸⁵ FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

No Arquivo Público do Estado do Piauí podemos encontrar livros de registros policiais da época que ora apresentam arquivos policiais organizados pelo próprio órgão, como o Livro de Indicações dos Detidos¹⁸⁶ de 1900 a 1926, o de Registro de Inquiridos dos anos de 1919 a 1927¹⁸⁷, ora códices que reúnem alguns documentos avulsos sobre o cotidiano das delegacias e do aparelho policial.¹⁸⁸ Para 8.191 autuações que foram encontradas no livro de Indicações dos Detidos de Teresina entre os anos 1900 a 1926¹⁸⁹, por exemplo, quando por volta do ano de 1907 a seção “profissão” passou a ser preenchida, destacavam-se lavadeiras, cozinheiras, engomadeiras, etc.

Salvo algumas ocorrências de “artistas”, “negociantes” e alguns militares para os homens, esses ofícios consistiam em atividades de baixa remuneração e que, possivelmente, não respondiam as suas reais necessidades econômicas. Muitas dessas mulheres, faziam parte do grande contingente de analfabetos que habitava Teresina, posto que muitas não sabiam ler nem escrever. Na maioria dos casos, cometiam os chamados crimes de contravenção [ver Tabela 3 – Delitos cometidos por mulheres em Teresina (1900-1926)], que de acordo com Art. 8º do Código Penal do Brasil de 1890, consistia no “fato voluntário punível que consiste unicamente na violação, ou na falta de observância das disposições preventivas das leis e dos regulamentos”,¹⁹⁰ e recebiam as chamadas prisões correccionais.

Nos crimes mais leves apareciam distúrbios, embriaguez, gatunagens e pequenos furtos, sendo os dois primeiros os mais recorrentes nos relatórios de criminalidade da cidade. Sobre esse aspecto é possível perceber como hábitos comuns dos pobres logo os direcionava à cadeia pública. A rotina de se reunirem após o expediente do trabalho em quitandas e bares, ou ainda, em pagodes, forrós e outras festividades, provocavam desordens como o falatório “grosseiro” e “sujo”, expresso em altas vozes.¹⁹¹

Para o quadro de 8.191 casos de autuações, observa-se a ocorrência de 1.322 casos femininos, o que corresponde a aproximadamente 16,14% do total. Isto para o intervalo de 26 anos (1900- 1926) que corresponde o seu recorte temporal. Desses 16,14% as causas mais recorrentes são os de distúrbios e embriaguez. Conforme mostra o Quadro 1 nesses registros

¹⁸⁶ APEPI, Poder Executivo. Livro de Indicações dos Detidos da cidade de Teresina entre os anos de 1900-1926. SPE, Cod. 999, Est. 09, prat. 01.

¹⁸⁷ APEPI, Poder Executivo. Registro de Inquiridos 1919-1927. SPE, Cod. 997, Est.09, prat. 01.

¹⁸⁸ APEPI, Poder Executivo. Petições do chefe de polícia 1881-1890. SPE, Cod. 972, Est. 08, prat. 03.

¹⁸⁹ APEPI, Poder Executivo. Livro de Indicações dos Detidos da cidade de Teresina entre os anos de 1900-1926. SPE, Cod. 999, Est. 09, prat. 01. Obs.: No referido livro o número de autuações vai até 9092, mas como há um salto nos registros de 6.099 para 7000, será considerado apenas o número 8.191 casos.

¹⁹⁰ FEDERAL, Senado. Art. 48 do decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890. Promulga o código penal. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/55636995/Codigo-Penal-de-1890-Completo>> Acesso em: 13 jun. 2016.

aparecem 850 casos de distúrbios, 300 de embriaguez, 150 ferimentos, 14 homicídios e 8 ofensas policiais.

Tabela 3 – Delitos cometidos por mulheres em Teresina (1900-1926)

MOTIVAÇÃO DO DELITO	QUANTIDADE
Distúrbios	850
Embriaguez	300
Ferimentos	150
Homicídios	14
Ofensas Policiais	8

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, Poder Executivo. *Livro de Indicações dos Detidos da cidade de Teresina entre os anos de 1900-1926*. SPE, Cod. 999, Est. 09, prat. 01. Obs: No referido livro o número de autuações vai até 9092, mas como há um salto nos registros de 6.099 para 7000, será considerado apenas o número 8.191 casos.

As contravenções por distúrbio e por embriaguez lideravam os crimes femininos do período. Esses dados podiam estar relacionados a conduta de algumas mulheres em Teresina tanto quanto a maneira da polícia agir quando deparavam-se com comportamentos femininos de desordens na cidade. Os dois tipos de crimes possivelmente foram os que se destacaram com maiores índices de detenções, por serem enquadradas dentro desses conjuntos as mais variadas atitudes irregulares que as mulheres pobres praticavam.

Quanto a esse aspecto, infelizmente, não é possível deduzir com muito rigor quais eram as ações das populares que correspondiam a eles, pois no livro citado não há registro direto em forma de exemplos. Contudo, a partir da leitura de documentos avulsos¹⁹² da

¹⁹² Novamente esses documentos avulsos da Secretaria de polícia do estado do Piauí que contém algumas notificações de prisões e de soltura de pessoas com distúrbios e/ou embriaguez são citados. No primeiro momento foi mencionado para mostrar formas de se processar o aparelho policial da capital; a partir de anotações de rondas noturnas. Agora, eles aparecem para exemplificar um pouco de como são esses acervos. No dia 10 de janeiro de 1891 o delegado de polícia de Teresina no período dizia que “ontem foi preso sob minha ordem, Agostinha Maria da Conceição por distúrbios.” Também em 1891, agora no dia 27 de fevereiro o mesmo delegado colocava que: “Cidadão, tenho a honra de levar a vosso conhecimento que ontem [...] se deu a soltura

secretaria de polícia do Piauí referentes às delegacias públicas de Teresina, em que os delegados, subdelegados ou terceiros delegados das guardas noturnas, relatavam aos chefes de polícia, essa categoria deve estar associada ao regulamento de práticas irregulares contidas no Art. 208º § 12 do Regulamento da Secretaria de polícia do Estado do Piauí do ano de 1920.

Nesse inciso aparecem circunstâncias como: pessoas que forem encontradas em lugares públicos na prática de jogos proibidos; aquelas que ao perturbarem o sossego público com alterações, rixas, vozerias ou gritos, não atenderam a admoestações que lhe forem feitas; os vadios turbulentos, ébrios e prostitutas que ofenderem o decoro ou perturbarem o sossego público.¹⁹³ Além do destaque para os delitos, merecem atenção as profissões que exerciam dentro da sociedade por indicarem os segmentos sociais das “criminosas”. Como já foi colocado, muitas tinham ofícios de lavadeiras, cozinheiras, domésticas e engomadeiras, que estavam mais ligados aos trabalhos domésticos e que se referiam a atividades menos remuneradas. Portanto, de acordo com o referido livro, boa parte das criminosas ocupava o espaço público da cidade.

Os autos da Secretaria de Polícia do Estado dos anos de 1890, por exemplo, apresentavam o mecanismo policial de guardas notificando o aprisionamento de “baderneiros” que perturbavam a ordem pública por distúrbios.¹⁹⁴ E através da leitura do Livro de Indicações dos Detidos de 1900 a 1926¹⁹⁵ e o dos Registros de Inquéritos de 1919 a 1927¹⁹⁶ é possível entender um pouco dos tipos de crimes mais comuns e, como já foi exposto, as funções sociais que os criminosos possuíam. Além disso, esses arquivos proporcionam algumas considerações acerca do caminho do aparelho policial na cidade de Teresina.

Se ressaltados ambos os referidos livros, observa-se que no primeiro caso, onde são registradas pessoas que por algum motivo fugiam da ordem estabelecida sem que necessitassem responder a processo, entre os anos de 1900 a 1926, ocorrem 8.191 autuações por contravenções, enquanto são abertos apenas 88 inquéritos policiais no período de 1919 a

de Vicência Maria da Conceição, que estava detida a ordem do delegado a polícia por embriaguez.” em outra situação APEPI, Poder Executivo. Documentos Avulsos da Secretaria de Polícia, 1891-1895.

¹⁹³ APEPI, Poder Executivo, Assunto: Leis, decretos e resoluções dos anos 1915-1924, Caixa 08.

¹⁹⁴ Alguns documentos avulsos da Secretaria de polícia do estado do Piauí apresentam algumas notificações de prisões e de soltura de pessoas com distúrbios e/ou embriaguez. APEPI, Poder Executivo. Documentos Avulsos da Secretaria de Polícia, 1891-1895. Esses documentos, até a finalização desse trabalho (julho de 2016), estavam sendo reorganizados na sala do Poder Executivo do Arquivo Público do Piauí. Até esse momento eles eram localizados em caixas com assunto de Secretaria de Polícia.

¹⁹⁵ APEPI, Poder Executivo. *Livro de Indicações dos Detidos da cidade de Teresina entre os anos de 1900-1926*. SPE, Cod. 999, Est. 09, prat. 01.

¹⁹⁶ APEPI, Poder Executivo. *Registro de Inquéritos 1919-1927*. SPE, Cod. 997, Est.09, prat. 01, p. 01-

1927¹⁹⁷. É importante ressaltar que o recorte temporal que tem o Livro de Registro de Inquéritos não abrange os dados contidos no de Indicações dos Detidos. Entretanto, com o primeiro é possível a leitura dos anos que compreendem o segundo e mesmo assim também há uma desproporcionalidade do número de prisões para a quantidade de processos que delas são gerados, pois nos anos de 1919 até 1926 são registrados 3.984¹⁹⁸ casos de prisões.

A distância dos números apresentados é tão significativa que permite pensar o intenso manejo policial que ocorria para com os populares. De certo, apenas com a leitura dessas fontes policiais não há como dimensionar e classificar seguramente as ocorrências criminais de Teresina. Porém, os dados que esses livros possuem sobre crimes da cidade possibilitam mesmo a formação de verdadeiros quadros sociais, pois apresentam registros policiais que permitem a observação de dados pessoais dos acusados como: o nome, as atividades profissionais, o estado civil, o grau de instrução e os motivos que os levaram as delegacias da capital.

Dessa forma, esses arquivos policiais auxiliam na pesquisa principalmente porque “as suas estatísticas refletem bem ou mal uma prática repressiva que tem relação complexa com a criminalidade real.”¹⁹⁹ Com essas informações é plausível concluir que a partir das diretrizes sociais que a polícia possuía²⁰⁰ entre os anos de 1890 a 1920 em Teresina, muitas prisões de mulheres, ou mesmo reclusões temporárias dessas pessoas, foram realizadas com o real intuito de controlar sujeitos que não se enquadravam nas normas de civilidade emergentes. Estas reflexões convergem para o que Boris Fausto coloca em *Crime e Cotidiano*²⁰¹ sobre a relação da quantidade de registros policiais de inquéritos e o de processos abertos em um mesmo recorte de tempo:

A enorme defasagem entre o número de pessoas presas e processadas, em alguns anos onde a comparação é possível, revela claramente a significação das prisões como instrumento de controle social, mesmo tendo-se presente que muitas detenções decorrem efetivamente de delitos que deixam de ser objeto de inquérito pela pouca importância, ineficiência ou corrupção do aparelho social, acordos, etc.²⁰²

¹⁹⁷ APEPI, Poder Executivo. *Registro de Inquéritos 1919-1927*. SPE, Cod. 997, Est.09, prat. 01, p. 01- .

¹⁹⁸ APEPI, Poder Executivo. *Livro de Indicações dos Detidos da cidade de Teresina entre os anos de 1900-1926*. SPE, Cod. 999, Est. 09, prat. 01. p. 99-147.

¹⁹⁹ FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano*. A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 20.

²⁰⁰ APEPI, Poder Executivo. *Leis, decretos e resoluções dos anos 1915-1924*. Caixa 08. Na referida caixa encontra-se algumas leis da Secretaria de polícia do Estado que regulamentavam a Força pública do mesmo. O maior exemplo é o regulamento do ano de 1920 que apresenta as funções que cada integrante detinha dentro do órgão e da sociedade.

²⁰¹ FAUSTO, 1984, p. 31.

²⁰² FAUSTO, 1984, p. 31.

Como se observa, a diferença entre o número de pessoas autuadas pela polícia e os que resultavam em aberturas de processos sinalizava principalmente o controle a práticas desordeiras de pobres que aconteciam na cidade, pois pelos perfis sociais dos autuados, os indivíduos mais apreendidos estavam associados à parcela necessitada economicamente da população teresinense. O referido historiador, ao retratar a criminalidade na cidade de São Paulo entre os anos de 1880 e 1924, período em que há a intensa imigração italiana, apresenta ainda alguns conceitos importantes para o estudo desse aspecto em Teresina. Estes se referem ao *crime* e a *criminalidade*.

Segundo o autor, “as duas expressões tem sentido específico, onde criminalidade se refere ao fenômeno social na sua dimensão mais ampla, permitindo o estabelecimento de padrões através da constatação de regularidades e cortes e crime diz respeito ao fenômeno na sua singularidade [...]”.²⁰³ Entende-se assim, que a *criminalidade* é o aspecto social do *crime* dentro de uma sociedade. É a reunião da relação individual, o fato criminal em si, e da relação social, composta por padrões de comportamento, de representações e valores sociais. Desse modo, a dimensão *criminalidade* possibilita a apreensão de características sociais que transcendem o desvio da norma penal. Para Teresina, nos anos de 1890 a 1920, o fato de grande parte dos arquivos policiais apresentarem características de pessoas pobres indica que a *criminalidade* da cidade relacionava-se diretamente as suas condutas.

Diante de arquivos policiais e casos de crime que apareceram em jornais de Teresina, a *criminalidade* expressava-se a partir do choque existente entre forma de viver e conviver em sociedade de alguns pobres e o ideal de comportamento moral tecido para os habitantes da época. Essas fontes indicam assim, que “certas condutas passíveis abstratamente de sanção só se tornavam puníveis quando se referiam aos pobres”²⁰⁴ Assim, ao passo que modos civilizados eram exaltados aqueles que não os colocava em exercício eram criticados e, em alguns casos, banidos da convivência social com os demais. Através de jornais locais e de documentos da secretaria de polícia entendemos que as mulheres de perfis desviantes da ordem moral, eram apreendidas pelo controle policial como forma de conter suas práticas irregulares e afastar os “filhos de família” do seu convívio.

Nesse contexto, as formas escolhidas pelas mulheres pobres ocupavam papel relevante, pois a condição de vida que lhes envolvia distanciavam-nas das características tidas como universalmente femininas segundo padrões sociais da população rica e de classe média da capital. As populares pareciam não ter a “mesma aceitação” dos códigos femininos de boa

²⁰³FAUSTO, 1984, p. 09.

²⁰⁴FAUSTO, 1984, p. 18.

conduta, e a continuidade de práticas irregulares indicava resistência às normas de civilidade e moralidade em voga; o que aumentava o controle policial sobre suas vivências. Essas medidas estavam dentro da necessidade das classes dominantes de ajustar os subalternos à nova ordem burguesa. Em Teresina, por exemplo, as formas de regulamentação, ou mesmo de coerção de atividades e atitudes de mulheres pobres no meio público, apareciam em jornais que autenticavam a moralização dos costumes citadinos.

Em 1918, o *Jornal de Notícias* chamava a atenção da polícia para a conduta “barulhenta” de mulheres da Rua Barroso, que não permitiam a vizinhança dormir. Alertava ainda que esse fosse o caso da polícia recomendar que deixassem de ser “menos alegres” e respeitassem mais o sossego público.²⁰⁵ Como retratava o periódico, a forma que algumas subalternas ocupavam o ambiente público expressavam costumes que deveriam ser “banidos” do espaço urbano de Teresina.

Nesse grupo encontravam-se mulheres doceiras, costureiras e artesãs que trabalhavam em suas casas, ou mesmo as lavadeiras de roupa, e que conseguiam conciliar o trabalho doméstico com as conversas com as vizinhas e o cantarolar.²⁰⁶ Dessa forma, práticas cotidianas de “abusos” estavam relacionadas também as profissões que muitas exerciam, pois como sugere Raquel Soihet “tais atividades refletiam suas maneiras de pensar e viver, contribuindo para que procedessem de forma menos inibida do que aquelas de outras classes sociais, o que se configura com um linguajar “mais solto” maior liberdade de locomoção e iniciativa nas decisões, etc.”.²⁰⁷

Nesse sentido, havia a dificuldade dessas mulheres de seguir os princípios de civilidade e moralidade exigidos pela sociedade burguesa da capital mesmo quando ocupavam o ambiente público através do trabalho. Posturas como aquela relatada no *Jornal de Notícias* apresentavam comportamentos não adaptados ao esperado socialmente e violavam “os estereótipos relativos ao seu sexo”.²⁰⁸ A imprensa exprimia, na verdade, o desejo das elites de resolverem o problema de hábitos desviantes desses segmentos. Havia mesmo a “construção” da “incivilidade” de populares e a necessidade de reversão desses casos. No ano de 1902, por exemplo, o jornal *A Palavra* trazia o dia a dia da feira da capital. Segundo ele:

Existe atualmente em nosso mercado um grupo de mulheres imundas e desocupadas que passam dia e noite a cometer toda a sorte de abusos e a

²⁰⁵COM A POLÍCIA. *Jornal de Notícias*, Teresina, ano 1, n. 20, 17 de março de 1918, p. 1.

²⁰⁶ARAÚJO, 2010, p. 63.

²⁰⁷SOIHET, 1989, p. 24.

²⁰⁸SOIHET, 1989, p.158

pronunciarem em altas vozes todas as palavras imorais que lhes vem a boca.

Outra:

Do lado direito do mesmo mercado, junto ao muro, é a latrina de todas as pessoas que ali negociam. [...] Os fiscais do “Conselho Municipal”, ainda não viram tal escândalo, mas um pobre que vem vender, algum molho de feijão, todos correm a ele, e se o “besta não for sabido” paga duas ou três vezes. Se continuar a imoralidade, só voltando o bacamarte, para sermos respeitados, uma vez que as autoridades competentes não ligam importância. A bem da moralidade pública pedimos providência ao dr. Chefe de polícia.²⁰⁹

O conturbado cenário da feira devia-se, em grande escala, aos desvios femininos. Os seus procedimentos “imorais” por “cometerem toda a sorte de abusos” chamavam a atenção e requeriam medidas de modificações e intervenções da polícia, pois atrás da feira moravam muitas famílias que não estavam dispostas a apreciar esses delitos.²¹⁰ As pessoas de “boas” famílias não deveriam participar de circunstâncias “desagradáveis” como essas, pois além de não corroborar com o comportamento feminino ideal, também insultavam as mulheres (e os demais membros) que seguiam a linha da moralidade.

Portanto, para a elite, a população pobre das cidades associava-se ao desenvolvimento de doenças, criminalidade, mendicância, e, principalmente, da corrupção do ser. Existia assim uma desconfiança geral com relação aos pobres que eram observados, classificados e percebidos como perigosos portadores de vício do corpo e da alma, que podiam contaminar toda a sociedade.²¹¹ Nesse contexto, a constante participação feminina nas alterações públicas de maus comportamentos tornava a situação ainda mais arriscada. Isto porque o esboço feminino predominante do período difundia características de ociosidade, dependência, frivolidade, passividade, etc.²¹²

Quando havia a emergência de outros perfis de mulher os mecanismos de inibição e correção de desordens logo eram acionados. Assim ocorreu com o excesso de ciúme, “célebre monstro dos olhos verdes”, que Ana Maria do Espírito Santo teve ao ser provocada por Leocádia Maria das Virgens. Segundo consta no jornal *A Gazeta* de 1906 a primeira, mulher de José Antônio do Nascimento, por ter sido instigada pela segunda “serviu-se da única arma de que pôde dispor no momento, a água quente que tinha em uma chaleira no fogo, e atirou sobre o rosto da “rival”²¹³, sendo em seguida recolhida a detenção.

²⁰⁹ NA FEIRA. *A Palavra*, Teresina, ano 1, n. 4, 15 de junho de 1902, p. 2.

²¹⁰ NA FEIRA. *A Palavra*, Teresina, ano 1, n. 4, 15 de junho de 1902, p. 2.

²¹¹ ROCHA, Raquel Caminha. “*APARTA QUE É BRIGA*”: discurso, violência e gênero em Fortaleza (1919-1948). Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011. p. 27.

²¹² SOIHET, 1989, p. 166.

²¹³ CIUMADAS com água quente. *A Gazeta*, Teresina, ano 2, n. 59, junho de 1906, p. 131

Para esses acontecimentos havia as chamadas prisões correcionais, que consistiam na punição daqueles que transgrediam a moral pública. Às detenções motivadas por crimes de “distúrbios” uniam-se as provocadas pelo excesso do álcool, outro elemento presente no cotidiano de alguma dessas mulheres. O ocorrido no dia 10 de setembro, de 1911 entre o casal Felismina Pereira do Nascimento e Alexandre José da Silva deixava transparecer um pouco do vício a que esses segmentos estavam entregues:

Casados a 27 anos, pouco mais ou menos, viviam Alexandre José da Silva e Felismina Pereira do Nascimento em constante desavenças, sendo frequentes as lutas do casal, lutas em que as vezes entrava a faca, o facão, o cacete e até a taca. Ambos eram trabalhadores, sendo que ela estava há muito empregada na fábrica de fiação desta capital, na tecelagem, onde gozava a fama de boa teceloa, **davam-se, porém, os dois ao vício da embriaguez**. No aludido dia 10, houve uma forte briga de Alexandre com Felismina e depois esta, armada com um machado deu naquele dois grandes golpes na cabeça, produzindo um deles uma fatura exposta da abóbada craniana, que foi a causa-mortis da vítima, a 11 a tarde. (Grifos meus).²¹⁴

Pela forma que o jornal *Piauí* expõe o episódio, nota-se a finalidade de destacar que os dois “davam-se ao vício da embriaguez” para, possivelmente, explicar a motivação do homicídio de Alexandre. Embora fossem trabalhadores, por possuírem vício no álcool e viverem em constantes lutas onde às vezes utilizavam até instrumentos como armas, o desentendimento do dia 10 de setembro teve o final “trágico” que teve. Observa-se que não há menções a características da personalidade de Felismina, a ré do referido caso, nem da vítima, seu marido Alexandre José da Silva. Mas o fato dos dois serem trabalhadores, e de especificamente Felismina na fiação onde trabalhava ter “fama de boa teceloa” indica que, ao menos no seu trabalho, detinha “boas referências”, o que a afastava, talvez, de um perfil desordeiro quando estava no âmbito da profissão e, provavelmente, longe do vício.

Dessa maneira, a constante embriaguez dos dois intensificava, ou mesmo influenciava a vida cotidiana que levavam enquanto casal, onde viviam em freqüentes “lutas”. O vício pode ter sido então o principal causador da morte de Alexandre José da Silva, pois mais adiante na mesma notícia o jornal informava que Felismina dissera ter sido maltratada pelo marido, “do que se encontraram vestígios”.²¹⁵ Pelo fato do jornal não relatar uma possível causa e destacar, por outro lado, algumas características do casal, pode-se inferir que o crime resultou da convivência complexa que possuíam entre si, que era intensificada pelo alcoolismo que sustentavam.

²¹⁴ CRIME bárbaro. *Piauí*, Teresina, ano 21, n. 1139, 15 de setembro de 1911, p. 189.

²¹⁵ CRIME bárbaro. *Piauí*, Teresina, ano 21, n. 1139, 15 de setembro de 1911, p. 190.

Ainda sobre a situação social de mulheres subalternas criminosas no contexto teresinense do início do séc. XX os estudos apresentados por Mara Lúgia Fernandes da Costa em *Devires e desvios*²¹⁶ são muito pertinentes. De acordo com a referida historiadora, nessa época, embora cortadas por prescrições moralizadoras, como os discursos médico, os da imprensa e da polícia, muitas mulheres pobres criavam outras possibilidades de utilização da cidade. Nesse contexto, as populares que empregavam outras formas de consumir essas diretrizes logo se configuraram como anormais e suas práticas como desvios de condutas que serviam como o contra modelo do ideal buscado. Assim, quando Mara Lúgia Costa apresenta o cotidiano de mulheres pobres no mundo criminal em meio às normas moralistas impostas por grupos de elite, também corrobora com a já mencionada Rachel Soihet quando esta diz que:

Além de vivenciarem esses tipos de problemas as camadas populares eram objeto de incessante vigilância policial não só nas suas casas como nos locais que frequentavam – ruas, praças, quiosques, botequins, etc. Nenhum respeito era devido a inviolabilidade de suas moradias, estalagens, casas de cômodos, etc., a qualquer momento invadidas por “representantes da lei”.²¹⁷

Talvez por isso o significativo número de registro de mulheres em desvios de contravenção nos relatórios policiais da capital. Como se observa por meio de alguns jornais, não há como negar a participação feminina em tumultos e desavenças públicas e quando estes são confrontados com fontes policiais do mesmo período denota-se que os crimes de contravenção de mulheres pobres faziam parte do cotidiano das delegacias de policias, pois nos seus registros é possível encontrar quantidades ainda maiores de mulheres autuadas no meio criminal.

Entretanto, o número de mulheres em arquivos policiais, indica que fossem em “balbúrdias” cotidianas ou em crimes mais graves, como os de ferimentos e de homicídios, as que não possuíssem a fragilidade, o recato, e aptidão maternal nos seus costumes deveriam ser detidas, pois acarretavam verdadeiros perigos para a sociedade. Além disso, é possível ressaltar como se encontravam os mecanismos de controle policial sobre a população desordeira da cidade.

A reincidência em crimes de contravenção observados também no Livro de Indicação dos Detidos de 1900 - 1926 de Teresina possivelmente não esteja ligada apenas a tendência de

²¹⁶COSTA, Mara Lúgia Fernandes da. *Devires e desvios: discursos, práticas ilícitas, e relações de amor das mulheres populares em Teresina. (1900- 1920)* Teresina, 2007. Monografia. Universidade Federal do Piauí, 2007.

²¹⁷SOIHET, 1989, p. 16.

mulheres pobres a persistirem com as mesmas práticas criminais, mas a ações da polícia em controlar suas condutas diante do ideal de comportamento feminino do período. O controle policial que as circunscreviam se associava mais as normas da “nova mulher”, a mulher da família burguesa, do que propriamente as suas práticas criminais.

Dessa maneira, as mulheres pobres criminosas, que muitas vezes ocupavam o ambiente da rua para trabalharem e para desfrutarem de momentos de lazer, eram envolvidas por parâmetros sociais que não faziam parte das características cotidianas que vivenciavam. Para essas mulheres que se tornavam criminosas, possivelmente, os aspectos de civilidade e moralidade eram outros.

Como coloca Martha de Abreu Esteves acerca dos crimes de defloração e estupro que pesquisou, determinadas maneiras de agir de mulheres pobres na cidade mostravam como “entendiam o mundo e como expressavam sua compreensão em seus comportamento.”²¹⁸ Para o contexto de Teresina, é possível afirmar que as mulheres pobres que se envolviam em casos de crimes de contravenção ou mesmo de homicídios, possuíam modos de agir e de conviverem na e em sociedade diferente das mulheres de elite e de classe média.

Assim, quando cometiam algum crime respondiam tanto pelo desvio da lei em si quanto pelos precedentes de conduta irregular que mantinham. Sobre essa perspectiva, as fontes jurídicas são exemplares, pois auxiliam na observação de como o aparelho judicial atuava nesses casos e como iam, gradualmente, construindo a mulher ré.

4.2 Pobreza e criminalidade: dois mundos e uma só personagem

No dia vinte e um de janeiro de 1895, na povoação de Natal (atual município Monsenhor Gil)²¹⁹, na cidade de Teresina, Maria Thomasia da Conceição, que não sabia a sua idade, mas aparentava ter 30 anos, mulher solteira e que vivia de lavar roupa, feriu com um punhal a Raimundo de Souza, um homem que apresentava ter de 50 a 60 anos, cor parda e que era conhecido pelo apelido de Roupão. Em consequência deste ferimento Raimundo faleceu após alguns dias.²²⁰

²¹⁸ESTEVES, 1989, p. 120.

²¹⁹ O povoado de Natal foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Monsenhor Gil em 1963, pela lei estadual nº 2533, do dia 06 de dezembro de 1963, desmembrando- a de Teresina.

²²⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, Poder Judiciário. Processo penal. Autuamento. Ao primeiro dia de fevereiro do ano de mil oitocentos e noventa e cinco, nesta cidade de Teresina, comarca do mesmo nome e no meu cartório, autuo a denuncia e mais peças que adiante se seguem, do que para constar faço este

O incidente ocorreu, segundo quatro, das cinco testemunhas do processo, pelo fato de Raimundo ter descoberto que a viola que havia emprestado a Maria Thomasia estava quebrada por ter sido repassada, pela acusada, ao cunhado do mesmo. Raimundo duvidando que Maria Thomasia cumprisse a promessa de pagar o valor da viola ou de comprar outra para ele, começou a atacá-la com palavras injuriosas na casa de Antônio Jansem da Silva, onde ela se encontrava.

Diante dessa atitude, Maria Thomasia revidou os seus insultos dizendo-lhe que, se fosse capaz, dissesse aqueles nomes na sua casa. A alteração entre os dois continuou no caminho para a casa da ré, pois após a proposta de Maria Thomásia, Raimundo a acompanhou e seguiram se desentendendo pela rua. Segundo as testemunhas, chegando a porta de sua residência, Maria Thomasia prosseguiu atingindo Raymundo com palavras grosseiras até que este lhe deu duas pancadas com um cacete. Nessa situação, os dois se envolveram em uma briga corporal e foram ao chão. Nesse momento, Maria Thomasia, que portava uma pequena faca, feriu Raymundo um pouco abaixo do peito, o que provocou sua morte poucos dias (4 a 5 dias) depois.

Como se observa, as relações que alguns habitantes pobres mantinham em Teresina eram marcadas por conflitos que acabavam chegando aos meios jurídicos. Longe da busca pela verdade dos autos e de como provavelmente o crime se deu, o ocorrido entre Maria Thomasia e Raimundo de Souza nos interessa pela forma que os valores morais defendidos por intelectuais e políticos do período, emergem na construção que as cinco testemunhas inquiridas fazem da ré. Além disso, a apelação do promotor público da comarca do caso, diante do resultado do primeiro julgamento, Antônio Celestino Franco de Sá Filho, e a determinação final do juiz, José Gomes de Sá Barreto, informam o modo como esses impasses poderiam ser resolvidos pelos meios jurídicos da capital piauiense.

A proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil, cujas Províncias passaram a ficar reunidas pelo laço da federação, transformada em Estados federados, nos termos do Decreto n. 1, de 15 de novembro de 1889, encerrou o Estado monárquico unitário, possibilitando, assim, a organização dualista do Poder Judiciário, ou seja, no âmbito federal e estadual. A nova organização judiciária do regime político erguido no Brasil estava inserida na política de disciplinarização das camadas pobres, que se desenvolvia desde o final do Império, e tinha como objetivo intensificar as vigilâncias e contenções sobre aspectos culturais de ex

escravos, imigrantes, parcela mais pobre da população que serviria de mão de obra assalariada no sistema capitalista.

Teresina, ao tempo em que se alinhava as novas coordenadas nacionais para a polícia e a justiça, passava pelo processo de modernização dos espaços e civilização dos costumes, especialmente das mulheres, sob as quais recaíam maiores cuidados devido a própria abertura social a novas práticas que a República lhes oferecia. Nesse contexto, as mulheres das camadas pobres eram duplamente visadas, tanto por representarem a pobreza na cidade que se queria moderna e limpa, quanto pelas práticas cotidianas que, geralmente, não correspondiam aos valores civilizados e eram levadas a cabo e entendidas como ocorrências criminosas. Para a manutenção da ordem, ou mesmo reversão desses costumes na cidade, políticos, policiais e juristas, buscavam articular linhas de controle social que inibissem ou diminuíssem práticas desviantes.

Ao lado de rondas dos policiais nas ruas da cidade, o sistema judicial assumia o controle de julgar os crimes oriundos de conflitos que chegavam aos seus autos. Nesse período, o poder judiciário no Piauí era constituído por um Tribunal de Justiça instalado na capital no dia 01 de outubro de 1891, que tinha sido criado pelo decreto n. 01 do dia 10 de junho do mesmo ano, e por juízes de direito, juízes distritais e jurados.

A justiça estava dividida pelo estado em comarcas e termos, e, assim como em boa parte do país nesse período²²¹, vigoravam princípios de leis remanescentes do império, como o código de processo criminal de 1832, ao lado de projetos republicanos, no qual o código penal brasileiro de 1890 estava inserido. Tal realidade permaneceu até pelo menos o ano de 1919, quando foi criado, durante o governo de Eurípedes Clementino de Aguiar, o primeiro código de processo penal do Piauí, que passou a legislar sobre os processos jurídicos envolvendo casos de crimes²²².

Inserida nessa organização jurídica, encontramos a comarca de Teresina em 1895 e o conjunto de valores sociais que fazia parte dos seus membros, a partir do processo impetrado contra Maria Thomásia da Conceição. Voltando a analisar o caso do assassinato de Raimundo (Roupão) cometido por Maria Thomásia, aos autos do processo nos informam que as cinco testemunhas convocadas para o processo foram: Frutuoso José do Lago, homem de 40 anos, casado e negociante, Antônio Janssem da Silva, 48 anos, casado e negociante, Pedro Alves de Souza, 45 anos, casado e agenciador, Luiz de Pontes Campello, de 23 anos, casado, também

²²¹ NEQUETE, Lenine. *O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência*. Porto Alegre, Livraria Sulina ed. 1973; ARAÚJO, Justino Magno. *O Poder Judiciário Brasileiro a partir da Independência*. 1972, p. 271-281. Disponível em: <<http://www.revistajustitia.com.br/revistas/zcy9x1.pdf>>. Acesso em 24 maio 2017.

²²² Código do Processo Penal de 1920.

negociante e Antônio José do Lago, com 17 anos, solteiro e lavrador; residindo todos na povoação de Natal.²²³ Com exceção de Frutuoso José do Lago, que soube do fato por Pedro Alves de Souza e por isso não sabia também o motivo da alteração, e Luiz de Pontes Campello, que encontrou a vítima ferida quando deixava a casa do capitão João José Batista, onde se encontrava, até a sua residência, todos os demais afirmaram ter visto a movimentação dada entre Maria Thomazia e Raymundo.

Entretanto, quando foram questionados se conheciam a acusada todos a sua maneira a apresentaram como faladora, “que não respeita a ninguém quando quer ofender”²²⁴ e provocadora de barulho, enquanto respondiam ser Raymundo de Souza um homem pacífico, ordeiro, trabalhador, “sendo por tal conhecido por todas as pessoas da povoação de Natal”²²⁵. Ambos relataram que no momento que Maria Thomazia passou a ser ofendida por Raymundo, revidou ao ponto de chamá-lo a sua casa; chegando mesmo a ferir o “velho”. Assim, nos seus testemunhos, os cinco homens apresentaram com bastante ênfase o lado agressivo, turbulento e “mal criado”²²⁶ de Maria Thomazia em contraposição ao homem pacífico e trabalhador que Raymundo era, como determinante para o desfecho da briga ter ocorrido daquela forma.

Através da leitura do processo observa-se que essa descrição pareceu mesmo ter induzido os caminhos da apelação e da condenação dos respectivos promotor e juiz do caso. A ação aberta no dia 01 de fevereiro de 1895, alguns dias depois do episódio, passou por dois

²²³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, Poder Judiciário. Processo penal. Autuamento. Ao primeiro dia de fevereiro do ano de mil oitocentos e noventa e cinco, nesta cidade de Teresina, comarca do mesmo nome e no meu cartório, autuo a denuncia e mais peças que adiante se seguem, do que para constar faço este autuamento. Eu Manoel Clementino da Silva Costa, escrivão da comarca de Teresina. Autuei. Processo Maria Thomazia da Conceição. Casa Anísio Brito. Caixa: Autos Crimes. N. 0066. Obs.: No início do processo foram chamadas a testemunhar, além de Pedro Alves de Sousa que ajudou a levar a ré Maria Thomazia da Conceição até a delegacia junto com José Machado de Oliveira, Luiz de Pontes Campello, Frutuoso José do Lago e Benedito Pessoa Cabral. Por Benedito Pessoa Cabral não ter comparecido na delegacia para testemunhar sobre o crime, por ter se mudado para a região de Regeneração ou Belém, José Machado de Oliveira foi chamado para substituí-lo no processo. Porém, este também não pode se pronunciar porque havia se mudado para o termo de Codó, no Maranhão. Faltando ainda uma testemunha para o processo foi chamado então Antônio José do Lago. Essas informações encontram-se nas páginas 4 e 19 do processo.

²²⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, Poder Judiciário. Processo penal. Autuamento. Ao primeiro dia de fevereiro do ano de mil oitocentos e noventa e cinco, nesta cidade de Teresina, comarca do mesmo nome e no meu cartório, autuo a denuncia e mais peças que adiante se seguem, do que para constar faço este autuamento. Eu Manoel Clementino da Silva Costa, escrivão da comarca de Teresina. Autuei. Processo Maria Thomazia da Conceição. Casa Anísio Brito. Caixa: Autos Crimes. N. 0066, p. 12.

²²⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, Poder Judiciário. Processo penal. Autuamento. Ao primeiro dia de fevereiro do ano de mil oitocentos e noventa e cinco, nesta cidade de Teresina, comarca do mesmo nome e no meu cartório, autuo a denuncia e mais peças que adiante se seguem, do que para constar faço este autuamento. Eu Manoel Clementino da Silva Costa, escrivão da comarca de Teresina. Autuei. Processo Maria Thomazia da Conceição. Casa Anísio Brito. Caixa: Autos Crimes. N. 0066, p. 18.

²²⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, Poder Judiciário. Processo penal. Autuamento. Ao primeiro dia de fevereiro do ano de mil oitocentos e noventa e cinco, nesta cidade de Teresina, comarca do mesmo nome e no meu cartório, autuo a denuncia e mais peças que adiante se seguem, do que para constar faço este autuamento. Eu Manoel Clementino da Silva Costa, escrivão da comarca de Teresina. Autuei. Processo Maria Thomazia da Conceição. Casa Anísio Brito. Caixa: Autos Crimes. N. 0066, p. 23.

juulgamentos. O primeiro libelo formado no dia 16 de junho de 1895 contra a ré Maria Thomasia da Conceição colocava que:

Porque a ré, no lugar em que mora, é geralmente conhecida como uma mulher rixosa, turbulenta e provocadora de conflitos [...] pede-se a condenação no grau máximo das penas do Art. 294 §2º do Código Penal de 1890 por ter se dado as circunstâncias agravantes acionados nos §4º e §5º do Art. 39 do mesmo Código.²²⁷

Assim, a partir dos precedentes de Maria Thomasia expostos pelas testemunhas, o promotor Antônio Celestino Franco de Sá colocava que o seu caso deveria estar inscrito no grau máximo do Art. 294 §2º do Código Penal do Brasil de 1890, que estabelecia que em homicídios que não tivessem circunstâncias agravantes²²⁸ o indivíduo teria pena de prisão celular por seis meses a vinte e quatro anos.

Mas para a ocorrência da referida acusada havia agravantes que estavam sujeitos ao §4º e §5º do Art. 39, que sinalizavam respectivamente: “ter o delinquente sido impellido por motivo reprovado ou frívolo e, ter o delinquente superioridade em sexo, força ou armas, de modo que o ofendido não pudesse defender-se com probabilidade de repelir a ofensa”.²²⁹ Observa-se então que nesse primeiro libelo a pena colocada a ré estava diretamente ligada aos seus costumes comuns de desordem e má conduta na convivência em sociedade.

Entretanto, após as demais sessões do primeiro julgamento (interrogatório da ré, reunião e a posterior decisão das doze pessoas sorteadas a participar do tribunal do júri), no dia 01 de julho de 1895, o juiz José Gomes de Sá Benedito decretou que o crime de Maria Thomasia estava relacionado ao Art. 297 do Código Penal Brasileiro de 1890 e não ao Art. 294 como propunha o promotor público. A conclusão do juiz por crime involuntário, aquele onde o acusado (a) não teve intenção de matar, baseou-se nas decisões que o tribunal do júri optou para o acontecimento. Para o júri as questões dos juristas sobre a causa involuntária direta ou indireta de Maria Thomasia na morte de Raymundo, se esta havia cometido o fato

²²⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, Poder Judiciário. Processo penal. Autuamento. Ao primeiro dia de fevereiro do ano de mil oitocentos e nventa e cinco, nesta cidade de Teresina, comarca do mesmo nome e no meu cartório, autuo a denuncia e mais peças que adiante se seguem, do que para constar faço este autuamento. Eu Manoel Clementino da Silva Costa, escrivão da comarca de Teresina. Autuei. Processo Maria Thomazia da Conceição. Casa Anísio Brito. Caixa: Autos Crimes. N. 0066, p. 30.

²²⁸ FEDERAL, Senado. Art. 48 do decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890. Promulga o código penal. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/55636995/Codigo-Penal-de-1890-Completo>> Acesso em: 20 jun. 2014. No § 1º de Art. 294 aparecerem as circunstâncias agravantes de um crime; são elas §§ 2º, 3º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 16º, 17º, 18º e 19º do art. 39 e § 2º do art. 41.

²²⁹ FEDERAL, Senado. Art. 48 do decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890. Promulga o código penal. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/55636995/Codigo-Penal-de-1890-Completo>> Acesso em 20 de junho de 2016. Art. 39.

por motivo frívolo e se possuía superioridade com armas de modo que ofendido não pudesse defender-se²³⁰, sucedeu-se da seguinte forma:

Por unanimidade de votos, a ré por imprudência foi causa involuntária direta deste homicídio [...] por sete votos a ré não cometeu o fato criminoso impelida por motivo frívolo [...] por sete votos a ré não cometeu o fato criminoso com superioridade em armas de modo que o ofendido não pudesse defender-se com probabilidade de repelir a ofensora.²³¹

Como se vê, a partir dessas respostas do tribunal do júri, a condenação final do juiz para esse primeiro julgamento de dois meses e dez dias de prisão com trabalho desviava-se da acusação inicial do promotor público que persistiu na sua argumentação a favor da incursão da ré ao grau máximo do Art. 294 § 2º do Código Penal do Brasil de 1890. Essa mudança estava relacionada ao fato de Raymundo ter iniciado a alteração entre dois e também ter agredido primeiro a Maria Thomasia com duas pancadas de cacete. O ferimento feito ao “velho” seria então a saída que a ré encontrara para livra-se dele e manter-se com vida.

Não obstante, no dia 02 de julho do mesmo ano, o promotor público do processo recorreu à apelação ao egrégio tribunal de justiça para que a acusada passasse por novo julgamento. Segundo Antônio Celestino Franco de Sá, já na própria apelação feita no dia 06 de agosto do referido ano, além de algumas “nulidades substanciais” que ocorreram em todo o primeiro julgamento e da ré não possuir um representante legal para defendê-la, havia uma tendência exacerbada no meio jurídico de enquadrar fatos de brigas e desordens cotidianas no Art. 297 do mesmo código, onde eram considerados como crimes involuntários.

Para o referido promotor público, Maria Thomasia deveria passar por um novo julgamento, pois o crime que havia cometido não correspondia ao proposto no Art. 297 do Código Penal Brasileiro de 1890. Assim, no dia 12 de outubro de 1896 foi aberto o segundo julgamento. Nele, Franquolino Nelson da Moura Wanderley foi nomeado pelo juiz para ser o advogado de Maria Tomasia e novamente foram sorteados doze jurados para compor o tribunal do júri. Nessa parte do processo a defesa colocada pelo advogado foi exposta pelo

²³⁰ APEPI, Poder Judiciário. Processo penal. Autuamento. Ao primeiro dia de fevereiro do ano de mil oitocentos e noventa e cinco, nesta cidade de Teresina, comarca do mesmo nome e no meu cartório, autuo a denuncia e mais peças que adiante se seguem, do que para constar faço este autuamento. Eu Manoel Clementino da Silva Costa, escrivão da comarca de Teresina. Autuei. Processo Maria Thomazia da Conceição. Casa Anísio Brito. Caixa: Autos Crimes. N. 0066, p. 46.

²³¹ APEPI, Poder Judiciário. Processo penal. Autuamento. Ao primeiro dia de fevereiro do ano de mil oitocentos e noventa e cinco, nesta cidade de Teresina, comarca do mesmo nome e no meu cartório, autuo a denuncia e mais peças que adiante se seguem, do que para constar faço este autuamento. Eu Manoel Clementino da Silva Costa, escrivão da comarca de Teresina. Autuei. Processo Maria Thomazia da Conceição. Casa Anísio Brito. Caixa: Autos Crimes. N. 0066, p. 46.

escrivão apenas como descrição; mostrando que havia apresentado provas e indícios de que Maria Thomasia não era autora da morte de Raimundo, mas sem exemplificar quais eram esses documentos e/ou ações.²³²

Com esses dados, nesse segundo julgamento, as decisões dos jurados do tribunal do júri e do juiz mantiveram-se conforme conceberam no final do primeiro julgamento. O crime cometido pela acusada continuava caracterizando-se como involuntário e por isso responderia a pena de dois meses e dez dias de prisão celular na cadeia pública de Teresina de acordo com o previsto no Art. 297 do código penal brasileiro de 1890.

Sendo assim, a conclusão final do julgamento no dia 13 de outubro de 1896 colocava Maria Thomasia como culpada da morte de Raimundo, mas que esta não tivera a intenção direta de matá-lo com a sua atitude. Para esse desfecho novamente pesou as agressões que Raymundo fez a indiciada antes do ferimento ocorrer e também o fato da lesão ter sido mal cuidada pela vítima, o que provocou sua morte poucos dias depois do episódio.

Portanto, o processo de Maria Thomasia torna-se relevante não exatamente pela condenação em determinado artigo e não em outro, mas a forma que as testemunhas utilizadas e o próprio promotor público buscaram encaminhar as sessões do julgamento para o perfil agressivo e perigoso da acusada, que possuía condicionamento agravante o suficiente para agir conforme agiu quando Raimundo a ofendeu. Nas passagens dos testemunhos relatados, os cinco homens inquiridos dão bastante detalhes sobre o comportamento de Maria Thomasia diante do desentendimento com Raimundo. Foi a ré que continuou as ofensas e chamou-o para a briga na sua casa. Raimundo, de acordo com eles, foi impulsionado a segui-la por insistência de Maria Thomasia e esta, pelo mesmo motivo que ocasionou a desavença, a “vida” desordeira e o fato de ser faladeira, acabou ferindo-o.

Mesmo para o caso de Maria Thomasia em que houve ofensas mútuas e que primeiro foi agredida por Raimundo, recaía sobre a sua atitude final o “precedente desordeiro” que possuía. Induziam assim os juristas a acreditarem que o ferimento feito em Raimundo fosse proposital e que o fato de provocar confusão por falar muito tornava Maria Thomasia uma mulher “perigosa” para conviver com os demais. A sua suposta conduta na povoação de Natal em Teresina iria redimi-la ou não da condenação e não o crime que havia cometido. Contudo, embora tenha ferido Raymundo, ao que tudo indica para se defender dos seus ataques, o

²³² APEPI, Poder Judiciário. Processo penal. Autuamento. Ao primeiro dia de fevereiro do ano de mil oitocentos e noventa e cinco, nesta cidade de Teresina, comarca do mesmo nome e no meu cartório, autuo a denuncia e mais peças que adiante se seguem, do que para constar faço este autuamento. Eu Manoel Clementino da Silva Costa, escrivão da comarca de Teresina. Autuei. Processo Maria Thomazia da Conceição. Casa Anísio Brito. Caixa: Autos Crimes. N. 0066, p. 42.

andamento do processo, principalmente no primeiro julgamento, indicava que a sua conduta comum do dia a dia deveria ser levada ao grau máximo da pena, pois “[...] não pode ter interpretação tão ampla, que compreenda os rixosos, desordeiros, que em tão pouca conta tem a vida alheia, sendo, portanto, de todo inaplicável ao caso sujeito.”²³³

Como se observa, as considerações presentes na apelação do promotor estavam consoantes com reflexões de redatores de jornais e boletins diários das delegacias de polícia de Teresina que compartilhavam ideais de moralidade para homens e mulheres dos anos de 1890 a 1920. No que se refere à figura feminina, comungavam de procedimentos sociais que se amparavam no recato, na sensibilidade, docilidade, e, sobretudo, nas atitudes maternas que a “boa” mulher caberia sustentar. Dessa forma, diante do perfil que Maria Tomásia possui de acordo com componentes do processo, pode-se observar como muitas mulheres pobres que fugiam dos padrões dados como característicos da “mulher-mãe” eram marginalizadas pelos demais habitantes e pela articulação controladora da polícia e da justiça. As que possuísem seus caracteres representavam perigos para a índole da sociedade teresinense que pretendia modernizar seus hábitos.

Por meio da abertura de inquérito e de julgamentos, os participantes de processos jurídicos penais realizavam suas funções no sentido de punir e disciplinar as que infligissem à lei moral-social de civilidade feminina. Perfis agressivos como supostamente era o caso da indiciada tornavam-se alvos de controle rigoroso da polícia e da justiça, pois sobre elas também recaía o dever de prezarem pela honestidade, pelo recato e principalmente por manter-se no ambiente íntimo da *casa*. Portanto, como alude Martha de Abreu Esteves “a justiça viabilizava um projeto controlador da moral popular”²³⁴ que também se aliava a atuação dos médicos do final do século XIX e início do século XX ao procurarem intervir nas relações pessoais dos populares. Havia assim indivíduos mais “propícios” a passagens em processos criminais. Para a autora que se deteve a analisar crimes de defloramento e estupro ocorrido na cidade do Rio de Janeiro durante as primeiras décadas república brasileira:

Como todas as moças que procuravam a polícia e, indiretamente, a justiça eram oriundas das camadas populares, a associação entre essas camadas e comportamentos

²³³ APEPI, Poder Judiciário. Processo penal. Autuamento. Ao primeiro dia de fevereiro do ano de mil oitocentos e noventa e cinco, nesta cidade de Teresina, comarca do mesmo nome e no meu cartório, autuo a denuncia e mais peças que adiante se seguem, do que para constar faço este autuamento. Eu Manoel Clementino da Silva Costa, escrivão da comarca de Teresina. Autuei. Processo Maria Thomazia da Conceição. Casa Anísio Brito. Caixa: Autos Crimes. N. 0066, p. 54.

²³⁴ ESTEVES, 1989, p. 58.

tidos como desordeiros era direta e clara. Eram as camadas populares vistas então como doentes e, conseqüentemente, como alvos da polícia sexual.²³⁵

As mulheres das camadas populares estavam fadadas a discriminação, pois além das dificuldades econômicas que passavam, tinham de lidar, nesse período, com a permanente vigilância de suas práticas. Com o aparelho judicial, composto por advogados, promotores e juízes, ficavam “sujeitas à boa vontade de vizinhos e amigos, subordinadas às contingências da 'cor' e da estrutura familiar, sujeitas à própria 'capacidade' de provar sua honestidade”.²³⁶ A sua absolvição ficava então nas mãos dos mais próximos da sua convivência e da própria conduta que desenvolvia cotidianamente.

As relações de vizinhança que mantinham pesavam muito sobre o veredicto final da justiça. No processo de Maria Tomázia, como foi apresentado, as testemunhas que dele participaram se configuravam como vizinhos “próximos” da acusada, especialmente no quesito espacial. Os vizinhos formavam assim peças chaves dos processos por conhecerem “a fundo” o criminoso. Dos seus relatos surgiam atenuantes e/ou contradições que encaminhavam as decisões do processo para a absolvição ou não do infrator (a). A partir disto, é possível recorrer a processos crime de conflitos ocasionados por mulheres que expressaram sintomas desse contexto teresinense.

O processo crime configura-se enquanto fonte historiográfica por sua própria organização estrutural e da atuação dos seus membros; apresentando indícios factuais ao historiador exatamente por conter elementos que ora se repetem ora se confundem, mas que convergem por tratar de um mesmo fato. Para o referido autor, o que interessa à História não é se o crime ocorreu ou não conforme os autos mostram, mas como este é levado à justiça e as teias sociais que o envolvem.

São nessas questões que o historiador deve estar atento quando utiliza fontes judiciais na construção da “sua” História. Buscar nas etapas de um processo as características de uma sociedade que estabelece certas leis e outras não, que julga alguns indivíduos e outros não, que determina que práticas são ou não abusivas. Nesse sentido, as sessões de um processo penal tornam-se mais relevantes para a pesquisa histórica do que o crime inicial que o abriu e a versão final que dele resultou.

Sobre essa estrutura do processo penal Celeste Maria Baitelli Zenha Guimarães no trabalho *As práticas da justiça no cotidiano da pobreza* coloca que este “fala a respeito de um

²³⁵ ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989, p. 67.

²³⁶ ESTEVES, 1989, p. 114.

fato e que, ao contrário de revelar, produz uma verdade responsável pela condenação ou absolvição do réu”. As partes de um processo penal, de acordo com essa reflexão, vão tecendo uma verdade dos autos e não uma repetição própria do fato que aconteceu no passado. Para a autora a versão inventada pelo poder judiciário com seus métodos produz uma versão final que é aceita como verdadeira.

A construção do processo em torno do indiciado resulta então em uma fábula ; que “nada mais é do que uma historieta, tida como coerente e verdadeira, resultante do conjunto de versões apresentadas por todos aqueles que falaram durante o processo: queixoso, autoridade, ofendido, peritos, testemunhas.” É a narrativa originada pela direção que os personagens juristas dão ao episódio criminoso. Os autores participantes informam circunstâncias a cerca do crime que induz o fato criminal inicial a determinado caminho e a uma determinada veracidade na versão final.

A partir dessa reflexão, “os autos traduzem a seu modo dois fatos: o crime e a batalha que se instaura para punir, graduar a pena ou absolver”. Além disso, segundo Boris Fausto em Crime e Cotidiano, na sua composição física cada processo é no período considerado um produto artesanal, por possuir característica própria, revelada no semblante dos autos, na letra caprichada do escrivão, na forma de traçar uma linha que inutiliza páginas em branco, etc.

Dessa maneira, a verdade que se constrói não pode ser identificada como a ocorrência em si, mas o resultado do “mundo concreto em que se movem seus construtores”. Nesse caso, a sociedade envolvida, porém externa ao processo, baseada nos seus valores e códigos, também contribui com essa verdade. A decisão final dos processos liga-se, desse modo, mais as práticas de pessoas que não se adéquam as normas, ou, melhor dizendo, aos precedentes dos acusados, do que o ato criminoso em si. Os modos de agir que direcionavam os juristas à inocência ou à condenação dos indiciados. Nessa perspectiva, o aparelho judicial, juntamente com a ação policial, torna-se recurso essencial para manter a disciplina e o controle dos errantes; levando-os a assumir as posturas desejadas pela sociedade.

De acordo com as reflexões de Michel Foucault em Vigiar e Punir, onde apresenta a forma que o poder é articulado nas mudanças em práticas de condenação de criminosos na Europa, principalmente da França, nos séculos XVIII e XIX, ao sistema jurídico-policial do último século são associados parâmetros de dominação e punição que se expressam em manobras, táticas, funcionamentos presentes em toda a sociedade, pois não se concentra apenas mais nas mãos dos soberanos do séc. XVIII.

Além da alteração na forma como os acusados eram apreendidos, o controle dos criminosos pela polícia e pela justiça atravessava os seus corpos de maneira diferente do

contexto dos suplícios. Havia “agora”, no século XIX, um acesso ao indivíduo criminoso distinto do que era vivenciado no século XVIII. A mudança, segundo o autor, consistia na forma como o poder punitivo os apreendiam, nos métodos que utilizavam pra realizar a sua transformação social e, sobretudo, na maneira que as técnicas de aprisionamento lidavam com o seu corpo e a sua alma.

4.3 “Ela não sabe guardar a língua na boca”: principais tipos de crimes e perfis das acusadas.

No dia 01 de maio de 1912 Clodoaldo Freitas escreveu na revista *Litericultura*²³⁷ um conto intitulado *Os Barretos*, no qual apresentava o caso de Pedro Barreto e Ana Inácia. Segundo o autor, os dois eram primos, se casaram, tiveram filhos e viviam na cidade de Campo Maior, no estado do Piauí, em situação de extrema pobreza. O casal tinha uma vida simples e ansiava melhorias, e isso fez com que mudassem para a cidade de Barras, no mesmo estado. O autor segue narrando a história dos dois de forma pouco descritiva no que diz respeito aos afazeres dos sujeitos e sem muitos adjetivos, deixando o leitor sem muitas informações do perfil dos personagens.

Segundo Clodoaldo Freitas, Pedro Barreto tinha um grande amor por Ana Inácia e sentia muitos ciúmes ao ponto de lhe indagar diariamente se ela teria coragem de lhe deixar ou lhe trocar por outro. Ana Inácia lhe respondia sempre que também lhe amava e não faria isso por nada, pedindo também que Pedro Barreto deixasse de fazer essas perguntas. Os dias iam passando e o casal continuava a lutar pela sobrevivência até que Pedro Barreto começou a desconfiar da esposa e perguntou a um dos filhos se quando ele não estava algum outro homem ia visitar a sua casa.

Com a resposta afirmativa do filho, Pedro Barreto resolveu, então, voltar um dia do trabalho mais cedo. Logo que chegou a sua casa viu um outro homem (Manoelsinho) bater a sua porta, e quando este o viu saiu correndo. Nisso, Pedro Barreto começou a interrogar Ana Inácia que desmentiu qualquer dúvida sobre seu caráter de esposa fiel. Após esse ocorrido, ambos decidiram que retornariam a cidade de Campo Maior no outro dia pela manhã. Quando o dia amanheceu e Pedro Barreto procurou Ana Inácia, não a encontrou. Ela havia fugido com o Manoelsinho. O marido atordoado chegou a ir atrás da esposa, mas esta estava decidida a não voltar para casa. Assim, depois de alguns dias implorando para que Ana retornasse, Pedro

²³⁷ Revista literária que circulou no Piauí nos anos de 1912 e 1913 e foi pensada e organizada por intelectuais do estado que escreviam sobre temas da sociedade e da história do Piauí.

Barreto arma uma vigília na nova casa da esposa e lhe surpreende com alguns golpes no rosto. Os ferimentos resultam na morte de Ana e na posterior prisão de Pedro Barreto.

Na prisão, o homicida não consegue lidar com todos os fatos que lhe ocorreram e acaba se suicidando. O mais significativo desse conto é que Clodoaldo Freitas não faz conotações mais expressivas sobre o “real” perfil de esposa, até chegar a sua fuga e mudança. O intelectual se coloca como um expectador que apenas narra os fatos sem fazer qualquer juízo de valor inicial. Muito embora o autor deixe transparecer em algumas passagens que Ana Inácia não corresponde ao amor avassalador que Pedro Barreto possui. Além disso, quando Ana sai de casa, Clodoaldo Freitas descreve com certa intensidade a forma que a mulher responde friamente as investidas do marido, mesmo quando este menciona os filhos que deixou em casa.

Possivelmente inquieto com a apresentação dos fatos, no número seguinte da revista, em junho de 1912, João Pinheiro²³⁸ publica o conto *Chapéu de sebo*²³⁹ em oferecimento ao próprio Clodoaldo Freitas. Diferentemente do último autor, João Pinheiro constrói a história do crime de homicídio cometido por José Barreto, nome que dá ao seu personagem, e a Ana Inácia, com críticas um tanto ácidas sobre o perfil da esposa.

José Barreto, conhecido por Chapéu de sebo por utilizar no dia a dia um chapéu “velho” de couro, vivia na cidade de Campo Maior, no Piauí, com sua mulher Ana Inácia e seus “filhinhos” em situação de muita pobreza, pois retirava seu sustento de esmolas que recebia na “Rua do Sol”. Após obter a renda do dia, Chapéu de Sebo voltava pra casa e repassava tudo a sua mulher que “adorava”. Porém os dias foram passando e o marido não arrecadara mais como antes.

A condição econômica só piorava e o comportamento de Ana Inácia “já não era mais o mesmo”. Quando já não suportava mais a situação crítica em que se encontravam, Ana Inácia começou a incentivar o marido a procurar nova fonte de renda. Diante disto, mesmo fragilizado por problemas de saúde, José Barreto dirigiu-se a cidade de Caxias, no Maranhão;

²³⁸ João Pinheiro nasceu na cidade de Barras, em 16 de maio de 1877. Foi odontólogo, professor, contista, poeta, romancista, jornalista. Na cidade natal cursou as primeiras letras, mudando-se depois para a próspera cidade de Parnaíba, a fim de continuar os estudos e trabalhar no comércio. No início da década de 1890, mudou-se para Teresina, Capital do Estado, onde cursa os estudos preparatórios. Em 1895, transfere-se para Salvador, na Bahia, matriculando-se na Faculdade de Odontologia e concluindo o curso no final do ano de 1898. De regresso a Teresina, retoma esses estudos literários, adquirindo novos livros e formando seleta biblioteca de obras literárias. Desde a mocidade dedicou-se ao jornalismo, dirigindo o *Almanaque Piauiense* (1903–1905), e as revistas *Litericultura* e *Alvorada*. Foi redator dos jornais *A Luz*, *A Semana*, *A Pátria*, *Correio de Teresina*, *O Reator*, *A Revista*, *A Imprensa*, assim como das revistas da Academia Piauiense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense e o *Almanaque da Parnaíba*.

²³⁹ CHAPÉU DE SEBO, Aspectos piauienses. Revista: *Litericultura*, Teresina, 01 de junho de 1912, ano 1, n. 6, p. 22- 33.

retornando logo, entretanto, por conta da saudade que sentiu da família. Porém, a sua esposa não era, definitivamente, mais a mesma.

Ana Inácia, de acordo com os vizinhos, parecia estar satisfeita com a saída do marido pois “atirara-se a patifaria”²⁴⁰ quando este por uma “desgraça qualquer tornou-se incapaz de trabalhar”.²⁴¹ A situação entre o casal continuou piorando até o ponto da esposa pedir que Chapéu de sebo se retirasse da sua casa por não ter mais necessidade de sua presença, pois nela “já andava homem”²⁴². E continuava dizendo: “Que homem! Pois não estou lhe dizendo! Saia... Saia... Seu Zé Barreto! E olhe bem! Não me pise mais aqui senão... mando matá-lo! Vejo bem que a eu não lhe digo uma coisa por outra. [...] Tá aí, vá-se pro diabo que o carregue!”²⁴³

Quando o inverno chegou Maria Inácia “abandonada covardemente por quantos lhe seduziam e naturalmente induziram ao torpíssimo procedimento anterior e receiosa da represália [...] recolhera-se a casa de respeitável senhora”,²⁴⁴ enquanto José Barreto alimentava o desejo de matá-la como forma de se vingar do que esta tinha lhe feito. A vontade do marido era tanta que chegou a persegui-la na casa da senhora que a acolhera; fazendo com que fosse mandada embora da mesma. José Barreto passou então a ir atrás da esposa simulando grave doença e pedindo que retornasse para a sua casa.

Dias depois, por conta da sua insistência e por incentivo de uma amiga, Ana Inácia voltou a conviver com Chapéu de Sebo. Passadas noites acordada com receio de que seu marido lhe fizesse algo, Ana Inácia não conseguiu mais conter o sono e adormeceu. Nessa mesma noite foi atingida por este com um machado enquanto dormia em uma rede. Após o ocorrido, José Barreto foi recolhido à cadeia pública e confessou o crime “sobriamente”.

A parte principal do conto para a discussão deste trabalho está precisamente no desfecho que João Pinheiro dá a história. Nele o autor continua induzindo a leitura do quanto a maneira de agir e “ser” de Ana Inácia com seu marido contribuiu para que fosse vítima do crime de homicídio. No final João Pinheiro coloca que:

²⁴⁰CHAPÉU DE SEBO, Aspectos piauienses. Revista: *Litericultura*, Teresina, 01 de junho de 1912, ano 1, n. 6, p. 24.

²⁴¹CHAPÉU DE SEBO, Aspectos piauienses. Revista: *Litericultura*, Teresina, 01 de junho de 1912, ano 1, n. 6, p. 24.

²⁴²CHAPÉU DE SEBO, Aspectos piauienses. Revista: *Litericultura*, Teresina, 01 de junho de 1912, ano 1, n. 6, p. 26.

²⁴³CHAPÉU DE SEBO, Aspectos piauienses. Revista: *Litericultura*, Teresina, 01 de junho de 1912, ano 1, n. 6, p. 27..

²⁴⁴CHAPÉU DE SEBO, Aspectos piauienses. Revista: *Litericultura*, Teresina, 01 de junho de 1912, ano 1, n. 6, p. 28.

Entretanto, quando o desventurado fugindo ao remorso, ou quem sabe! Ao tristíssimo vácuo em que lhe tornara a vida com o desaparecimento da mulher tão extremadamente amada e purina, por termo a amargurada existência enforcando-se friamente nas grades da sua estreita prisão, houve como um compacto murmúrio de pesar.

- Coitado!

- Que homem infeliz!

- Também, aquela mulher!

E como a igreja lhe negasse o doce, o irrefragável direito de repousar na sagrada comunhão do nada, entre todos os outros que se foram, lá o enterráramos seus míseros companheiros de prisão no casto ceio da doce mãe comum, ao lado da capela de Lourdes, sobre uma graciosa carnaubeira onde os Chico pretos, como traduzindo todos os meigos amasios, as mais singelas blandícias da alma ao pobre, modulam sentidamente.

Cercou-o logo como uma auréola de lenda atribuíam-lhe milagres. Ocorreram das mais remotas paragens simples, ingênuos romeiros à modesta sepultura.

E ainda agora, como que a bem aventurada alma do rústico plana sobre a terra bendita que tão pecadoramente o acolheu e abriga, envolvendo-o amorosamente numa grata e interminável carícia sob a adorável, inconsútil forma do clarão opalino das estrelas.²⁴⁵

O literato narra a morte de José Barreto por suicídio nas “grades da cadeia” como a libertação de todo o sofrimento que passou com a esposa antes de cometer o crime que a matou. A “partida” do Chapéu de Sebo é contada através do pesar daqueles que lhes eram próximos, como os “companheiros de prisão”, pela história de vida que esse “homem infeliz” tivera ao lado de sua esposa. João Pinheiro chega mesmo a colocar aspectos angelicais e divinos para o marido sofredor que matou a Ana Inácia por esta ter lhe abandonado e “prometer mandar matá-lo”.

Dessa maneira, o crime cometido por José Barreto é justificado pela forma agressiva com que Ana Inácia começou a tratá-lo quando o primeiro teve uma queda no rendimento da prática esmoler que mantinha; chegando a abandoná-lo e jurá-lo de morte. O homicídio pesava mais sobre as atitudes da mulher do que propriamente as do marido. Ana Inácia representava o perfil feminino dominador e libertino, que ao perceber que o marido não satisfazia mais suas necessidades econômicas descartou-o impiedosamente.

A construção da sua narrativa leva-nos a condenação da esposa como a responsável pela fatalidade que ocorreu na vida do marido. Ana Inácia utilizou-se de José Barreto apenas quando este a servia, quando tinha forças para trabalhar, e mesmo quando ele viajou em busca de melhores condições recebeu-o no seu retorno “impiedosamente”, expulsando-o grosseiramente de casa. A esposa, de acordo com o literato, mantinha costumes lascivos, onde

²⁴⁵CHAPÉU DE SEBO, Aspectos piauienses. Revista: *Litericultura*, Teresina, 01 de junho de 1912, ano 1, n. 6, p. 33.

até o “vizinho da esquina”, Diogo, afirmava: “aquilo é uma galinha!”²⁴⁶ ao botequeiro Miguel Feitosa que andava “sequestrando-a [...] com muita insistência antes mesmo da retirada do marido.”²⁴⁷

João Pinheiro representava Ana Inácia como uma mulher sem recato, interessada somente nos ganhos do marido, pois o abandonou logo que não pôde lhe oferecer muitas esmolas. Muito embora a história se passe na cidade de Campo Maior, no Piauí, o contexto do autor no período de sua escrita, 1912, pertence à cidade de Teresina. Na sua abordagem literária é possível distinguir alguns caracteres para o comportamento feminino ideal e o seu avesso. Aquele que conduz a desestruturação familiar e do próprio ser, pois “o infeliz” Chapéu de sebo ao assassinar Maria Inácia só reagiu aos maus tratos, o abandono e a jura de morte que recebeu desta enquanto viva.

Assim como na literatura os veículos de notícias, policiais e jurídicos teciam a imagem dessas mulheres para a sociedade como verdadeiras pessoas “selvagens” cujo perfil deveria ser suprimido. Nos jornais de Teresina, especificamente, as criminosas eram apresentadas com caracteres físicos perigosos e perversos. Isto porque a boa conduta que se exigia do comportamento feminino não fazia parte da trajetória de vida de muitas delas. O fato de algumas mulheres desviarem-se dos padrões de bondade, fragilidade, delicadeza admitidos para elas as associava a características consideradas próprias dos homens como: brutalidade, voluntariedade, infidelidade, cobiça, etc.²⁴⁸ Dessas e outras histórias emergiam perfis femininos diferentes daqueles de recato, cortesia, e, principalmente, de maternidade, concebidos como “naturais” a figura feminina.

Em 1913 o crime de infanticídio cometido por Maria Rosa de Jesus na Rua das Pedras chocava a população. O periódico *Piauí* colocava que Maria Rosa, casada, mas estando longe do marido por este se encontrar na Amazônia, assassinou um filho recém-nascido por ser fruto dos “seus amores criminosos”. E acrescia dizendo: “A mãe-fera está em tratamento na Santa Casa e vai ser processada por seu horrível crime. A polícia abriu inquérito a respeito”.²⁴⁹

Para o crime de infanticídio além do agravante de homicídio, existiam aqueles ligados a principal função da mulher: amar, cuidar e educar dos descendentes. No caso relatado em 18 de maio de 1907 o jornal *O monitor* colocava Raymunda Maria da Conceição como “franzia, de estatura baixa, de olhar penetrante e vivo [...]. É um tipo digno de estudo, tal foi a

²⁴⁶CHAPÉU DE SEBO, Aspectos piauienses. Revista: *Litericultura*, Teresina, 01 de junho de 1912, ano 1, n. 6, p. 26.

²⁴⁷CHAPÉU DE SEBO, Aspectos piauienses. Revista: *Litericultura*, Teresina, 01 de junho de 1912, ano 1, n. 6, p. 26.

²⁴⁸SOIHET, 1989, p. 315.

²⁴⁹INFANTICÍDIO: Jesus matou um filho. *Piauí*, Teresina, ano 23, n. 1249, 11 de outubro de 1913, p. 230.

perversidade que revelou e os precedentes mais de que gora entre os de sua laia”.²⁵⁰ O referido crime tratava-se do homicídio de Luiz Camillo de Souza, jardineiro da empresa das águas que, segundo consta, Raymunda Maria da Conceição havia assassinado com uma punhalada.

O jornal apresentava ainda que a acusada “declarou que havia rixas antigas entre ela e Luiz, mas uma testemunha presencial afirmava que o crime fora perpetrado friamente, sem troca de palavras ásperas e estando Luiz em completo estado de embriaguez”.²⁵¹ De acordo com o periódico o crime se deu de forma cruel e não permitiu que a vítima pudesse se defender, pois Luiz estava “em completo estado de embriaguez”. Essas características retratavam o intenso perigo que Raymunda Maria da Conceição podia fazer a sociedade, pois embora tenha declarado algumas rixas com Luiz Camillo de Souza como uma forma de explicar o ocorrido, a testemunha que presenciara o fato deu ênfase à forma que “crime fora perpetrado friamente” pela ré.

Sobre o mesmo caso o jornal *Gazeta* colocava características físicas de Raymunda; representando como uma mulher trigueira, franzina, e apresentava no corpo cicatrizes reveladoras das lutas e rugas em que se metia.²⁵² E acrescentava que, “ao que parece, Raymunda de Conceição assassinou com uma grande facada no peito, a Luiz Camilo de Souza por motivo fútil”.²⁵³

Como se observa, ambos os jornais expressavam particularidades de Raymunda que tornavam seu crime resultado da sua má conduta. As “cicatrizes reveladoras de lutas e rugas em que se metia” expressavam o perfil violento e desordeiro que a ré possuía. As más condutas que praticavam dentro do cerco social em que viviam levavam assim mulheres como Raymunda a praticarem crimes como os que cometeram. Para esse episódio o homicídio não apresentava motivos “sérios” para que o crime fosse praticado, por isso a possível explicação, mais uma vez, partia dos precedentes da acusada.

Dessa forma, o fato de terem cometido esses crimes aparentemente por motivos fúteis agravava ainda mais o desvio que cometiam perante a justiça e a sociedade. Essas mulheres criminosas eram retratadas pela imprensa como mulheres atípicas que não simbolizavam modelos de boa conduta. Pelo contrário, representavam perfis femininos não desejáveis para o período. Isto porque os crimes que cometiam eram tanto mais grave quanto as suas conduta irregulares na cidade. Na verdade, pelas fontes jornalísticas e os registros de polícia, se

²⁵⁰CRIME. *O monitor*, Teresina, ano 2, n. 25, 18 de maio de 1907, p. 223.

²⁵¹CRIME. *O monitor*, Teresina, ano 2, n. 25, 18 de maio de 1907, p. 223.

²⁵²ASSASINATO. *Gazeta*, Teresina, ano 3, n. 90, 17 de abril de 1907, p. 148.

²⁵³ASSASINATO. *Gazeta*, Teresina, ano 3, n. 90, 17 de abril de 1907, p. 148.

algumas mulheres pobres acabavam comprometendo-se em crimes graves como de homicídio era porque a sua vida pregressa associava-se ao mundo da desordem e da *rua*.

Nesse quesito, inquéritos policiais como os de Izabel Maria da Conceição e Umbelina Ferreira Coelho são exemplares. No dia 28 de outubro de 1915 Izabel Maria da Conceição de 30 anos de idade, casada “apenas religiosamente”, moradora de Santa Rita, não sabendo ler nem escrever e sem ocupação profissional identificada, foi acusada de ter ferido seu próprio marido, Romão Luiz dos Santos, com um punhal na região dorsal deste. Segundo o inquérito policial, o fato ocorreu por conta do excessivo ciúme que Izabel Maria sentiu ao ver Romão Luiz conversando com a meretriz Tertuliana. Ao procurar o marido próximo de casa para o jantar, a esposa deparou-se com a conversa dos dois e, sobressaltada pelo ciúme “partiu para cima” da meretriz. Romão Luiz ao ver o episódio, repeliu a esposa e ordenou que voltasse para casa. Izabel insatisfeita com tal situação começou a discutir com o marido, se apoderou de uma faca que este guardava e o feriu na região dorsal.²⁵⁴

O curioso nesse episódio foi o que a testemunha de nome Martinha Maria de Jesus colocou. De acordo com esta, no momento em que Romão Luiz recebeu a facada e gritou por seu irmão João Praxedes, que também assistia ao crime, Izabel lhe afirmou que “havia ferido seu marido, pois era muito mulher para assim o fazer.”²⁵⁵ Desse modo, Izabel, ao contrário do usual, substituía ideias corrente acerca de atitudes submissas das mulheres por um perfil perigoso e violento ao afirmar ser “muito mulher para assim o fazer”; agindo com “ferocidade” contra o comportamento aparentemente “normal” do marido.

O ciúme também foi o motivo principal do inquérito aberto contra Umbelina Araújo Coelho. Nesse caso, ocorrido em 1919, a doméstica de 21 anos que sabia ler e escrever, ao ver o seu amásio, Raimundo Ney Baumam, com Antônia de Araújo (Bitonia) na “travessa Barroso”, desfechou duas pancadas na cabeça desta com o próprio sapato. Umbelina argumentou dizendo que já havia alertado a Raimundo sobre “o seu gênio e do amor que ela

²⁵⁴PIAUÍ, Secretaria de Polícia do Estado. Inquérito policial. Autuamento. Aos vinte e oito dias de outubro do ano de mil novecentos e quinze, nesta cidade de Teresina, comarca do mesmo nome e na Secretaria de Polícia do Estado, autuo a portaria do Sr. Dr. Siretonio Saraiva Ribeiro, delegado geral da polícia, que logo adiante se vê, do que para constar faço este autuamento e dou fé. Eu José de Arêa Leão, escrivão da secretaria de estado da Polícia. Autuei. Processo Romão Luiz dos Santos. Casa Anísio Brito. Caixa Autos Crimes. N. 237.

²⁵⁵PIAUÍ, Secretaria de Polícia do Estado. Inquérito policial. Autuamento. Aos cinco dias do mês de maio de mil novecentos e dezenove, nesta cidade de Teresina, comarca do mesmo nome e na Secretaria de Estado da Polícia, autuo a portaria do delegado geral de polícia, capitão Delfim Vaz Pereira de Araújo, que logo adiante se vê, do que constar faço este autuamento e dou fé. Eu Samuel S. Cordeiro, escrivão da secretaria ad.hoc. da Secretaria de Polícia do Estado. Autuei. Processo Antônia de Araújo. Casa Anísio Brito. Caixa Autos Crimes. n. 237.

lhe votara”, e que, por isso, deveria parar de se encontrar com Bitonia.²⁵⁶ Mais uma vez o perfil de mulher pacata e submissa aos homens era posto em questão.

Disto decorre que as práticas mais cotidianas dessas mulheres não correspondiam aos valores admitidos para a “mulher-mãe” do período. Àquelas que “passavam o dia e noite a cometer toda a sorte de abusos”²⁵⁷ associavam-se a “liberdade” da rua, a intensa convivência com a figura masculina, enquanto que o padrão feminino ideal definia-se pelas obrigações do lar e da família, e no recato nas relações com as outras pessoas. Acontece que as mulheres pobres teresinenses, na maioria das vezes, moravam em casas simples, trabalhavam como costureiras, lavadeiras, domésticas, operária, etc., e também não dispensavam as festas da vizinhança, as santas e o carnaval. A *rua* para elas não era um mistério ou um lugar proibido nas suas vivências.²⁵⁸ Era sim o seu local de atuação, fosse como trabalho, fosse como lazer.

Controversamente, a forma que a polícia da capital e a justiça agiam para com as mais pobres indicava os comportamentos ideais de uma sociedade que se pretendia disciplinar para modernizar. Do crime de Maria Thomazia, por exemplo, emergia o sistema de ordem moral e civilizada que literatos e políticos pretendiam para os habitantes de Teresina na transição dos séculos XIX e XX. As suas vivências e suas características sociais eram marcadas pela contradição que existia entre o que era prescrito para o gênero feminino no período e os valores sociais que expressavam no seu cotidiano. Determinadas ações de mulheres pobres de Teresina, entre os anos 1890 a 1920, revelavam então valores morais com significados diferentes dos que redatores da imprensa e o aparelho policial-judicial pretendiam afirmar.

Através de fontes bibliográficas e de arquivos da polícia, judiciais e da imprensa essa contradição era bastante significativa em Teresina, pois, provavelmente, as mulheres pobres que se enquadravam na *criminalidade* possuíam outras maneiras de sentir e utilizar a cidade e não viam a necessidade real de modificarem seus comportamentos pessoais. Essa *criminalidade* expressava a forma como os habitantes da cidade vivenciavam mudanças de condutas e valores do gênero feminino. Com a difusão de papéis sociais femininos na capital era necessário, através do controle social da polícia e da Justiça, ordenar aquelas mulheres que não condissessem com as características de “mulheres-mãe”.

²⁵⁶PIAUÍ, Secretaria de Polícia do Estado. Inquérito policial. Autuamento. Aos cinco dias do mês de maio de mil novecentos e dezenove, nesta cidade de Teresina, comarca do mesmo nome e na Secretaria de Estado da Polícia, autuo a portaria do delegado geral de polícia, capitão Delfim Vaz Pereira de Araújo, que logo adiante se vê, do que constar faço este autuamento e dou fé. Eu Samuel S. Cordeiro, escrivão da secretaria ad. hoc. da Secretaria de Polícia do Estado. Autuei. Processo Antônia de Araújo. Casa Anísio Brito. Caixa Autos Crimes. n. 237.

²⁵⁷NA FEIRA. *A Palavra*, Teresina, ano 1, n. 4, 15 de junho de 1902, p. 2.

²⁵⁸ESTEVEZ, 1989, p. 67.

Havia um controle maior da força policial sobre as populares, pois eram elas as que mais se desviavam do perfil feminino de decência e civilidade das mulheres do *lar* proposto por literatos do período. Teresina, marcada por transformações físicas devido a reformas e abertura de espaços de sociabilidades e estruturais, com a implantação de serviços básicos, necessitava controlar essas desviantes para conter a ameaça que mantinham diante da modernização prevista para a cidade.

CONCLUSÃO

As páginas que precederam pretenderam percorrer o labirinto produzido pelos discursos disponíveis na cultura letrada sobre mulheres pobres da cidade de Teresina, inserida no novo ordenamento social que a república propunha, que também vivenciara um processo de modernização na sua infraestrutura, refletida no embelezamento do espaço urbano, que contribuíram para o surgimento de novas sociabilidades. As mobilizações de intelectuais, políticos e juristas em prol da cidade, entre os anos 1890 e 1920, e a própria construção de melhorias na cidade, contribuíram largamente para a determinação dos espectros da crise da pobreza que assombravam o projeto dos “homens de bem” de civilizar os habitantes de Teresina.

Nosso objetivo, ao adentrar no universo dos pobres, foi o de entender as formas de perceber as mulheres desses segmentos, as normas que asseguravam essa definição e as articulações das suas práticas à nova organização social da República e aos projetos de modernização e civilização que intelectuais almejavam para Teresina. A partir dessas linhas de investigação, concluímos que o ideal de mulher que se propunha nos anos de 1890 a 1920 encontrados em jornais continuavam a colocar a maternidade e o lugar privilegiado do lar como espaço eminentemente feminino.

Para a “nova” mulher a trajetória mais comum ainda seria o casamento e a futura procriação. Nesse sentido, até o início do século XX, a casa continuava a ser o campo principal de atuação feminina. Os seus deveres estavam ligados às gerações de cidadãos que dariam a luz, pois a partir do perfil de boa esposa e mãe que lhes era de dever, nasceriam bons filhos e conseqüentemente bons cidadãos que estariam mais aptos a civilidade. Era esse o perfil principal dos habitantes que o novo regime político republicano procurava instaurar nas cidades do país.

Contudo, essas normas correspondiam mais as vivências das mulheres de elite do que as de classes subalternas. Para as mulheres pobres a flexibilidade com que conviviam dentro do espaço público resultava em outras práticas culturais. Nesse processo, os perfis femininos que se manifestassem de maneira diferente desses códigos eram logo percebidos como anormais e transgressores. Assim, constantemente as mulheres pobres, com costumes e práticas comuns diferentes das ditas civilizadas, eram enquadradas em sistema de valores “imorais”. As populares que empregavam outras formas de consumir essas diretrizes logo se configuraram como anormais e suas práticas como desvios de condutas que serviam como o

contra modelo do ideal buscado. Talvez por isso o significativo número de registro de mulheres em desvios de contravenção nos relatórios policiais da capital. Como se observa por meio de alguns jornais, não há como negar a participação feminina em tumultos e desavenças públicas.

Entretanto, o número de mulheres em arquivos policiais, indica que fossem em “balbúrdias” cotidianas ou em crimes mais graves, que representavam a falta de recato, e aptidão maternal nos seus costumes, deveriam ser detidas, pois acarretavam verdadeiros perigos para a sociedade. Além disso, é possível ressaltar como se encontravam os mecanismos de controle policial sobre a população desordeira da cidade. Dessa maneira, as mulheres pobres criminosas que muitas vezes ocupavam o ambiente da rua para trabalharem e para desfrutarem de momentos de lazer eram envolvidas por parâmetros sociais que não faziam parte das características cotidianas que vivenciavam. Para essas mulheres que se tornavam criminosas, possivelmente, os aspectos de civilidade e moralidade eram outros.

Quando cometiam algum crime respondiam tanto pelo desvio da lei em si quanto pelos precedentes de conduta irregular que mantinham. Sobre essa idéia as fontes jurídicas são exemplares, pois auxiliam na observação de como o aparelho judicial atuava nesses casos e como iam, gradualmente, construindo a mulher ré. As suas vivências e suas características sociais eram marcadas pela contradição que existia entre o que era prescrito para o gênero feminino no período e os valores sociais que expressavam no seu cotidiano. Determinadas ações cotidianas de mulheres pobres de Teresina, entre os anos 1890 a 1920, revelavam então valores morais com significados diferentes dos que redatores da imprensa e o aparelho policial-judicial pretendiam afirmar.

Havia um controle maior da força policial sobre as populares, pois eram elas as que mais se desviavam do perfil feminino de decência e civilidade das mulheres do *lar* proposto por literatos do período. Teresina, marcada por transformações físicas devido a reformas e abertura de espaços de sociabilidades e estruturais, com a implantação de serviços básicos, necessitava controlar essas desviantes para conter a ameaça que mantinham diante da modernização prevista para a cidade. Mesmo para os crimes de contravenção, casos “mais simples”, de distúrbios nas feiras ou com a vizinhança onde moravam, as mulheres pobres que os cometiam eram levadas as delegacias da capital para resguardar a sociedade do perigo que apresentavam e, principalmente, para que detivessem a disciplinarização de suas condutas.

Muito embora ocupassem esse espaço pelas atividades profissionais que desempenhavam, a maneira de se portarem falando “em voz alta e palavras imorais” distanciava-se do modelo de mulher ideal proposto para o período. Esses requisitos também

emergiam de processos penais da cidade. Da ocorrência criminal de Maria Thomázia da Conceição, por exemplo, depreende-se que os relatos das testemunhas inquiridas sobre seus antecedentes condicionaram significativamente a visão e o posicionamento dos autores do processo, especialmente o promotor do caso. Dentro das etapas da referida fonte judicial foi possível então, encontrar expressões de valores e códigos de bom comportamento proposto para a figura feminina dos anos de 1890 a 1920 na cidade de Teresina.

FONTES E REFERÊNCIAS

1. FONTES

1.1 INSTITUIÇÕES DE PESQUISA

Arquivo Público do Piauí – Teresina (PI)

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco – Teresina (PI)

Núcleo de Pesquisa História e Memória (NUPEM) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Teresina (PI)

Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação (NUJOC) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Teresina (PI)

1.2 JORNAIS CONSULTADOS

A Época (1878 – 1884)

A Imprensa (1885)

A Legalidade (1892)

A Palavra (1902)

Cidade Verde (1912; 1919)

Correio de Teresina (1913 – 1916)

Diário do Piauí (1911 – 1914)

Estado do Piauí (1890)

Gazeta (1905 – 1908; 1927 – 1930)

Gazeta do Comércio (1895 – 1896)

Jornal de Notícias (1918 – 1919)

O Correio (1901)

O Estado (1903)

O Incentivo (1893)

O Monitor (1907 – 1909)

O Nordeste (1919 – 1921)

O Norte (1908)

O Piauí (1869 – 1870; 1891 – 1919)

O Telefone (1884; 1889)

O Tempo (1905)

Pátria (1903 – 1906)

1.3 ALMANAQUES E REVISTAS

Almanaque Piauiense (1878)

Almanaque do Batalhão da Infantaria de Polícia Estado do Piauí (1928)

Almanaque da Força Pública do Estado do Piauí (1929)

Almanaque da Força Pública do Estado do Piauí (1934)

Litericultura (1912 – 1913)

Revista da Academia Piauiense de Letras (1919-1924; 1943)

1.4 ARTIGOS PUBLICADOS EM JORNAIS E REVISTAS

A CIÊNCIA e o matrimônio. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 4, n. 187, 18 ago. 1914, p. 3.

A ESMOLA. *Gazeta do Comércio*, Teresina, n. 201, 28 fev. 1895, p. 2.

A HIGIENE de Teresina. *O Norte*, Teresina, ano 11, n. 417, 30 jun.1909, p. 1.

A LIMPEZA da cidade. *O Piauí*, Teresina, n. 16, n. 63, 11 ago. 1906, p. 1.

A MISSÃO da mulher. *O Piauí*, Teresina, ano 28, n. 130, 25 out. 1917, p. 136.

A POLÍCIA. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 189, 30 ago. 1912, p.1

A POLÍCIA. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 4, n. 94, 28 abr. 1914, p.1

ARBORIZAÇÃO. *O Monitor*, Teresina, ano 5, n. 179, 10 mar. 1910, p. 4.

A SECA. *O Piauí*, Teresina, ano 30, n. 277, 27 abr. 1919, p. 2.

A SECA E OS IMIGRANTES, *A Época*, Teresina, ano 1, n. 2, 13 abr. 1878, p. 3.

ASSASINATO. *Gazeta*, Teresina, ano 3, n. 90, 17 de abril de 1907, p. 148.

ASILO de Velhice e Mendicidade. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 167, 4 ago. 1912, p. 3.

ASILO de Velhice e Mendicidade. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 181, 28 ago. 1912, p.1.

- BATISTA, Jônatas. Astúcia de mulher. *O Piauí*, Teresina, ano 36, n. 88, 16 abr. 1925, p. 4.
- BARBARIDADE. *O Tempo*, Teresina, ano 2, n. 48, 11 jan. 1906, p. 2.
- CÃES vadios. Ecos e fatos. *Gazeta*, Teresina, ano 5, n. 165, 23 dez. 1908, p. 1.
- CANALIZAÇÃO das Águas. *A Palavra*. Teresina, ano 1, n. 4, 15 de jun. 1902, p. 1.
- CARNAVAL MACRABO. *O Nordeste*, Teresina, n. 18, 27 mar. 1920, p. 67.
- CASA DE DETENÇÃO. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 4, n. 123, 1º jun. 1914, p. 4.
- CIUMADAS com água quente. *A Gazeta*, Teresina, ano 2, n. 59, jun. 1906, p. 131
- CINHÁ. Cartas femininas. *O Nordeste*, Teresina, n. 19, 3 abr. 1920.
- CINHÁ. Cartas femininas. *O Nordeste*, Teresina, n. 21, 17 abr. 1920, p. 70.
- CLAMA ITAQUE, clama ne cesses. *O Telefone*, Teresina, ano 7, n. 299, 17 de mar. 1889, p.1.
- COLABORAÇÃO Atualidade. *O Telefone*, Teresina, ano 7, n. 289, 1º de jan. 1889, p.1.
- COM A Polícia. *Jornal de Notícias*, Teresina, ano 1, n. 20, 17 mar. 1918, p. 1.
- COMISSÃO CENTRAL dos Socorros. *Almanaque Piauiense*, Teresina, ano 1, dezembro de 1878, p. 80.
- COMPANHIA das Águas. *O Piauí*, ano 34, n.1.187, 11 jul. 1914.
- CONSELHOS de uma noiva. *A Gazeta*, Teresina, ano 2, n. 40, 1905, p. 330- 331.
- CORPO MILITAR de Polícia. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 7, 3 mar. 1911, p.1.
- COSTA, Odilo. Teresina. In: *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano XXVI, nº 20, maio 1943, p. 50-56.
- CRIAÇÃO de um jardim público. *O Piauí*, Teresina, ano 15, n. 37, 11 out. 1905, p. 1.
- CRIME. *O monitor*, Teresina, ano 2, n. 25, 18 maio 1907, p. 223.
- CRIME bárbaro. *Piauí*, Teresina, ano 21, n. 1139, 15 set. 1911, p. 190.
- CUNHA, Edison. Si rite recordor. In: *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano XXVI, nº 20, maio 1943, p. 36-43.
- CUNHA, Higino. A educação feminina e o regime conjugal. In: *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, ano 7, [s.n.], p. 37-52, maio 1924.
- CUNHA, Higino. Diversões familiares. *O Piauí*, Teresina, ano 30, n. 323, 16 out. 1919, p. 1.

- DEVIA ser melhor. *Gazeta*, Teresina, ano 3, n. 77, 23 dez. 1906, p. 1.
- EMANCIPAÇÃO da mulher. *Andorinha*, Teresina, 12 out. 1906, p. 141- 143.
- FATOS DIVERSOS. *O Estado*. Teresina, ano 2, n.34, 16 maio 1903, p.2.
- FILHO, Arimathéia. Tito Filho. *Jornal O Dia*, Teresina, 15 ago.1989.
- FREITAS, Clodoaldo. Aos domingos. *Pátria*, Teresina, ano 4, n. 268, 4 fev. 1906, p. 1.
- FREITAS, Clodoaldo. Os Barretos. In: Revista: *Litericultura*, Teresina, 01 de maio 1912, ano 1, n. 5, p. 22- 33.
- GAZETA DO Comércio. *A Legalidade*. Teresina, ano 1, n. 22, 01 jun.1892, p. 4.
- IDEIA grandiosa. *O Tempo*, Teresina, ano 2, n. 59. 29 mar. 1906, p. 2.
- INÁCIO, José. *Gazeta do Comércio*, Teresina, ano, n. 205, 12 jan.1895, p. 4.
- INÁCIO, José. *Gazeta do Comércio*, Teresina, ano, n. 205, 15 mar.1895, p. 4.
- INCÊNDIO, *A Legalidade*. Teresina, ano 1, n. 21, 23 mai.1892, p. 4.
- INCÊNDIO. *Pátria*, Teresina, ano 2, n. 27, 22 nov.1903, p. 1.
- INFELIZ mulher: moléstia, fome, nudez num cercado. *O Correio*, Teresina, ano 1, n. 6, 18 jul. 1901, p. 3.
- INFANTICÍDIO. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 3, n. 231, 11out. 1913, p.1.
- INFANTICÍDIO: Jesus matou um filho. *O Piauí*, Teresina, ano 23, n. 1249, 11 dez. 1913, p. 3.
- ILUSTRÍSSIMO Sr. Dr. Juiz de Direito. *Fiat lux*, Teresina, ano 1, n. 11, 10 fev. 1890, p.2-3.
- IMPRESSÕES: terra da Fome. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 3, n. 113, 12 abr. 1915, p. 2.
- INAUGURAÇÃO dos Jardins. *O Piauí*, Teresina, ano 22, n. 139, 3 jul. 1912, p. 1.
- INQUÉRITO. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 3, n. 238, 12 nov. 1913, p.1.
- JARDIM público. *O Piauí*, Teresina, ano 31, n. 365, 25 mar. 1920, p. 1.
- JUNIOR, Durval. Thebaida. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 146, 21 set. 1911, p. 1.
- LIMA, Caio. De relance. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 34, 29 set. 1913, p. 2.
- LIMA, Caio. De relance. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 35, 6 out. 1913, p. 2.

- LIMA, Caio. De relance. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 37, 20 out. 1913, p. 2.
- LIMA, Caio. De relance. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 40, 10 nov. 1913, p. 2.
- MELHORAMENTOS. *Piauí*, Teresina, ano 16, n. 870, 20 set.1906, p. 165.
- NA CIDADE. *A Palavra*. Teresina, ano 1, n. 03, 1º jun. 1902.
- MISCELLANEA. *O Estado*, Teresina, ano 1, n. 23, 28 de fev. 1903, p. 402.
- MISÉRIA, *O Incentivo*. Teresina, ano 1, n. 7, março 1893, p. 2.
- NA FEIRA. *A Palavra*, Teresina, ano 1, n. 4, 15 de jun. 1902, p. 2.
- NOÇÕES de civilidade - costumes. *Gazeta*, Teresina, ano 3, n. 64, 1 de ago. 1906, p. 2.
- NO MERCADO público. *O Nordeste*, Teresina, ano 1, n. 34, 17 de jul.1920
- NOTAS POLICIAIS. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 4, n. 214, 19 set.1914, p.3.
- NOTICIÁRIO. *A Época*. Teresina, ano 1, n. 27, 5 de out.1878.
- NOVO SURTO. *Chapada do Corisco*, Teresina, ano 1, n. 1, 11 maio 1918, p. 2.
- OFÍCIOS. *Estado do Piauí*. Teresina, ano 1, n. 3, 18 de jan. de 1890, p. 1.
- OFÍCIOS. *Estado do Piauí*. Teresina, ano 1, n. 4, 22 de jan.1890, p. 1.
- OFÍCIOS, *Estado do Piauí*. Teresina, ano 1, n. 5, 23 de abril 1890, p. 1.
- O JOGO do bicho. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 4, n. 184, 2 de set. 1916, p. 3.
- OS ESCANDINAVOS e a educação da mulher. *Cidade Verde*, Teresina, 10 fevereiro 1919, p. 155.
- OLIVEIRA, Elias de. Defloramento. *O Piauí*, Teresina, ano 32, n. 465, p. 2, 7 abr. 1921.
- PELA CIDADE. *Gazeta*, Teresina, ano 4, n. 138, 18 mar. 1908, p. 2.
- PELA CIDADE. *Gazeta*, Teresina, ano 4, n. 140, 1 abr. 1908, p. 3.
- PELA COMUNA. *O Piauí*, Teresina, ano 20, n. 1076, 2 set. 1910, p. 1.
- PELA POLÍCIA. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 4, 28 fev. 1911, p.1.
- PELA POLÍCIA. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 5, 1 mar. 1911, p.1.
- PELA POLÍCIA. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 6, 2 mar. 1911, p.1.

- PELA POLÍCIA. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 7, 3 mar. 1911, p.1.
- PELA POLÍCIA. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 28, 29 mar. 1911, p.1.
- PELA POLÍCIA. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 48, 25 abr. 1911, p.1.
- PELA POLÍCIA. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 48, 25 abr. 1911, p.1.
- PELA POLÍCIA. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 51, 28 abr. 1911, p.1.
- PELA POLÍCIA. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 62, 12 maio 1911, p.3.
- PELO JARDIM. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 22, 7 jun. 1913, p. 2.
- PELO JARDIM. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 26, 4 ago. 1913, p. 3.
- PINHEIRO, João. Chapéu de sebo, Aspectos piauienses In: Revista: *Litericultura*, Teresina, 1º de junho de 1912, ano 1, n. 6, p. 22- 33.
- PORTARIAS. *Estado do Piauí*. Teresina, ano 1, n. 2, 16 de jan. 1890, p. 2.
- PROSPECTO. Empresas das águas de Teresina, *Piauí*, ano 12, n. 613, 05 de abr. 1902.
- RAMPAS. *Pátria*, Teresina, ano 1, n. 16, 15 de fev. 1903, p. 493.
- RECLAMO DE POBREZA. *O Telefone*, Teresina, ano 2, n. 70, 16 de jun. 1884, p.3.
- REFORMA DE COSTUMES. *O Tempo*, Teresina, ano 1, n. 41, 21 dez. 1905, p. 487.
- SANTA CASA. *O correio*, Teresina, ano 1, n. 3, 22 jun.1901, p. 02.
- SARAU das petisqueiras: novos petiscos. *O Correio*, Teresina, ano 1, n. 2, 06 jun. 1901, p. 1.
- SECA, FOME e peste. *O Telefone*, Teresina, ano 7, n. 292, 19 de jan. 1889, p.4.
- SERVIÇO d'água. *O Piauí*, Teresina, ano 40, n. 155, 31 jul. 1928, p. 3.
- SUBSCRIÇÃO. *A Legalidade*. Teresina, ano 1, n. 36, 10 de set. de 1892, p. 4.
- TIROS e cacetadas: o que se passou num forró. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 3, n. 118, 17 maio1915, p. 50.
- UM MAU costume. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 4, n. 186, 10 set. 1916, p. 1.
- UMA NECESSIDADE. *Gazeta*, Teresina, ano 5, n. 200, 26 maio 1909, p. 2.
- USINA Elevatória das Águas. *O Piauí*, Teresina, ano 23, n. 1.251, 25 outubro 1913.
- VALENTE. *A Legalidade*. Teresina, ano 1, n. 25, 25 jun. de 1892, p. 4.

1.5 DADOS CENSITÁRIOS

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. Diretoria Geral de Estatística. *Sinopse do recenseamento do Brasil realizado em 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 31 de dezembro de 1890: sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Diretoria Geral de Estatística. *Sinopse do recenseamento do Brasil realizado em 31 de dezembro 1900*. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1905.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Diretoria Geral de Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil 1908-1912: território e população*. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1916, v 1.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Diretoria Geral de Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil 1908-1912: economias e finanças*. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1917, v 2.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Diretoria Geral de Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil 1908-1912: cultos, assistência, repressão e instrução*. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1927, v 3.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Diretoria Geral de Estatística. *Sinopse do recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro 1920*. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1926.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro 1920: população*. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1927, v 4.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro 1920: indústria*. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1927, v 5.

1.6 DOCUMENTOS OFICIAIS

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. Gabino Besouro, governador do Estado, no dia 19 de outubro de 1890*. Teresina: Tipografia de Honorato Souza, 1890.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. Gabriel Luiz Ferreira, governador do Estado, no dia 7 de novembro de 1891.* Teresina: Tipografia do O Piauí, 1891.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. Coriolano de Carvalho e Silva, governador do Estado, no dia 8 de junho de 1893.* Teresina: Tipografia do O Piauí, 1893.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. Coriolano de Carvalho e Silva, governador do Estado, no dia 1 de junho de 1896.* Teresina: Tipografia do O Piauí, 1896.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. Raymundo Arthur Vasconcelos, governador do Estado, no dia 2 de junho de 1898.* Teresina: Tipografia do O Piauí, 1898.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira, governador do Estado, no dia 1º de junho de 1902.* Teresina: Tipografia do O Piauí, 1902.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira, governador do Estado, no dia 1º de junho de 1903.* Teresina: Tipografia do O Piauí, 1903.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira, governador do Estado, no dia 1º de junho de 1904.* Teresina: Tipografia do O Piauí, 1904.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. Álvaro de Assis Osório Mendes, governador do Estado, no dia 1 de junho de 1906.* Teresina: Tipografia do O Piauí, 1906.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. Álvaro de Assis Osório Mendes, governador do Estado, no dia 1 de junho de 1907.* Teresina: Tipografia do O Piauí, 1907.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. Antonino Freire da Silva, governador do Estado, no dia 1 de junho de 1907.* Teresina: Tipografia do O Piauí, 1910.

1.6.1 DECRETOS, LEIS E DOCUMENTOS AVULSOS

BRASIL. Presidência da República. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil: Lei Nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916.* Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm Acesso em: 01 novembro de 2016.

CÓDIGO de Postura do Conselho Municipal de Teresina. *Lei nº 69 publicada em 02 de outubro de 1905.* , 1912. Arquivo Público do Estado do Piauí, Casa Anísio Brito.

DECRETO LEI n. 23 publicado em 11 de abril de 1890. Regula os contratos de locação de serviços domésticos nas cidades e vilas do Estado do Piauí. *Estado do Piauí.* Teresina, ano 1, n. 38, 16 de abril de 1890.

DECRETO Nº 72 do dia 20 de maio de 1891. *Normas para a autorização do abastecimento de água potável na capital piauiense.* Arquivo Público do Estado do Piauí, Casa Anísio Brito.

FEDERAL, Senado. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil:* Decreto-Lei Nº 847 de 11 de outubro de 1890. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 14 de setembro de 2016.

FEDERAL, Senado. *A Constituição federal e as constituições dos estados da republica do Brasil:* precedida aquela de uma parte histórica e acompanhada de alguns decretos posteriores. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/224222> Acesso em: outubro de 2017.

LEI N. 652 publicada em 25 de julho de 1911. Sobre a reforma judiciária do Estado do Piauí. *Diário do Piauí,* Teresina, ano 1, n. 129, 15 ago. 1911, p.1.

PARTE OFICIAL. Regulamento n. 70 publicado em 25 de janeiro de 1868 para a casa de prisão com trabalho. *O Piauí.* Teresina, ano 2, n. 56, 2 de janeiro de 1869.

PIAUI, Poder Executivo. *Comissão dos Socorros Públicos, 1877-1879.* Caixa: Comissão dos Socorros Públicos, s/n. Arquivo Público do Estado do Piauí, Casa Anísio Brito.

PIAUI, Poder Executivo. *Documentos Avulsos da Secretaria de Polícia do Piauí, 1891-1895.* Caixa: Secretaria de Polícia do Piauí, s/n. Arquivo Público do Estado do Piauí, Casa Anísio Brito.

PIAUI, Poder Executivo. *Livro de Indicações dos Detidos da cidade de Teresina entre os anos de 1900-1926.* SPE, Cod. 999, Est. 09, prat. 01. Arquivo Público do Estado do Piauí, Casa Anísio Brito.

PIAUI, Poder Executivo. *Registro de Inquéritos 1919-1927.* SPE, Cod. 997, Est.09, prat. 01, Arquivo Público do Estado do Piauí, Casa Anísio Brito.

PIAUI, Poder Executivo. *Inquérito policial de Isabel Maria da Conceição em 28 de outubro de 1915.* Processo Romão Luiz dos Santos. Caixa: Secretaria de Polícia do Piauí, Autos Crimes, n. 237. Arquivo Público do Estado do Piauí, Casa Anísio Brito.

PIAUI, Poder Executivo. *Inquérito policial de Umbelina Ferreira Coelho em 05 de maio de 1919.* Processo Antônia de Araújo. Caixa: Secretaria de Polícia do Piauí, Autos Crimes, n. 237. Arquivo Público do Estado do Piauí, Casa Anísio Brito.

PIAUI, Poder Executivo. *Requerimento Ana Jesus Batista ao Promotor Público Joaquim Clementino de Sousa Martins da comarca de Teresina em 29 de dezembro de 1891.* Secretaria

de Polícia. Caixa: Comissão dos Socorros, s/n. Arquivo Público do Estado do Piauí, Casa Anísio Brito.

PIAUÍ, Poder Judiciário. *Processos crimes dos anos 1864-1865; 1896-1898; 1890-1936*. Caixas: 0079; 0075; 0066. Arquivo Público do Estado do Piauí, Casa Anísio Brito.

PIAUÍ, Poder Judiciário. *Processo penal contra Maria Tomazia da Conceição iniciado em 1º de fevereiro de 1895*. Caixa: Processos Crimes, n. 0066. Arquivo Público do Piauí, Casa Anísio Brito.

PIAUÍ, Poder Legislativo. *Coletânea das Leis, decretos, resoluções e regulamentos promulgados no Estado do Piauí de 15 de novembro de 1889 a 31 de dezembro de 1908*. Arquivo Público do Estado do Piauí, Casa Anísio Brito.

PIAUÍ, Poder Legislativo. *Constituição do Estado do Piauí de 1881 e de 1892*. Título 724, CDD 342.028.122, Cutter D. 618. Arquivo Público do Estado do Piauí, Casa Anísio Brito.

PIAUÍ, Poder Legislativo. *Leis, decretos e resoluções do ano 1899*. Caixa: Leis e decretos 1890, s/n. Arquivo Público do Estado do Piauí, Casa Anísio Brito.

PIAUÍ, Poder Legislativo. *Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1912*. Caixa: Leis e decretos 1900 - 1930, n. 8. Arquivo Público do Estado do Piauí, Casa Anísio Brito.

PIAUÍ, Poder Legislativo. *Leis, decretos e resoluções do Estado do Piauí dos anos 1915-1924*. Caixa: Leis e decretos 1900-1930, n. 8. Arquivo Público do Estado do Piauí, Casa Anísio Brito.

PIAUÍ, Poder Legislativo. *Projeto Lei nº 7 Sobre perdão ou comutação das penas do ano de 1898*. Caixa: Câmara Legislativa do Piauí, s/n. Arquivo Público do Piauí, Casa Anísio Brito.

PIAUÍ, Poder Legislativo. *Projeto Lei nº 8 Sobre a força pública do Estado do Piauí para o ano de 1906*. Caixa: Câmara Legislativa do Piauí, s/n. Arquivo Público do Estado do Piauí, Casa Anísio Brito.

PIAUI, Poder Legislativo. *Projeto Lei nº 16 Sobre o serviço de corpo militar de polícia do Estado do Piauí do ano de 1905*. Caixa: Câmara Legislativa do Piauí, s/n. Arquivo Público do Estado do Piauí, Casa Anísio Brito.

1.7 DEPOIMENTOS

Maria Francisca dos Santos. Entrevista concedida ao pesquisador Pedro Vilarinho Castelo Branco, em abril de 1995.

1.8 ROMANCES, POESIAS E MEMÓRIAS

- BATISTA, Jônatas. *Poesia e Prosa*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.
- BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- BRITO, Buggyja. *Narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro. Folha Carioca. 1977.
- CASTELO BRANCO. Cristino. *Frases e Notas*. Rio de Janeiro: Pongeti, 1957.
- CUNHA, Higino. *Memórias traços autobiográficos*. Teresina, 1939.
- CUNHA, Higino. *O assassinio do juiz federal dr. Lucrecio Dantas Avelino*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1928.
- FERRY, João. *Chapada do Corisco*. 2 ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.
- FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.
- _____. *Em roda dos fatos*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.
- MARTINS, Elias. *Fitas*. Teresina: Tipografia do Jornal de Notícias, 1920.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Rua da Glória: rumo à cidade nascente*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 2015, v 1.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Rua da Glória: as armas e as máquinas (1896-1921)*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 2015, v 2.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Rua da Glória: no tempo dos revoltosos (1921-1934)*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 2015, v 3.
- MONTEIRO, Orgmar. *Teresina descalça*. Fortaleza: Ioce, 1987.
- NEVES, Abdias. *Um Manicaca*. 3. ed. Teresina: Corisco, 2000.
- MELO, Leônidas de Castro. *Trechos do meu caminho: 'memórias' à feição de autobiografia*. Teresina: COMEPI, 1976.
- TITO FILHO, A. *Teresina meu amor*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- _____. *Crônica da cidade amada Teresina*. Academia Piauiense de Letras, 1977.

2 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. *Cotidiano e imaginário: um olhar historiográfico*. Teresina: EDUFPI/ IDB, 1997.

_____. *Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)*. Teresina: FCMC, 1995.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

_____. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOCK, Gisela. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950) In: *História das mulheres no Ocidente*. Duby G; Perrot M (dir.). Porto: Afrontamento, 1991, p. 435-477.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.(Coleção Tudo é história).

CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Desejos, tramas e impasses da modernização (Teresina 1900-1930) In: *Scientia et Spes*. Teresina, Ano I. n° 02, Instituto Camilo Filho, 2002. p. 295-313.

_____. *Mulheres Plurais*. Teresina: Edições Bagaço, 2005.

_____. Masculinidades plurais: a construção das identidades de gênero em obras literárias. In: *História*, Unissinos, v. 9, n. 2, p. 85-95, maio/ ago. 2005b.

_____. Mulheres escritas: literatura e identidades femininas em Teresina – 1900 -1930. In: *Revista História Hoje*, v. 3, n. 9, São Paulo: ANPUH, p. 1- 23, 2006.

_____. *História e masculinidades: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX*. Teresina: EDUFPI, 2008.

CASTELO BRANCO FILHO, Moisés. *A família rural do Piauí*. Teresina: Companhia Editora do Piauí, 1983.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. Apresentação In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Orgs.) *A história contada: capítulos de História social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 7-13.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, 2ª ed., 2001

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa. Rio de Janeiro: Bertrand/DIFEL, 1988.

_____. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). IN: *Cadernos Pagu-fazendo história das mulheres*.(4). Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995.

_____. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

CHAVES, Monsenhor. *Obra completa*. 2ª ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, v 2.

COSTA, Francisco Humberto da. *DE RELANCE: a construção da civilidade em Teresina (1900 – 1930)* 2009. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

COSTA, Francisca Raquel da. *Cotidiano, resistência e punição de escravos no Piauí na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

COSTA, Mara Lígia Fernandes da. *Devires e desvios: discursos, práticas ilícitas, e relações de amor das mulheres populares em Teresina. (1900- 1920)* Teresina, 2007. Monografia. Universidade Federal do Piauí, 2007.

DAVIS, Natalie Z. *O retorno de Martin Guerre*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DUBY, Georges; PERROT, Michele (Orgs.). *História das Mulheres no Ocidente*. Tradução portuguesa. Porto: Afrontamento, 1990

ELIAS, Nobert. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque*, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

FALCI, Miridan Brito Knox. *O Piauí na primeira metade do século XIX*. Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 1986.

_____. *Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

FARGE, A., PERROT, M., SCHMITT-PANTEL, P. et al. “A História das Mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio de Historiografia” (tradução de Rachel Soihet, Rosana M. ^a Soares, Suely Gomes Costa). In: *Gênero*. Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG. V.2, n. 1. Niterói, EDUFF, 2000, p.7- 30.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano*. A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FILHO, Antônio Melo. *Teresina*: a condição da saúde pública na primeira República (1889-1930). 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: *História das mulheres no Brasil*. PRIORE, Mery Dell (Org). 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 511-531.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: história da violência nas prisões. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GEREMEK, Bronislaw. *Os Filhos de Caim* - vagabundos e miseráveis na literatura europeia 1400-1700. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado*: 1549-2003. Teresina: Halley, 2003.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência*: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSK, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

HOBBSAWM, Eric J. *Sobre história*: ensaios. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IGLESIAS, Francisco de Assis. *Caatingas e chapadões*. São Paulo: Editora Nacional, 1951.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Os excluídos*: contribuição à história da pobreza no Brasil Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História* – novos problemas, novas abordagens, novos objetos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1974.

MAIA, Clarissa Nunes, [et all] (Org.). *História das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, 2 v.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 367-421.

MARTINS, Silvia Helena Zanirato. A representação da pobreza nos registros da repressão: metodologia do trabalho com fontes criminais. In: *Revista de História Regional* 3 (1): 87-116, verão 1998.

MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média*. Tradução Heloísa Jahn. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do Nascimento. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NUNES, Bárbara; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Narrativas autobiográficas e masculinidades em Teresina. (1900-1940)* apresentado em Anpuh – VI Simpósio Nacional de História Cultural – Teresina, 2012.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, v. 1.

_____. *Pesquisas para a história do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, v. 4.

ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade: a França no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho 1880-1920*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

PERROT, Michelle. Escrever a história das mulheres. In: *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 1987.

PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1972.

QUEIROZ, Teresinha. Cinema, invenção do diabo? In: *Cadernos de Teresina*. Ano VII. nº 15, dezembro, 1993.

_____. *A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920*. Teresina: EDUFPI/APL, 1994.

_____. *Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 2. ed. Teresina: EDUFPI; João Pessoa: EDUFPB, 1998a.

_____. *História, literatura, sociabilidades*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998b.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. – Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

REZENDE, Antônio Paulo. *(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: FUNDARPE, 1997.

_____. *O Recife: histórias de uma cidade*. 2. ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2005.

ROCHA, Raquel Caminha. “*APARTA QUE É BRIGA*”: discurso, violência e gênero em Fortaleza (1919-1948). Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

SADEK, Maria Tereza (Org.). *Uma introdução ao sistema de justiça*. São Paulo: Idesp/Sumaré, 1997.

_____. (Org.). *A organização do poder judiciário no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1997.

SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada. O Partido Republicano Paulista e a Política de Mão-de-obra — 1870-1889*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. *Orfeu Extático – São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Júlio Romão. *Memória histórica sobre a transferência da Capital do Piauí*. 3ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

SILVA, Mairton Celestino da. *Batuque na rua dos negros: cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX*. 2008. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. Mulheres ousadas e apaixonadas – uma investigação em processos criminais cariocas (1890-1930). In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 199-216, ago/set. 1989b.

SOUSA NETO, Marcelo de. Nos bastidores do poder: Política e relações familiares no Piauí do século XIX In: *Revista Crítica Histórica*, ano 7, nº 13, junho/2016.

SOUSA, Talyta Marjorie Lira. *Os outros dias: os negros libertos em Teresina [1871- 1888]*. Trabalho de Conclusão de Curso. 2009. Monografia [Graduação em História]. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

_____. *Filhos do sol do Equador: as vivências e experiências cotidianas de trabalhadores negros na sociedade teresinense no final do século XIX*. 2012. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ZENHA, Celeste. As Práticas da Justiça no Cotidiano da Pobreza, In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 10.